



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHADORAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE
IGARAPÉ-MIRI/ASMIM-PARÁ: da resistência à estratégia
de desenvolvimento local**

Belém

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LISSANY BRAGA GONÇALVES

**TRABALHADORAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE
IGARAPÉ-MIRI/ASMIM-PARÁ: da resistência à estratégia
de desenvolvimento local**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof. Dra. Maria José de Souza Barbosa.

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA.)

GONÇALVES, Lissany Braga

Trabalhadoras e Economia Solidária na Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri/ASMIM-Pará: da resistência à estratégia de desenvolvimento local/Lissany Braga Gonçalves; Orientadora: Maria José de Souza Barbosa – 2011.

137,; 30 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de pós-graduação em Serviço Social. Belém, 2011.

1. Economia Solidária – Igarapé-Miri (PA). 2. Movimento de mulheres – Igarapé-Miri (PA). 3. Lutas. – Igarapé-Miri (PA). 4. Resistência. – Igarapé-Miri (PA). 5. Desenvolvimento local – Igarapé-Miri (PA). I. Barbosa, Maria José de Souza, orientador. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LISSANY BRAGA GONÇALVES

**TRABALHADORAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE
IGARAPÉ-MIRI/ASMIM-PARÁ: da resistência à estratégia
de desenvolvimento local**

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof.^o. Dr. Farid Eid
Examinador – Externo

Prof.^a. Dr.^a. Maria Elvira Rocha de Sá
Examinadora – ICSA/UFPA

Prof.^a. Dr.^a. Maria José de Souza Barbosa
Orientadora – ICSA/UFPA

Resultado: _____

Dedico este trabalho a minha mãe Lúcia Braga por todo o amor e infinitas orações as minhas conquistas.

A minha tia Rosa, pelo acolhimento e força quando
minha mãe não pode estar perto.

Primas e Primos Andreza, Andréa, João Vítor e João
Pedro, pelo amor e paciência.

Obrigada pela compreensão de minha ausência em
vários momentos que precisei dedicar-me a esse
trabalho e por dividirem comigo as alegrias e angústias
na construção do mesmo.

Eu amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me concedeu força e sabedoria, ajudando-me nos momentos difíceis desse trabalho. Em segundo a pessoa mais importante da minha vida, minha mãe Lúcia Braga, sem a qual eu não teria chegado nem na metade desse caminho. A minha segunda mãe, que me acolheu me deu carinho e colo muitas vezes: Obrigada tia Rosa!

À Maria José de Souza Barbosa mais do que uma orientadora, uma amiga no momento em que mais precisei que dividiu comigo seus conhecimentos, suas discussões e suas preciosas horas entre tantas funções, para que não me faltasse orientação.

Ao professor Farid Eid que sempre me incentivou com seus artigos, suas argumentações, socialização de bibliografias e disponibilidade para o debate.

A três amigas, em especial, Núbia, Michele e Giselle. A primeira por me incentivar aos estudos, por servir de referência pra mim, tanto teoricamente, por meio da sua pesquisa já realizada, quanto pela sua história de vida e conquistas; a segunda por ser minha companheira fiel, parceira em sala de aula, nas viagens, nas orientações, no desenvolvimento da pesquisa de campo, na alegria e nas angústias, desde a época do nosso trabalho em Marabá; e a terceira sempre com seu jeito crítico e contestador, por ter o dom de reconhecer nos meus escritos que eu estava no caminho certo, quando muitas vezes eu nem conseguia enxergar o caminho, por sempre acreditar em mim, na minha capacidade e me colocar pra cima nos momentos de angústia.

Ao Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários-PITCPES, pela viabilização de recurso para a pesquisa de campo, além da aproximação com os temas tratados nessa dissertação. A todos os amigos e amigas que fiz nesse lugar, ao longo de 6 anos, aos bolsistas, técnicos, secretárias, coordenadores, em especial: Nilza, Anderson, Valdo, Bárbara, Edson, Ailton, Karime, Rodrigo, Euza, Deuma, Ana, Armando e Adebaro.

A todas as pessoas de Igarapé-Miri que me ajudaram de alguma forma na pesquisa de campo, compartilhando histórias, conhecimentos e materiais. Destaco a colaboração do Isaac, Paulo, Edson (prefeitura), seu Didi (presidente do STR) e em especial à Gabriele que me hospedou em sua casa, em vários momentos, quando precisei estar em campo.

A todas as mulheres da ASMIM e STR que dividiram comigo suas histórias de lutas e resistências; suas conquistas e sonhos, sem as quais esse trabalho jamais se tornaria possível: Aldenora, Mundinha, Cileide, Bena, Benoca, Márcia, Sebastiana, Sílvia, Carmen Helena, Carmem Lucia, Claudianes, Lindalva, Tóia, Cica. Aos seus companheiros que também contribuíram com a pesquisa Edno, Edmilson e Elias.

Ao prefeito de Igarapé-Miri, Roberto Pina, que em meio ao cumprimento de compromissos em Belém disponibilizou um tempo para colaborar com esse trabalho.

A minha amiga Neize e seu estagiário Carlos que contribuíram com a produção de alguns mapas, por meio do ITERPA. À Andréa Mendes, minha amiga do Fórum

Brasileiro de Economia Solidária, que me ajudou com informações sobre o GT de Gênero.

As minhas amigas Cristiane Marques e Monique Nascimento que chegaram a minha vida no finalzinho desse trabalho, mas foram fundamentais no incentivo e confiança.

Muito obrigada à Bruna Taketa pela amizade e tradução do resumo para o inglês.

Aos amigos que torceram por mim e viviam me cobrando a finalização desse trabalho: Alisson, Didi, Igor, Fabrício e Davi.

Aos meus médicos Ricardo Manoel e Kozo Morya que me ajudaram com terapia e acupuntura, nos momentos mais angustiantes e sofridos ao longo dessa caminhada.

Aos professores do PPGSS e ao professor Heribert Smithz do PPGCS, que por meio das aulas, debates, socialização de referencial teórico, me ajudaram na compreensão das determinações do meu objeto.

Ao Helder Luz, na época, secretário do PPGSS sempre tão solícito em tudo que precisei, além de sua amizade e confiança.

A CAPES pela bolsa que financiou os meus estudos, sem a qual teria sido muito difícil desenvolver este trabalho.

A todos que por ventura eu não tenha citado, mas que contribuíram diretamente ou indiretamente para a concretização dessa conquista.

“A liberdade da mulher se ampliará até o limite de seu poder de libertar-se por ela mesma.”

Emma Gulman
(A Tragédia da emancipação Feminina, 1906)

RESUMO

O presente estudo retrata a constituição da Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri –ASMIM/Pará, como um espaço de lutas, resistências e associativismo de mulheres trabalhadoras. Visa contribuir com o debate acerca das conquistas de uma experiência prática coletiva, na construção do desenvolvimento local, em Igarapé-Miri. Para isso, procurou-se nesta pesquisa entender o cenário da economia solidária, bem como, as diferentes concepções que giram em torno dessa temática em interface com o desenvolvimento local, à medida que, se entende ambas, como estratégias importantes para a constituição da mulher enquanto um sujeito coletivo capaz de romper com a invisibilidade e empoderar-se, no sentido de se tornar protagonista de sua própria história. Ressaltou-se importantes momentos de lutas e resistências femininas em torno de igualdade de direitos, geração de renda e participação na vida pública. Nesse sentido, a ênfase das organizações e movimentos sociais aos quais essas mulheres estiveram/estão articuladas foi importante para compreender de que forma elas foram galgando seu espaço de representação política em nível local, regional e nacional, ou seja, demonstrando novas práticas sócio-econômicas e político-culturais em que se tornaram referências e alteram a realidade do seu papel na sociedade contemporânea. Por fim, realçou-se que essa construção em Igarapé-Miri foi/é de muitas lutas, e, por conseguinte, conflitos que se expressam em âmbito familiar e de trabalho evidenciando desigualdades existentes e, muitas vezes, escamoteadas. Esta pesquisa traz para o debate os princípios de economia solidária, enquanto ambiente propício ao empoderamento das mulheres, de estratégia para um desenvolvimento local e de visibilidade pública para essas mulheres.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Movimento de Mulheres. Lutas. Resistências. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The present work portrays the constitution of the Women Association of the City of Igarapé Miri–ASMIM/Pará, as a fight space, resistance and association of working women. It aims to contribute with the debate around the conquests from the collective practice experience on the local development construction at Igarapé- Miri. Then, the target of this research is to understand the solidarity economy scenario, as well as the different conceptions around this prominent theme with the local development when both are understood as important strategies to the women contribution as a collective subject capable of break up with the invisibility, empowering themselves and become the protagonist of their own history. Important moments of fight and female resistance are emphasized around the equality of rights, income generations and participation at the public life. In this way, the emphasis of social movements and the organizations wich those women were/are articulated, was important to the comprehension of how they achieved their space and a local, regional and nacional politics representation, showing that the new political-cultural and socio-economic practices become references and changes the role of those women at the contemporary society. Finally, it was emphasized that the Igarapé-Miri construction was/is from a lot of fights and consequently, by conflicts that express themselves at familiar and work ambit, clearly showing inequalities that are hidden most times. This research brings to the debate the solidarity economy principles, as a propitious environment to the women's empowerment, and the strategies for a local development and public visibility to those women.

Key-Words: Solidarity Economy. Women's Movement. Fights. Resistances. Local Development

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro I – Perfil das 42 entidades brasileiras no I FSM.....	32
Quadro II – Composição da primeira diretoria da ASMIM	76
Quadro III – Concepções sobre Economia Solidária.....	87
Quadro IV – Análise da trajetória das associadas da ASMIM	92
Quadro V – Espaços públicos ocupado por algumas das associadas da ASMIM.....	102

TABELA

Tabela I – Quantidade e Valor dos produtos da Extração Vegetal 2007-2009	62
--	----

MAPAS

Mapa I – Municípios do Baixo Tocantins	58
Mapa II – Identificação da situação municipal em Igarapé-Miri	73

IMAGENS

Imagem I – Carta de protesto das mulheres na IV plenária de ES	34
Imagem II – Frente da cidade de Igarapé-Miri.....	59

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Manifestação das mulheres durante a realização da II CONAES.....	37
Fotografia 2 – Moradia ribeirinha cercada de plantações de açaí.....	61
Fotografia 3 – Meio de Transporte motorizado	61
Fotografia 4 – Meio de Transporte	61
Fotografia 5 – Trabalhadores/trabalhadoras na vitória das eleições de 1988 em frente à sede do STR - Igarapé- Miri	66
Fotografia 6 – Sede da AMUT	69
Fotografia 7 – Casa Familiar Rural	69
Fotografia 8 – Viveiro de mudas	69
Fotografia 9 – Centro de formação Roberto Remigi	69
Fotografia 10 – I Congresso de Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri	74
Fotografia 11 – Sede atual do STR Igarapé-Miri	76
Fotografia 12 – Associada no processo de colheita do açaí... ..	80
Fotografia 13 – Associada no processo de colheita do açaí... ..	80
Fotografia 14 – Associada no processo de debulhamento.....	80
Fotografia 15 – Armazenamento para comercialização... ..	80
Fotografia 16 – Exposição de biojóias.....	81
Fotografia 17 – Espaço de comercialização no Trapiche	81
Fotografia 18 – Comercialização na I feira de empreendimentos solidários de Igarapé-Miri 2010.....	81
Fotografia 19 – Sementes de Oleaginosas.....	81

LISTA DE SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira dos Dirigentes de Instituições de Microcrédito
ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável
AMUT – Associação Mutirão
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
ASMIM – Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri
CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açú
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEFES – Centro de Formação em Economia Solidária
CEBEMO – Organização Católica para o Desenvolvimento
CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CODEMI – Cooperativa de Desenvolvimento de Igarapé-Miri
CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DECOSOL – Departamento de Economia Solidária
ES – Economia Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEES – Fóruns Estaduais de Economia Solidária
FEBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GT – Grupo de Trabalho
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ITCPES – Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

ITES/UFRA – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da
Universidade Federal Rural da Amazônia

MANITESE – Movimentos Mãos Estendidas

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MUTIRÃO – Movimento Unido de Trabalhadores Interessados na Revolução da
Agricultura Organizada

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PITCPES – Programa Incubadora de Coopetativas Populares e Empreendimentos
Solidários

PCCU – Preventivo Contra Colo do Útero

PMIM – Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

REF – Rede Economia e Feminismo

RMPN – Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste

SINTEP – Sindicato de Educação de Igarapé-Miri

SINDSAÚDE – Sindicato de Saúde de Igarapé-Miri

STR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I	
Economia Solidária entre transformações e novos sentidos do trabalho	22
1.1 Economia solidária: um novo sentido para o trabalho?	22
1.1.1 Principais abordagens sobre a economia solidária	26
1.1.2 A inserção do movimento de mulheres na economia solidária: possibilidade de desenvolvimento ou apenas uma forma de resistência?	32
1.2 Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local?	37
Capítulo II	
Quando as mulheres entram em cena: lutas, resistência e movimentos sociais	42
2.1 Movimentos Sociais e Lutas Femininas: retratos da resistência e organização social	42
2.1.1 Mulheres e comunidades eclesiais de base	47
2.2 Trabalhadoras na transição do século XX para o XXI: mudanças impactantes para elas?	49
2.3 Dos estudos de mulheres à categoria gênero: entre movimento e teoria	53
2.3.2.4 Resistência e empoderamento feminino: novas abordagens na agricultura familiar	56
Capítulo III	
A ASMIM como instrumento de geração de renda empoderamento e desenvolvimento local em Igarapé-Miri	58
3.1 Igarapé-Miri: contextualização sócio-histórica e econômico-geográfica	58
3.2 Movimentos Sociais e Constituição da ASMIM em Igarapé-Miri: contextos de lutas e afirmações de direitos	62
3.3 ASMIM, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: traçando novas estratégias	75
3.3.1 A ASMIM e a construção da economia solidária	83
3.3.2 As protagonistas da ASMIM: Trajetórias de vida e espaços públicos de conquistas	92
3.3.3 Relações de conflitos e entraves na ASMIM: resistência e luta em casa e no trabalho	102
Considerações Finais: a ASMIM como espaço de lutas e conquistas em direção ao Desenvolvimento Local sob a base da Economia Solidária	111
Referências Bibliográficas	116
Anexos	
Anexo I - Ata de fundação da ASMIM	126
Anexo II - Estatuto social da ASMIM	128
Anexo III - Relação de delegados (as) sindicais no STR-Igarapé-Miri	136

INTRODUÇÃO

Debater sobre a Economia Solidária - ES torna-se bastante desafiador para qualquer pesquisador que se debruce ao tema, primeiramente, por ser um assunto relativamente novo no meio acadêmico¹, portanto, ainda existem poucas bibliografias que possam contribuir para a análise de dados e experiências concretas.

Em segundo, como afirma Miranda (2009) essa temática, em termos teóricos, encontra-se ainda em construção e, por isso, não há um consenso sobre o seu significado, o que é ratificado pelas várias abordagens existentes sobre o tema, ainda mais quando se escreve sobre dois assuntos relativamente novos, como o movimento de mulheres e a economia solidária, uma tarefa árdua, pela existência de preconceitos subjacentes ao pensamento (intelectual) brasileiro contemporâneo em relação a estudos que perpassam por um caráter ideológico formador como os mesmos. Isto é, novas idéias demoram a florescer, principalmente, as que incomodam ao grande sistema de sociedade vigente.

Nesse sentido, torna-se instigante poder contribuir para a reflexão acerca do fortalecimento dessas temáticas, bem como, da sua organização, tendo em vista corroborar para que experiências como as aqui estudadas possam ser socializadas no intuito da construção de uma sociedade com melhores oportunidades para mulheres e homens.

O universo da pesquisa perpassa pelo município de Igarapé-Miri/Pará, situado na Mesorregião do Nordeste Paraense, que compreende parte do território da microrregião do Baixo Tocantins, juntamente com outros dez municípios². Segundo explicita Reis (2008) esses municípios se constituíram, originariamente, como áreas de exploração florestal, em especial, com atividades de exploração madeireira, cana de açúcar³, extrativismo vegetal, além da pesca artesanal, desenvolvendo posteriormente a agricultura familiar⁴. A população, ainda hoje apresenta intensa relação com o meio

¹ Segundo Bertucci (2010) o primeiro trabalho de pós-graduação especificamente sobre esse tema (que continha o termo economia solidária em seu resumo) foi escrito em 1998.

² Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Mojú, Oeiras do Pará e Tailândia.

³ Damasceno (2009) destaca que Igarapé-Miri teve uma economia forte baseada na produção de aguardente de cana-de-açúcar ou cachaça, tendo iniciado essa atividade no princípio do século XIX e se estendido até a década de 1970 do século XX.

⁴ Agricultura familiar é entendida como uma forma social de trabalho e produção que ainda conserva traços típicos do campesinato (WANDERLEY *apud* HERNADÉZ, 2009, p. 187), isto é, a base social da produção é a familiar.

natural, desempenhando as mesmas atividades, seja em terras firmes ou em áreas de várzeas (ilhas), sob o modo de vida ribeirinho, que depende da acessibilidade fluvial.

Nesse contexto, visando um recorte particular, o estudo volta-se para a análise das condições vivenciadas pelas mulheres em termos das lutas de resistência e construção do trabalho associativista como estratégia de desenvolvimento local, a qual é observada a partir do espaço específico da organização de mulheres, que mais tarde deu origem à Associação de Mulheres, tendo em vista ser uma organização que surgiu na década de 1990, no Município de Igarapé Miri – ASMIM/PA. A associação é um espaço de luta articulado à necessidade das mulheres dessa região, em se posicionar social e politicamente sobre questões referentes ao seu cotidiano, mas também para buscar soluções conjuntas às limitações impostas pelo sistema capitalista, conseqüentemente, à efetivação dos seus direitos sociais básicos.

A pesquisa visa contribuir para o debate teórico e sistematização de uma experiência prática de mulheres na construção de estratégias de desenvolvimento autônomo. Buscou-se com esse estudo analisar as formas de resistência e as conquistas presentes em um cenário de desigualdades sócio-produtivas, mas também de gênero, tomando como exemplo a trajetória da ASMIM, a qual é estruturada a partir da construção da economia solidária na perspectiva de desenvolvimento local.

Para isto foi indispensável entender a atuação das mulheres nesta associação, a fim de identificar seus espaços de atuação política, suas ocupações e os debates realizados na perspectiva de superação das desigualdades sócio-produtivas, quando se procurou apreender os diferentes papéis das mulheres no interior desta associação, bem como, a repercussão da ASMIM nas articulações com os demais movimentos sociais dessa região, ou seja, no nível endógeno e com os movimentos em escala estadual, nacional e internacional, isto é, no nível exógeno. Percebeu-se como as relações institucionais contribuíram para a inserção e à tomada de decisão na trajetória da busca de autonomia de renda e empoderamento feminino.

Nesse aspecto, a relação entre economia solidária e desenvolvimento local nos pareceu ser temáticas importantes nessa trajetória de constituição da mulher enquanto um sujeito coletivo capaz de elevar o nível de suas ações voltadas à perspectiva de geração de renda de forma independente, na medida em que tem como pressuposto uma ação direcionada e consciente, portanto, de empoderamento no sentido de expressar e participar da vida pública “expandindo suas potencialidades produtivas a partir de suas

singularidades, da sua capacidade de criar práticas de resistência, de inovação e de produção” (SILVA, 2007, p. 113).

Assim, de acordo com Silva (idem), esses tipos de práticas promovem a valorização do território, na medida em que possibilitam uma articulação deste com as atividades produtivas dos protagonistas, da qual elas fazem parte, fortalecendo a dinâmica dos movimentos sociais enquanto instrumentos de lutas que movem a sociedade sob uma transversalidade capaz de tornar o mundo do trabalho mais próximo do mundo da vida.

A economia solidária é entendida, portanto, como estratégia que pode possibilitar o desenvolvimento local, pautado em processos de igualdade, de solidariedade e como um espaço de acumulação de forças voltadas à transformação social e ainda contribuir para o protagonismo da mulher. Surgiu como movimento de resistência do trabalhado em decorrência do acirramento das mazelas do capitalismo e vem criando alternativas de trabalho e renda na contraface do desemprego, as quais se fazem por meio de novas organizações da produção, tornando-se “inovadoras e precursoras de transformação social” (GUÉRIN, 2003, p.71).

Percebe-se que no espaço da economia solidária essa organização de mulheres mantém interface concreta com as demais lutas sociais encaminhadas no município de Igarapé Miri levando ao reconhecimento de que homens e mulheres são sujeitos com igualdade de direitos, os quais passam a construir espaços equitativos na sociedade, embora se observe que há momentos de maior dinamismo e momentos de retração desse movimento. Nossa pergunta inicial partiu do seguinte: a economia solidária é capaz de constituir-se como um espaço de autonomia das mulheres, por ser um movimento de resistência que propõe uma atuação diferenciada e de igualdade, solidariedade, cujo suporte primeiro é o local?

Nossa afirmação tem como suporte o fato da SENAES⁵ entender a economia solidária como um movimento que tem apontando uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com resultados econômicos, políticos e culturais compartilhados pelos participantes, sem distinção de idade, raça e gênero.

Neste sentido, nossa análise sobre a ASMIM, teve uma perspectiva de (re)construção de suas práticas, perguntando e refletindo sobre as falas das próprias

⁵ “Secretaria Nacional de Economia Solidária, que integra o Ministério do Trabalho e Emprego-MTE do governo federal brasileiro. Ela foi criada por lei e instalada em 26 de junho de 2003, por iniciativa do Presidente Lula, a pedido do então Grupo de Trabalho de Economia Solidária do Fórum Social Mundial” (SINGER, 2006, p.201).

associadas, particularmente, daquelas que alcançaram papel de liderança na Associação de Mulheres, mas que extrapolaram para outros espaços, como os Conselhos de direitos locais e funções em Secretarias Municipais, Movimentos de amplitude estadual, nacional e internacional, dentre outros espaços que as projetam e criam possibilidades de ampliação de acesso público em espaços diferenciados de discussões/atuações da mulher na sociedade, em busca de igualdade entre os sexos.

Foram realizados contatos iniciais à inserção propriamente dita *in loco*, assim, após um primeiro levantamento com lideranças no sindicato de Igarapé-Miri, selecionou-se para entrevista quatorze mulheres das que mais se destacaram ao longo da trajetória da ASMIM e que pudessem por meio de suas histórias de vida contribuir para o entendimento da dinâmica dessa associação. Além da análise da fala de alguns homens, com os quais elas vivem e compartilham laços de relação familiar ou de trabalho, a fim de perceber conflitos, compromissos e exercícios práticos de igualdade entre gênero no interior desses espaços.

Neste sentido, a apreensão dessas entrevistas ocorreu em um espaço de aproximadamente 45 dias em que se esteve presente no município de Igarapé-Miri. Dividindo-se entre a coleta de entrevistas semi-estruturadas e abertas, além do levantamento histórico em órgãos públicos, espaços do movimento social, cooperativas, entre outros, que permitiram compreender a construção da ASMIM e de suas atuações em espaços sócio-econômicos e político-culturais essenciais na construção desta dissertação.

Nessa perspectiva, por se tratar do cotidiano e conseqüentemente de relações de conflitos, mas também trocas e solidariedade entre homens e mulheres, assim como entre elas mesmas, buscaram-se salvaguardar a identidade das entrevistadas, logo, em alguns momentos nesse trabalho, adotou-se o nome de pedras preciosas ou apenas o termo entrevistadas. Optou-se por essa definição para que não seja possível identificar alguns diálogos que por vezes são polêmicos e simbolicamente por considerá-las como “jóias” para essa pesquisa por se disporem a socializar suas histórias de lutas, resistências e trajetórias pessoais públicas e privadas, as quais foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Observou-se ainda que há novas práticas sócio-econômicas e político-culturais em que as mulheres se tornaram referência e alteram a realidade do papel destas na sociedade contemporânea. Destaca-se, aqui, que a economia solidária é uma dessas práticas sócio-econômicas e político-culturais estratégicas, para alterar o quadro das

desigualdades, à medida que se constitui como um espaço de exercício de um conjunto de princípios e práticas adversas às propagadas pelo capitalismo. Em seu interior ocorre o fortalecimento de laços de solidariedade, cooperação, democracia e igualdade, embora permeada de conflitos e disputas, em que as pessoas, independente da condição biológica, corroboram para a redução das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

A aproximação/percepção destas temáticas foi possibilitada a partir do exercício de atividades profissionais enquanto assistente social no Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - PITCPES⁶, que além da compreensão acerca dos vários determinantes que cercam esse tema (transformações societárias, solidariedade, organização social, gênero, etc.) possibilitou uma relação de troca de experiências sobre os empreendimentos de economia solidária, principalmente onde as mulheres exercem papel significativo de atuação. Isto porque, estes últimos têm demandado aos profissionais do Serviço Social, o desafio de assessorar o processo de organização dos mesmos, sendo que esse profissional precisa necessariamente acompanhar as alterações na sociedade, como espaço de construção na luta, pela garantia dos direitos e da perspectiva de construção de uma sociedade menos desigual.

Esse novo espaço de trabalho, para o assistente social, exige uma leitura teórico-metodológica crítica, em busca de uma intervenção de maneira qualificada e em consonância com as transformações nela proposta. Iamamoto (2008) reflete sobre as novas possibilidades de inserção laboral que surgem para esse profissional, as quais necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas, caso contrário, sem essa apreensão pode ocorrer conclusões/intervenções equivocadas. Essa autora define, então, que os “assistentes sociais trabalham com a questão social nas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc.” (p. 28). É nesse âmbito que os empreendimentos de economia solidária estão inseridos à medida que se apresentam enquanto alternativas às manifestações do capitalismo contemporâneo, como o desemprego, a exclusão e a precariedade das condições de trabalho.

⁶ O Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES/UFPA) é um projeto criado desde 2000, que articula ensino, pesquisa e extensão, voltado para a transferência de tecnologia social aos empreendimentos solidários na área urbana e rural do Estado do Pará.

Dessa forma, a partir da aproximação com temas relacionados à organização social, mobilização para o desenvolvimento de práticas sócio-produtivas e à participação coletiva despertou ainda mais o interesse de investigação sobre a contribuição da economia solidária para as trabalhadoras da ASMIM, na perspectiva do alcance à renda (gerando autonomia) e da promoção da igualdade entre os sujeitos sociais. Sendo assim, a pesquisa tornou-se de fundamental importância para a produção de conhecimentos relacionados à economia solidária em interlocução com a perspectiva de gênero, sob o exercício da pesquisa aplicada em uma problemática que ainda têm muito para ser explorada, na academia e na sociedade. Afinal, a inserção da mulher no espaço público, historicamente era ocupado, majoritariamente, pelos homens está sendo “milimetricamente” “disputado”, na medida em que o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres tem sido conquistado sob uma intensa e sistemática luta que envolve o conjunto da sociedade.

Este estudo pode ser mais uma “peça” de contribuição à ampliação acerca da compreensão do papel da mulher na sociedade contemporânea, visto que não se constitui como um espaço fixo, portanto, o alargamento e extensão são amalgamadas na trajetória de conquistas individuais e coletivas das mulheres na relação direta com os homens. Esse processo pôde ser identificado na análise da ASMIM, tomada como objeto desta dissertação, em que o movimento de economia solidária no Estado do Pará vem se constituindo como políticas públicas de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda, a fim de incorporar especificidades das mulheres, como uma nova dimensão das conquistas para a igualdade entre homens e mulheres.

Todavia, não se teve a pretensão de esgotar as discussões em torno dessa problemática, ao contrário, espera-se com a finalização desse estudo abrir novas possibilidades de ser instigadora em outras pesquisas enfocando outras faces relacionadas a este tema, seja no aspecto de críticas ou de complementação, pois de acordo com o Minayo (2007) a ciência é apenas uma forma de expressão pela busca de explicações de fenômenos presentes na sociedade, não sendo exclusiva, nem conclusiva e nem definitiva.

O primeiro capítulo: **Economia solidária entre as transformações e novos sentidos do trabalho** faz um resgate do surgimento desse movimento, a partir de uma gama de mudanças no mundo do trabalho na década de 1990. Busca-se ainda compreender as diferentes concepções de ES a partir das discussões dos principais teóricos que cercam esse tema. Apresenta-se o debate da inserção do movimento de

mulheres desde o surgimento das primeiras articulações no Fórum Social Mundial – FSM até a formação de GT's específicos nos dias atuais. Ressalta-se o debate acerca do desenvolvimento local e a importância de sua interface com a ES, na construção de um novo desenvolvimento que leve em consideração as potencialidades e saberes locais.

O segundo capítulo: **Quando as mulheres entram em cena: lutas, resistência e movimentos sociais**, retrata-se a luta das mulheres para romper com a invisibilidade na sociedade, bem como, seus processos de resistência ao longo dos anos. Destaca-se como reflexo dessa resistência à organização de mulheres ligada à igreja católica nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, além de, realçar as principais mudanças que ocorreram, para elas, na transição dos séculos XX e XXI. Traz-se a discussão das principais autoras que debatem a passagem de uma visão biológica para a categoria gênero como relações de poder socialmente construídas, portanto, passíveis de mudanças. Ressalta-se ainda, como o trabalho da mulher é visto no meio rural e a importância do seu empoderamento para uma maior visibilidade e protagonismo nas ações que cercam suas vidas.

No capítulo final, traz-se a experiência concreta da **ASMIM como instrumento de geração de renda empoderamento e desenvolvimento local em Igarapé-Miri**, neste, procurou-se destacar aspectos do cenário onde a pesquisa foi realizada, por meio de levantamentos sócio-econômicos, culturais de Igarapé-Miri, bem como, os processos de resistências, lutas e movimentos sociais que se constituíram nesse município. Destaca-se como objeto principal a inserção das mulheres nos movimentos sociais dessa localidade e a visibilidade que estas passaram a ter no município, na construção de um movimento próprio até a constituição da ASMIM, sob princípios de ES em busca de novas estratégias de desenvolvimento local, sem deixar de enfatizar as trajetórias de vida, conquistas e conflitos que as protagonistas enfrentaram/enfrentam na luta pela construção de igualdade de inserção na vida pública.

CAPÍTULO I

ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTRE TRANSFORMAÇÕES E NOVOS SENTIDOS DO TRABALHO

1.1 Economia solidária: um novo sentido para o trabalho?

De acordo com as análises de Motta (2004) o termo ES carrega uma variedade de idéias e conceitos, ao mesmo tempo em que, se constrói a partir deles. Ela chama atenção de que muitos empreendimentos já existiam antes, portanto, os conceitos operam sobre um dado fenômeno onde o ser mostra-se em condições de uma possível abordagem tomada pelo movimento do real, ou seja, quando passa a ser reconhecido como tal. Deste modo, o inovador é justamente a forma particular de organizar os elementos já existentes, quando as experiências concretas chamam atenção da (o) pesquisadora (or).

Essa mesma autora, afirma que Paul Singer, no Brasil, foi o primeiro divulgador dessa expressão, cuja apresentação se deu na elaboração de um artigo para o jornal Folha de São Paulo, em 11 de julho de 1996, intitulado **Economia solidária contra o desemprego**. Tratava-se de um projeto da prefeitura de São Paulo, na campanha de Luiza Erundina, candidata à reeleição, em que o mesmo era secretário de planejamento. No período citado, o termo ainda não tinha assumido o caráter que lhe daria mais tarde, ao escrever o livro *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*, no qual amplia o conceito como uma proposta teórica de amplo alcance, vislumbrando uma alternativa à falta de emprego, em termos mais gerais.

Para Singer (2000), ao recuperar a trajetória da organização produtiva dos trabalhadores no plano da economia do trabalho, a ES foi inventada por trabalhadores nos primórdios do capitalismo industrial, em resistência à pobreza e ao desemprego resultante da difusão “des-regulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. Portanto, o mesmo faz uma ligação da ES com o movimento operário e socialista, baseado em vários pensadores do cooperativismo moderno chamados também de “socialistas utópicos”, dentre os mais importantes, destaca-se Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, etc.

Deste modo, Singer (2000; 2002c; 2004), e outros autores como Culti (2004) França Filho e Laville (2004) têm a mesma linha de pensamento, ao afirmarem que a ES data de muitos anos e têm seu surgimento vinculado aos ensejos e contradições da

revolução industrial, seus desdobramentos sociais e políticos que se tornam evidentes na Europa na primeira metade do século XIX.

Todavia há autores que não concordam com esses argumentos, para Bertucci (2005), por exemplo, diferentemente dos demais autores, como Singer (2002b), ela não surgiu a partir do socialismo utópico, apesar de reconhecer a importância do pensamento destes, como os primeiros a demonstrar que a principal fonte de todos os males sociais estava vinculada à estrutura do sistema econômico baseado na propriedade privada. Afirma ainda, que esse movimento não constitui uma linha bem definida do pensamento socialista, mas estariam próximos de um primeiro aglomerado de trabalhos e experiências exploratórias, reflexos da inquietação e da indignação desses personagens face à realidade que presenciavam.

Portanto, Bertucci (2005) sustenta a idéia de que, se por um lado, a ES distancia-se de uma radicalidade revolucionária, tampouco pode ser taxada de “socialismo utópico”. Assim sendo, corrobora-se com a idéia deste autor, quando retrata que a ES não pode ser reduzida ao socialismo utópico, pois se torna necessária a compreensão de um novo contexto do capitalismo, compreendido em um quadro diferenciado do início da industrialização.

Na realidade, tomaram-se por base as análises de Miranda (2009), quando se refere às idéias dos socialistas utópicos como iluminadores da emergência da ES na década de 1980, mais expressivamente na década de 1990, na medida em que carregam os mesmos princípios criados pelos socialistas⁷ e ampliados na realidade contemporânea⁸. Porém o surgimento resulta das crises da sociedade contemporânea, primeiramente, a partir da luta de trabalhadores desempregados e, em situação de precariedade e, posteriormente, na diversidade de experiências já existente, que passam a se reconhecer como parte integrante desse processo, a citar: o manejo de recursos de bens comuns, cooperativas, associações etc.

Bertucci (2010) afirma, por conseguinte, que esse movimento é resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo e de suas repercussões no mercado de trabalho no Brasil e no mundo, com condições diferentes em cada contexto.

⁷ Adesão voluntária e livre; controle democrático pelos sócios; participação econômica do sócio; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; preocupação com a comunidade.

⁸ Os novos princípios centram-se na valorização social do trabalho humano; no reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; na busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade, um caminho que valoriza os seres humanos, independente da sua cor de pele, sexo, idade, orientação sexual, condição econômica ou cultural. (OLIVEIRA, 2009, p.1)

De modo que, antes de ser uma construção consciente se caracteriza como um movimento real resultado da crise do trabalho industrial e do crescimento do desemprego.

Sob essa perspectiva, o mesmo autor argumenta que é apenas durante a realização do I FSM, em Porto Alegre, que nasce a idéia da ES como um movimento social, fortalecido pelo agrupamento de organizações que tinham orientações ideológicas e práticas similares. Todavia, há ainda uma lacuna quanto ao estudo deste como movimento social, uma vez que não há definições fechadas, se o mesmo é um novo movimento social, ou uma reestruturação de movimentos antigos, ou mesmo de reagrupamento de diferentes movimentos, visto que, o que se tem são níveis de reconhecimento dos protagonistas dos empreendimentos solidários como elemento de sua constituição.

O debate acerca desse tema é resultado de uma crise global, cujo panorama era de intensas modificações, a partir da década de 1970, acentuando-se na década de 1980, nos “países de capitalismo avançado, [em virtude das] profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política” (ANTUNES, 2007, p. 23). No Brasil, essas mudanças se intensificaram, principalmente, na década 1990, tanto no processo produtivo quanto organizativo do trabalho, destacado por esse mesmo autor como um dos momentos mais agudos na história do mundo do trabalho, originando as mais diversas expressões, como o desemprego, o subemprego, a precarização das formas de trabalho e o desmonte dos direitos trabalhistas.

Busca-se entender, deste modo, como os processos de globalização⁹ e de reestruturação produtiva, apontada como mudanças nos padrões da produção, impactam tanto a inserção das mulheres quanto de homens, na medida em que impulsionam investimentos em tecnologias como a robótica, a automobilística e a microeletrônica, as quais contribuíram para o desenvolvimento de novas relações de trabalho, mesmo no campo.

Segundo Costa (2008) a globalização é fundamentada em alguns conceitos básicos, como o mercado regulando à vida social, à iniciativa privada como operadora do sistema e o Estado mínimo, desregulado, como instrumento de garantia da

⁹ Fenômeno típico do capitalismo contemporâneo, que acarreta mudanças impactantes na política mundial, na economia, no mundo do trabalho e nas tradições culturais em todas as partes do planeta, influenciadas seja pelos meios de comunicação, seja pelo poder econômico-financeiro das grandes corporações transnacionais (COSTA, 2008, p.11).

propriedade e de contratos. Assim, essa síntese passou a ser conhecida como neoliberalismo, ou seja, a redução da regulação entre capital e trabalho, com repercussões na vida social, política, econômica e cultural, uma nova configuração do capitalismo contemporâneo, cuja lógica hegemônica é regida por princípios do individualismo possessivo¹⁰ contrapostos pela economia solidária e o desenvolvimento local, estratégias de organização sob a crítica do pensamento único.

As mutações decorrentes de novos padrões produtivos alteraram a sociedade trazendo mudanças em todas as esferas, como apontado por Costa (idem) nos países sob o neoliberalismo, ou seja, recrudescendo a concentração de renda e aumentando a pobreza; o mundo se tornou mais instável e as crises econômicas, sociais e políticas se tornaram mais constantes.

Para Barbosa e Ramos (2002) o processo de reestruturação do capital implicou em muitas perdas para o trabalhador, dentre elas a questão de postos de trabalho ocasionando, assim, desemprego em massa. Mota (2000) acrescenta ainda que tal processo caracteriza-se tanto por mudanças no âmbito técnico das empresas, como também na abertura de capital, privatização de empresas estatais, terceirização, demissões e aumento da produtividade, redefinindo assim, o processo de produção das mercadorias acarretando aumento do desemprego ou do trabalho informal.

Sob essa perspectiva, as metamorfoses estão ligadas ao regime de acumulação flexível, que segundo Harvey (1996) caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, e ainda “envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego, no chamado setor de serviços” (HARVEY, 1996, p. 140). Por conseguinte, o desenvolvimento desse setor criou “uma significativa heterogeneização do trabalho” (ANTUNES, 2007, p. 49), isto é, uma percepção expressiva da crescente incorporação do contingente feminino¹¹.

Nesse aspecto, em face das conseqüências destrutivas das transformações no mundo do trabalho surge antagonicamente o desenvolvimento de ações coletivas, geradas a partir do fortalecimento de laços sociais, emergidos pela necessidade de

¹⁰ Ver Macpherson (1979) sobre a teoria política do individualismo possessivo.

¹¹ A esse respeito, o mesmo autor reitera que as mulheres tiveram um aumento significativo em “ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital” (ANTUNES, 2007 p. 53). Nogueira (2004) e Nobre (2003) atribuem esse aumento à precarização do trabalho feminino, uma vez que essa se insere em empregos de tempo parcial, trabalhos precários, pela possibilidade de administração do tempo para a realização da dupla jornada a ela exigida pela dedicação ao trabalho na esfera reprodutiva.

alternativas de vida que garantem trabalho e renda, possibilitando novas formas de organizações da produção baseadas no associativismo, na cooperação, ajuda mútua, cujas expressões se destacam por cooperativas, associações e empreendimentos solidários inseridos no movimento da economia solidária.

Destarte, as transformações nos métodos de produção tenham proporcionado diversas mudanças, “(...) o trabalho continua a ser o centro do sistema produtivo e somente pela classe trabalhadora pode ser defendida a tese de outro mundo possível” (VASSAPOLLO, 2005, p.108). Nesse sentido, aborda-se as principais concepções acerca desse movimento de trabalhadoras e trabalhadores na construção de um outro desenvolvimento, baseado em diferentes propostas que veremos a seguir.

1.1.1 Principais Abordagens sobre a Economia Solidária

Há diferentes leituras sobre a concepção de economia solidária, nesse sentido, analisa-se como “uma reação contemporânea [...] onde o agir coletivo coloca-se como uma alternativa possível aos atores sociais” (CULTI, 2004, p.2), portanto, o eixo central desta discussão é a possibilidade de um trabalho associado, baseado na “democratização como condição concomitante com o desenvolvimento de novas formas de organização de uma economia não capitalista” (LAVILLE, 2004, p. 9).

Nesse sentido, entre as diferentes concepções tem-se a essência voltada à construção de uma nova sociedade, baseada não mais na exploração das pessoas e dos recursos naturais, mas, sobretudo, pautada em relações de justiça social, solidariedade, cooperação, igualdade, democracia.

Embora esse tema, na América Latina, segundo Sabourin (2006) tenha nascido no meio urbano, em torno de iniciativas empresariais ou cooperativas. Tem-se recentemente abordado sob reflexões da ES no meio rural, relacionados com experiências de manejos de recursos ou bens comuns, bem como, formas variadas de associativismos, ou seja, de trabalhadores que se organizam em torno da sócio-productividade local.

Porém, isso não quer dizer que tais experiências não existiam antes da abordagem desse termo, mas como o próprio autor argumenta é a partir de 2000, que essas experiências começam a serem vistas como integrantes da ES. Para esse autor, a compreensão de iniciativas econômicas solidárias no meio rural brasileiro perpassa por

conceitos apontados nos escritos de Polanyi (2000), como outras categorias econômicas: reciprocidade, redistribuição e intercâmbio.

Eme, Laville e Marechal (2001) ressaltam que a economia não pode se resumir apenas ao Estado e ao mercado, na análise dos mesmos se acrescentaria outro setor supletivo, para o caso desses dois últimos encontrarem alguns limites. Essas concepções retratam a concordância dos autores com a fundamentação de Polanyi (2000) sobre uma economia plural, isto é, na qual várias lógicas econômicas podem se desenvolver, não se reduzindo apenas a lógica do mercado.

Polanyi (2000) resalta em seus escritos, quatro princípios de comportamento econômico: a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado. A **domesticidade** consiste na produção do próprio usufruto, provendo as necessidades dos membros do próprio grupo; a **reciprocidade** está centrada nas relações estabelecidas entre grupos e pessoas a partir de doações ou préstimos mútuos: “(...) é fundada sobre a dádiva como fator social elementar à existência da dádiva, estando ligada a uma contradádiva (...) as transferências são indissociáveis das relações humanas” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 32); a **redistribuição** tem por princípio uma autoridade central que tem a responsabilidade de distribuir a produção, é focado no chefe, o templo, déspota ou senhor, cuja “prática da redistribuição lhes é muitas vezes um meio de aumentar seu poder político vigente” (POLANYI, 2000, p. 72); o **mercado** é o espaço que permite o encontro entre a demanda e a oferta de bens e serviços para fins de trocas, por meio da fixação de preço. Nesse sentido, a domesticidade e a reciprocidade fazem parte de uma economia não monetária, enquanto o mercado e a redistribuição, essa última apesar de não estar sujeita a trocas mercantis, mas como está permeada por pagamentos seriam classificadas como economias monetárias.

Para França Filho e Laville (2004) até o século XIII os sistemas econômicos operavam de forma combinada a cada um desses princípios. A economia era imbricada nas relações sociais. Todavia a partir do século XIX, com o surgimento da industrialização, o princípio do mercado torna-se dominante isolando-se por meio de “(...) um mecanismo auto-regulador, isto é, aquele da troca que assegura a distribuição dos bens por meio, unicamente, dos preços neste sistema econômico que é a economia de mercado” (p. 35), de modo contraditoriamente “(...) são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77).

Nesse sentido, analisamos do mesmo modo que França Filho e Laville (2004) ao retratar a economia solidária não como outra forma de economia que viria

acrescentarem-se às formas já descritas de economia mercantil e não mercantil. Mas como,

(...) uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela *terciarização* das atividades econômicas. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato (idem, p. 107).

Pinto (2006) ressalta que os principais desafios da ES são de ordem política, posto que se torna necessário abrir espaços para a ponderação de valores e normas da vida econômica, assim como identificar um campo através do qual o trabalho retoma seu caráter produtor de vínculos sociais e de laços cívicos. Laville (2004) acrescenta que a ES seria então um meio para articulação entre o econômico, político e o social.

Estas iniciativas tanto urbanas quanto rurais são permeadas por relações de reciprocidade, a qual Singer (2004) afirma ser o relacionamento básico entre os que trabalham nela, na medida em que todo o tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua, para ele um sinônimo da economia da dádiva. De acordo com Bertucci (2010)

o significado mais preciso seja o que apresenta a ES como sendo formada por um **conjunto de organizações econômicas**, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário. Nesta definição, a unidade mais simples da ES é o Empreendimento Econômico Solidário, que pode ser uma cooperativa, uma associação ou mesmo um grupo informal. Assim, a ES não se confunde, nesse sentido, com práticas de solidariedade assistencial, de caridade ou de responsabilidade social e/ou ambiental, mas está antes ligada a uma concepção de solidariedade social necessariamente atrelada às condições de organização e (auto) gestão do trabalho e da repartição de benefícios. (idem, p. 52) [grifo do autor]

O debate traçado por Singer (2002a) defende a economia solidária como possibilidade de uma alternativa real ao capitalismo, à medida que a maioria da sociedade, não proprietária do capital, se conscientizar de que é de seu interesse organizar a produção de modo coletivo. Tal concepção, segundo Bertucci (2010) lhe colocaria na posição de um dos autores mais otimistas em relação a esse tema, à medida que, para ele, o crescimento de empreendimentos econômicos solidários – EES seria capaz de mostrar um caminho evidente, por meio de uma prática socialista, que levaria a superação do capitalismo.

Nesse sentido, em termos de crítica, Gaiger (2008) afirma que não se pode tratar essa temática como narrativa, para quem a utiliza sob uma visão de ordem anticapitalista. Esse tipo de argumento acaba impondo compromissos que ela não tem condições de cumprir e impedem de ver outras características, em potencial, na economia solidária.

Gaiger (2003) retrata que apesar desta ser uma forma social de produção específica e não reproduzir em seu interior relações capitalistas, ela convive com o modo de produção vigente, ou seja, portanto, impactada por esse modo de produção.

Nessa perspectiva as análises de Oliveira (2004) fortalecem a delimitação de que não se pode considerar a ES como a alternativa, a saída, mas sim como uma das propostas que assume a resistência, o questionamento, a indignação com as mazelas do capitalismo vigente, ao lado de várias outras lutas. Por conseguinte, Eid (2003) argumenta que os valores distintos daqueles predominantes na economia capitalista expressam, portanto, uma forma de resistência às conseqüências do capitalismo, já mencionadas, em virtude da subjugação dos não proprietários dos meios de produção – os trabalhadores – em favorecimento da acumulação capitalista e, portanto, da produção por parte dos proprietários/capitalistas.

Deste modo, as crises econômicas tornam-se terreno propício para o surgimento de alternativas ao desemprego, que fortalecem os laços associativistas como a economia solidária que,

(...) é uma maneira de produzir diferenciada dentro do próprio modo de produção vigente, pois ela convive nesse sistema capitalista de produção e é entendida como alternativa real [a falta do emprego] que assola atualmente o mundo do trabalho. Trata-se em grande parte, da necessidade que os trabalhadores têm em descobrir, no sistema capitalista, possibilidades de geração de trabalho e renda, a fim de suprir, sobretudo, suas necessidades básicas. Assim, as camadas sociais de trabalhadores (re) criam alternativas de inserção sócio-produtivas individuais e coletivas (empreendimentos informais, cooperativas, associações e grupos de produção e serviços), com objetivo de geração de trabalho e renda (MIRANDA, 2009, p. 27).

Entretanto, Pinto (2006) desenvolve sua análise afirmando que não se trata apenas de alcançar trabalho e renda, por meio de saídas associativas. Assiste-se também como possibilidade de sua emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas. Assim, quando novas formas de ação coletiva incidem sobre as relações econômicas, resgata com força o elemento associativo na formação de solidariedades sociais.

Mance (2008) afirma que nas últimas décadas, milhões de pessoas começaram a inventar e reinventar novas e antigas formas de organizar-se em atividades de consumo, comercialização, produção, financiamento, desenvolvimento tecnológico, buscando alternativas para seus problemas e construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Nesse sentido, a perspectiva da ES está para além da geração de trabalho e renda, ao contrário da economia capitalista, o que se busca como eixo central é a valorização do homem e da mulher, por meio de seu trabalho, mas não se restringe ao campo econômico; visa-se a reunificação das esferas econômica, política e social, as quais foram fragmentadas pelas instituições do capitalismo, entre mundo da vida e mundo do trabalho. Portanto, nos termos de Pinto (2006) a economia solidária é a possibilidade da “economia política” voltada para a “reprodução ampliada da vida” e não para a acumulação.

Guérin (2005) define a economia solidária como sendo um conjunto de iniciativas econômicas privadas, ou seja, autônomas em relação ao Estado, que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade. Nesse sentido, a economia solidária converge, portanto, para a construção de novos valores que suscitam uma prática social transformadora, fomentadas por ações coletivas inovadoras, baseadas em princípios para além dos excedentes econômicos e monetários.

A inserção econômica sob solidariedade torna possível fomentar a cidadania produtiva (de coisas e de sentido) aproximando os integrantes desses empreendimentos a questões políticas e críticas, por meio de debates e discussões, possibilitando que os mesmos possam democraticamente realizar processos de reivindicações de direitos e de transformação social.

Estes traços são demonstrados ainda por França Filho e Laville (2004), ao analisarem a economia solidária como um movimento multiforme de experiências, cujo ponto comum refere-se à “necessidade [de] uma recomposição das relações entre economia e sociedade, traduzindo uma preocupação atual de diferentes grupos sociais¹² diante da aceleração do processo de mercantilização da sociedade...” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 173). Logo, esses diferentes atores sociais vêm se associando com outros sujeitos sociais de movimentos distintos em busca do crescimento individual e

¹² Compreendem diversos atores pertencentes também a outros movimentos que se articulam e organizam por meio da economia solidária como movimento de mulheres, negros, indígenas, populações tradicionais, de reforma agrária, de moradia, dentre outros.

comunitário, centrado em uma nova concepção que tem por base a valorização do ser humano, a partir do trabalho associativo. (MIRANDA, 2009)

Nesse sentido, a economia solidária caracteriza-se como um movimento de resistência dos trabalhadores frente às diversas conseqüências oriundas das transformações no mundo do trabalho, dentre as quais se destacam: a pobreza, a exclusão social e a desigualdade entre as pessoas. Suas ações vêm demonstrando possibilidades de mudança cultural e da realidade propiciando geração de renda, inserção sócio-produtiva e construção de novos laços não apenas de solidariedade, reciprocidade, mas de avanços capazes de enfrentar a desigualdade entre os sexos.

Isto porque a economia solidária reconhece que a mulher tem um papel fundamental na construção de “uma outra” sociedade, devido à sua capacidade de articulação e interação que contribui para a revalorização de “laços de reciprocidade, de cuidado com o outro, mas não mais consideradas como ‘virtudes’ femininas, e sim como uma responsabilidade coletiva de homens e mulheres” (GUÉRIN, 2005, p. 17).

Nessa perspectiva, Culti (2004) afirma que um processo de organização coletiva como a economia solidária pode não só transformar o papel das mulheres na sociedade, como a identidade à elas relacionadas, à medida em que vislumbra a coletividade na posse dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens, mediante a propriedade coletiva. A renda torna-se também mais equacionada entre homens e mulheres, ou seja, nas mesmas proporções devido a distribuição do excedente, tendo como pressuposto o princípio democrático da igualdade de direitos aos sócios (as), ou seja, “a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo e na gestão democrática” (NOBRE, 2003, p.208).

Nobre (idem) ressalta a economia solidária como uma possibilidade de romper a divisão sexual do trabalho, visto que a separação entre o proprietário dos meios de produção e a pessoa que vende sua força de trabalho é substituída pela propriedade coletiva, com a gestão democrática e práticas inovadoras de organização do trabalho.

A economia solidária apresenta-se como um terreno privilegiado para o empoderamento da mulher e do homem na sociedade, conforme demonstra Guérin (2005) ao afirmar que os espaços coletivos que compreendem essa “outra economia” (CATTANI, 2003, p.14) criam ambientes de discussão, de reflexão e de deliberação conjuntas. De tal modo, a apresentarem-se como formas de acesso à fala em público para pessoas que, em geral, não as têm. Logo, por meio de expressões e reivindicações

coletivas, podem participar da transformação das instituições, seja da legislação ou das normas sociais.

1.1.2 A inserção do movimento de mulheres na economia solidária: possibilidade de desenvolvimento ou forma de resistência?

O I FSM de Porto Alegre, em 2001, marcou o surgimento de um novo movimento social, cujos objetivos eram debater e protestar contra o capitalismo especulativo internacional e, ao mesmo tempo, se contrapor à agenda do Fórum Econômico Mundial realizado anualmente em Davos. Assim, esse evento foi elaborado por uma pluralidade de sujeitos inseridos em grupos de ONG's, movimentos e sindicatos, a fim de discutir “um outro mundo possível”. Isso resultou em “um público de quase 20 mil pessoas para discutir essas ações inovadoras” (GOHN, 2007, p. 58).

Nessa perspectiva, vários atores estiveram presentes nos debates sobre a constituição, do que Gohn (idem) chama de “novo sujeito”, isto é, um novo movimento que estava surgindo por meio de povos que lutavam contra os efeitos devastadores da globalização econômica e seu caráter excludente, mas que estivesse balizado em ações “(...) sem exclusão social, sem discriminações, com respeito às diferenças culturais e diversidades locais e regionais (...)” (idem, p. 61). Segundo a mesma autora, participaram desse evento, 184 organizações, sendo 42 brasileiras, distribuídas da seguinte forma:

Quadro I - Perfil das 42 entidades brasileiras no I FSM

ATORES	ÁREAS DE ATUAÇÃO	
12 MOVIMENTOS	DIREITOS HUMANOS	2
	MULHERES	3
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	2
	CONSELHOS POPULARES	3
	TRABALHADORES RURAIS	1
	CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES	1
11 ONGs	JOVENS	3
	MULHERES	3
	AMBIENTALISTAS	2
	DIREITOS HUMANOS	1
	CULTURA	1
	CENTRO DE ESTUDOS	1
18 SINDICATOS	CENTRAL SINDICAL	3
	ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL	2
	SINDICATOS-CATEGORIAS ESPECÍFICAS	13

FONTE: (GOHN, 2007, p. 63)

O quadro acima mostra a diversidade dos sujeitos coletivos e, conseqüentemente, opiniões diversificadas que geraram inúmeras cartas propostas, por

áreas temáticas. De modo que, de acordo com a secretária executiva do FBES (2006), foi criado, nesse contexto, o Grupo de Trabalho – GT de ES, surgindo com a proposta de articular e mediar à participação nacional das redes internacionais que discutiam essa temática,

O GT brasileiro constituiu-se por organizações e redes¹³ de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais (SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FBES, 2006, p. 75).

Nesse sentido, o movimento de mulheres presente nesse evento se organizava em torno de lutas semelhantes, concernentes aos questionamentos de um sistema dominante e de políticas voltadas apenas por interesses do mercado, além da perspectiva de contribuir para a construção de propostas de “um outro mundo possível”, que priorizasse o social e não o econômico. Assim, alguns movimentos feministas se agregaram à ES, fortalecendo a discussão no interior do FSM sobre a necessidade de repensar o papel da mulher na sociedade, com condições e oportunidades minimamente equitativas.

Apesar das mulheres estarem presentes desde o início, contribuindo para o fortalecimento do movimento de ES, foi só a partir da IV Plenária de ES¹⁴ que surgiu um GT de gênero no FBES motivado pelo questionamento da ausência de mulheres nas instâncias de poder desse fórum, e também na dificuldade que havia em seu interior para explicitar os conflitos existentes nas entidades.

Pinto (1992) ressalta que os movimentos de mulheres e/ou feministas não têm sempre uma convivência tranqüila, sendo rodeada de conflitos em relação a mudanças nas estruturas de poder, reforçando a posição da autora e, segundo o relatório do GT de gênero (2008), antes da plenária, foram realizadas discussões visando inserir a discussão

¹³ “As 12 entidades e redes nacionais de fomento que participaram do GT brasileiro são: Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto-Gestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED)” (SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FBES, 2006, p. 75).

¹⁴ Nos dias 26 a 30 de março o FBES organizou, em Luziânia/GO (30 km de Brasília/DF), a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com a participação de 288 representantes das Plenárias Estaduais, além de 32 observadores, totalizando 320 participantes, de todos os estados do país e com a presença de representantes de redes internacionais. (FBES, 2008, p. 5).

de Gênero como um eixo temático. No entanto, foi totalmente ignorado na votação de escolha desses eixos, o que suscitou grande mobilização das mulheres presentes no encontro, que fizeram uma manifestação de repúdio invadindo a mesa do encontro e denunciando essa omissão da plenária.

No relatório final da IV plenária é retratado, de forma mais eufemizada o acontecimento, tentando disfarçar os conflitos de poder existentes entre homens e mulheres no movimento,

as mulheres emocionaram a todas e todos da plenária ao fazerem uma mobilização ao final da plenária de sábado, apontando, de maneira bonita com músicas e muita poesia, uma moção em protesto pela pouca atenção dada ao tema no documento-base (...). As mulheres eram maioria na plenária, compondo 57% do conjunto de delegadas e delegados. Este alerta trouxe à tona um debate que vem sendo inserido pouco a pouco nas reuniões da coordenação nacional, e que agora tomará mais corpo: a importância da participação das mulheres nas atividades de economia solidária, não só na produção, mas nas instâncias de deliberação, na comercialização e na administração (FBES, 2008, p. 8).

Nessa perspectiva, como instrumento de reivindicação de oportunidades iguais, as mulheres presentes na IV Conferência reuniram-se e escreveram uma Carta das Mulheres da Economia Solidária, analisando algumas de suas questões, nesse movimento, e exigindo o direito de se organizarem no fórum, enquanto GT de Gênero.

Imagem I - Carta de protesto das mulheres na IV plenária de ES¹⁵

Anexo B: Carta das Mulheres da Economia Solidária presentes na IV Plenária do FBES

Nós mulheres que somos a grande maioria na Economia Solidária, que participamos do movimento de mulheres, do movimento feminista, do movimento agroecológico, da luta pela terra, pela reforma urbana e rural, trabalhadoras da Economia Solidária do campo e da cidade, negras, índias, extrativistas, brancas, jovens, lésbicas, de todas as crenças e de todas as regiões desse país.

Nós, mulheres que contribuimos com a construção de um nova sociedade com igualdade e justiça para todos as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida, e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta.

Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade ds mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios.

Reafirmamos um espaço próprio de auto organização das mulheres no FBES, reconhecendo e valorizando a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos Fóruns, municipais, estaduais e regionais.

Luziânia, 29 de Março de 2008

Fonte: Anexos do FBES (2008)

¹⁵ Embora a carta faça referência à maioria das mulheres na economia solidária, os dados do Sistema de Informações sobre a Economia Solidária-SIES, obtidos por meio do mapeamento realizado sobre os empreendimentos solidários no Brasil 2005-2007, aponta outra realidade, na qual o número de mulheres representa apenas 36% desse universo.

Após os protestos da IV Plenária, a problemática de gênero foi aos poucos se inserindo nas reuniões de coordenação nacional. A primeira reunião do GT foi realizada em novembro de 2008, tendo como pontos de discussão, a introdução da temática do gênero nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária – FEES e a organização de um seminário que fortalecesse as discussões nos estados.

Nesse âmbito, o I Seminário e Encontro Nacional desse GT, que aconteceu de 27 a 29 de outubro de 2009, em Recife, com a participação e parceria na organização da Rede Economia e Feminismo –REF e a Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste – RMPN. Participaram desse, 65 mulheres de vários estados brasileiros¹⁶. Um dos pontos de discussão foi a terminologia do GT, que tinha a intenção de discutir os gêneros homem e mulher, todavia, depois das primeiras reuniões, em que o público era apenas de mulheres, iniciaram-se debates para mudar a terminologia para GT de Mulheres, o que não aconteceu devido aos diversos posicionamentos, sendo deliberado permanecer GT de gênero e como proposta traçar debates futuros com mais embasamento teórico sobre a melhor terminologia.

A partir desse momento, foi formada a composição do GT, por 35 representantes, sendo uma mulher e uma suplente, de cada fórum estadual de Economia Solidária, além de uma representação da RMPN e da REF¹⁷. O objetivo do mesmo é fortalecer a participação e representação das mulheres como sujeitos políticos e econômicos em todos os espaços do FBES, a fim de construir o movimento de ES, baseado na igualdade, cooperação e solidariedade. Para tal foram traçadas as seguintes estratégias:

- Visualizar/Visibilizar a participação das mulheres, com seus saberes e vivências, na Economia Solidária e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária;

¹⁶ “Esse evento reuniu organizações feministas, representantes do Fórum Brasileiro /FBES e dos FEES, da Rede Economia e Feminismo, da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP/ITCP e Unicamp/ Campinas, pesquisadoras do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/UFRPE, dos Centros de Formação em Economia Solidária/CEFES e integrantes dos Grupos de Trabalho/GTs de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia/ANA e do GT de Gênero e Raça do Fórum de Reforma Urbana de Pernambuco” (relatório final do I seminário do GT de gênero, 2008).

¹⁷ A Rede Economia e Feminismo (REF) foi criada em novembro de 2001 durante o Seminário Feminismo e Economia, que aconteceu em São Paulo, por 33 mulheres de 13 estados e 22 organizações. Ela se propõe a articular ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais e governamentais e pesquisadoras que desejem atuar com prioridade no tema economia e feminismo. (disponível em: http://www.sof.org.br/rede_econ_femin.htm).

- Ser espaço de trocas, reflexão, formação e produção de conhecimento na construção da autonomia das mulheres no FBES e na Economia Solidária;
- Articular e fortalecer os GTs de Gênero nos estados;
- Estabelecer alianças e parcerias com outros movimentos nacionais e estaduais de mulheres e feministas;
- Participar nas elaborações e construções nos eixos prioritários do FBES;
- Construir integração com os outros GTs do FBES;
- Fortalecer o diálogo com a coordenação executiva e com a coordenação nacional do FBES.

Após esse evento ocorreu um II Seminário realizado juntamente com o Encontro Nacional do GT de Gênero e Encontro de Mulheres Produtoras do Nordeste que aconteceu no período de 19 a 21 de outubro de 2010, em Olinda. Tendo como estratégias de ação fortalecer o debate e reflexão sobre o feminismo, economia solidária e agroecologia. Promovendo intercâmbio de experiências e saberes contribuindo assim para a melhoria na participação das mulheres no FBES, na RMPN, além de colaborar para a auto-organização política das mulheres em espaços políticos estratégicos e prepará-las para o seminário nacional de diálogos entre movimentos sociais, o qual foi realizado em novembro desse mesmo ano.

A visibilidade da mulher na economia solidária é muito recente e passa ainda, como supramencionado, tanto por definições de estratégias de ações como de funcionamento/fortalecimento nos Estados e, em nível nacional, portanto, é um processo que permite “(...) novos espaços e novos sujeitos [que] se constituem e transformam as relações de poder de fato ou potencialmente no interior da sociedade” (PINTO, 1992, p. 136).

Os conflitos permanecem e as resistências da mesma forma no interior do movimento. Assim sendo, durante a realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), em junho de 2010, houve mais uma manifestação formada por delegadas¹⁸ presentes nesse evento. O ato, ocorreu no dia 18 de junho, no início dos trabalhos da tarde visando marcar as discussões de gênero nos debates e foi simbolizado por um cortejo, no local do evento, em que as mulheres seguiram por entre cadeiras com

¹⁸ Representantes democraticamente escolhidos nas conferências preparatórias estaduais, para avaliar, formular e deliberar sobre as questões de âmbito nacional da Economia Solidária, na II Conferência Nacional de Economia Solidária.

balões lilases, em coro, com palavras que ressaltavam a forte presença da mulher na ES (62% das pessoas envolvidas no encontro eram mulheres).

Foto 1- Manifestação das mulheres durante a realização da II CONAES.



Fonte: [e_solidária] 2010.

Como parte dessa manifestação foi colhida assinaturas para uma moção de igualdade entre homens e mulheres na ES. O documento foi entregue com 253 assinaturas à coordenação nacional. Destarte, torna-se necessário romper com estruturas conservadoras de poder e fortalecer a atuação das mulheres para além do movimento da economia solidária, pois se não ocorrer mudanças junto aos companheiros e companheiras que fazem parte desses movimentos e que almejam um desenvolvimento pautado em valores diferentes dos empregados pelo capitalismo, ou seja, “um outro mundo possível”, dificilmente esse conseguirá romper a esfera da resistência e consequentemente da subalternidade.

1.2 Economia solidária: como estratégia para o desenvolvimento local?

Silva (2007) afirma que desde a crise do fordismo e do processo reestruturação produtiva coloca-se a discussão do desenvolvimento local, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, devido à descentralização da administração do Estado, porém é a partir de 1990 que o conceito entra definitivamente na pauta das políticas públicas, como reflexão sobre novas formas de crescimento econômico visando atingir o âmbito local,

devido às experiências que se mostram capazes de gerar mais e melhores oportunidades, no caso da Itália, onde se originou essa perspectiva tendo sua base produtiva na micro e pequena empresa.

Cocco, Urani, Galvão e Silva (2002) ressaltam que há um interesse de muitos estudiosos e formuladores de políticas públicas sobre o desenvolvimento local, consolidado na região central do nordeste da Itália, nas décadas de 1950 e 1960 – a chamada Terceira Itália¹⁹, cuja experiência de redes de pequenas e médias empresas trouxe alternativas concretas de intervenção de poderes públicos locais, que contemplaram também comunidades de baixa renda circunscritas em seus territórios.

Silva (2007) argumenta que a vantagem da acepção do desenvolvimento local dá-se pela dimensão territorial, como objeto de políticas públicas, devido se tornarem transversais e não mais setoriais. Isso permite uma mobilização do conjunto da sociedade, não apenas dos agentes considerados “produtivos”, pois além de possibilitarem o estabelecimento de redes de cooperação horizontal fortalecem as dinâmicas da democracia local.

Para Eid e Pimentel (2008) o termo local, é interpretado como sinônimo de lugar e pode contemplar uma variedade de significados com pelo menos três dimensões: “a) econômica, pela localização das atividades econômicas e sociais, b) sociológica, pelo espaço cotidiano de interação social, c) antropológico e cultural, pela identificação do sujeito com o espaço habitado” (p. 4).

Nesse sentido, Jesus (2003) reforça que a identificação de uma iniciativa de desenvolvimento local se constata quando os recursos e valores locais estão sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e meio ambiente. Tal processo é definido por Cocco *apud* Silva (2007) como mecanismo de mobilização produtiva dos territórios e das instituições locais.

Assim sendo, a década de 1990, foi cenário do crescimento da ES, contribuindo para o aumento de organizações sócio-produtivas sob um movimento endógeno, de base associativista e coletiva, como estratégia de luta e resistência dos (as) trabalhadores (as) frente ao processo de precarização do trabalho e do emprego assalariado.

Por conseguinte, um dos maiores desafios da economia solidária é sair da esfera apenas da estratégia de resistência, para uma nova estratégia de desenvolvimento. Tão

¹⁹ De acordo com Cocco, Urani, Galvão e Silva (2002) esse termo foi empregado pela primeira vez por Bagnasco no final dos anos 1970, como desdobramento do tradicional dualismo italiano entre o Norte desenvolvido que se encontrava em crise (primeira Itália) e o Sul atrasado (segunda Itália). (p. 13)

logo, pode ser ainda um instrumento capaz de dar respostas no âmbito local, regional e global, devido sua participação em redes de cooperação sociais, econômicas e políticas.

Assim, há a necessidade de debater um desenvolvimento que não tenha uma abordagem centralizadora e mecânica (pensada de cima para baixo), mas ao contrário que seja um “processo de desenvolvimento iniciado na localidade e/ou região de baixo” (JESUS, 2003, p.73). Isso é defendido por Wautier (2003) ao afirmar que economia solidária acentua um projeto de desenvolvimento local assentado na pluralidade de atividade econômica sob formas de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, às populações excluídas em uma determinada localidade.

De acordo com Oliveira (2006), o debate do desenvolvimento local está conectado a um movimento em diversas partes do mundo, em busca de melhores condições de vida, associadas à desconstrução da noção de desenvolvimento estritamente econômico (pela qual se baseia a maioria dos países) levando as sociedades a repensarem sobre quais outros caminhos podem ser traçados, de modo a romper, ou ao menos amenizar, as desigualdades sociais que assolam parte significativa da população mundial, especialmente, nas regiões periféricas. Assim, representantes públicos e órgãos de fomento, por sua vez, passaram, a partir do crescimento sobre esse debate, a apoiar e a incentivar práticas voltadas ao associativismo e a cooperação entre empresas, governos e grupos de pessoas.

No entanto, em consonância com Buarque (1999), para compreender esse movimento torna-se necessário a análise do desenvolvimento, como um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. “(...) *ese crecimiento debe estar fundado en el fortalecimiento de las capacidades productivas propias, lo que comienza con la reproducción de las condiciones productivas – satisfacción de las necesidades básicas*” (VIDAL & GUILLÉN, 2007, p. 31), [...] de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia), (VASCONCELOS E GARCIA *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 16).

O desenvolvimento local segundo Jesus (2003) a partir da participação não apenas das pessoas, mas também das instituições, visa transformações na economia e na sociedade local, oportunizando trabalho e renda, de forma a superar as dificuldades, melhorando as condições de vida da população local.

Para Singer (2002b) a concepção de desenvolvimento está centrada em um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

Assim sendo, o desenvolvimento local deve investir também no campo social e ambiental para que o resultado alcançado seja muito mais duradouro e pleno, configurando-o de acordo com uma sustentabilidade ampliada abrangendo diferentes setores da vida cotidiana, como o político-institucional (democracia participativa, ampliação da esfera pública); o socioeconômico (equidade, inclusão social, novos padrões de produção-circulação-consumo); o ambiental (preservação e recuperação da biodiversidade); e ainda o cultural (sociodiversidade, primado de relações não-discriminatórias). Portanto, é esta a idéia de desenvolvimento que deve ser almejada pelas sociedades, uma vez que *“un desarrollo humano debe estar centrado en las personas y debe responder a las necesidades de todos los grupos sociales”* (BENERÍA, 2005, p. 180).

Nesse contexto, as discussões supracitadas fundamentam os eixos acerca de um novo desenvolvimento, no âmbito local, regional e global. Para tal, a economia solidária por ser um movimento de resistência e mobilização dos(as) trabalhadores (as) com princípios de igualdade, equidade, sustentabilidade e construção de uma “outra economia” pode se constituir como uma estratégia possível para avançar em um desenvolvimento para todos os grupos sociais como sugere Benería (2005).

Assim, este deve apresentar-se de forma mais ampla, como um “crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida, ou seja, [em que a mulher e o homem sejam pensados como a centralidade] de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELOS e GARCIA *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 16).

Entende-se que o fortalecimento de empreendimentos solidários nos quais a (o) trabalhadora (o) é tido como sujeito e finalidade da atividade econômica pode contribuir para pensar em sustentabilidade e desenvolvimento, à medida que se deseja para além do acesso aos recursos monetários, a melhoria das condições de vida das pessoas sob condições de igualdade.

Neste sentido, busca-se no capítulo seguinte entender a trajetória de lutas das mulheres, de um modo geral, para em seguida aproximar ao movimento sócio-produtivo no contexto da economia solidária.

CAPÍTULO II

QUANDO AS MULHERES ENTRAM EM CENA: LUTAS, RESISTÊNCIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 Movimentos Sociais e Lutas Femininas: retratos da resistência e organização social

A invisibilidade da mulher data de muitos séculos e esteve presente em muitas sociedades. Há registros de que suas lutas e resistências marcaram importantes momentos da história, ainda que pontuais, demonstrando que “onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (ÁLVARES, 1990, p. 19).

Nesse sentido, é antigo o posicionamento da mulher contra as ordens estabelecidas como já as sinalavam Alves e Pitanguy (1981) ao destacarem registros encontrados, no ano 195 a.c., em que um grupo de mulheres se dirigiam ao senado Romano para protestar contra sua exclusão no uso dos transportes públicos, cujo privilégio era apenas masculino. Ainda assim, muitos desses atos de insubmissão antes do século XX foram pagos com a vida das que ousavam questionar o domínio e o poder dos homens.

Essas mesmas autoras retratam que, desde o século XVII, a americana Anne Hutchinson²⁰, bem como algumas mulheres na França, lutavam ao lado de seus maridos no processo revolucionário e questionavam as desigualdades perante os homens reivindicando aos órgãos jurídicos a mudança na legislação que submetia o sexo feminino ao masculino. Portanto, é “nesse momento histórico que o feminismo²¹ adquire características de uma prática de ação política organizada” (ALVES E PITANGUY, 1981, p. 32).

²⁰ Anne Hutchinson (1591-1643) deixou a Inglaterra com o seu marido e filhos e instalaram-se em Boston, na Colônia da Baía de Massachusetts. Sendo a filha de um ministro, ouviu sempre discussões e debates religiosos desde nova, por isso decidiu seguir o marido ministro John Cotton, quando este emigrou para a América. O seu carisma criou conflitos com os líderes da Igreja Puritana de Massachusetts, os quais se tornaram seus opositores. Por ser mulher e se recusar a ser submetida ao papel da época, isto é, as mulheres não tinham vontade nem idéias próprias, em 1637, foi levada a tribunal em Newtown, Massachusetts e foi considerada culpada, excomungada e banida da colônia, vindo posteriormente a fundar em Rhode Island um local de liberdade de expressão. (NUNES, 2009)

²¹ Segundo Álvares (1990) o feminismo constitui-se num processo de conscientização da mulher em torno dos seus compromissos com a sua condição de ser social, reconhecendo-se com os mesmos direitos do homem, processo que vai resultar na intenção da mulher de investir nas mudanças de suas condições de vida. (grifo do autor)

Em 1789, na França, destacou-se nessa luta de resistência uma mulher chamada Olympe de Gouges²², que passou a questionar os princípios fundamentais do liberalismo, pois se este se dava em nome do “direito natural” teriam que incluir também o sexo feminino tanto em deveres quanto em direitos. Contudo, os deputados pertencentes à Assembléia reunida promulgavam “a revolução francesa [como] uma revolução de homens” (MURARO, 1995, p.128), pouco depois essa mulher foi condenada a morte sob a alegação de querer ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes do seu sexo.

De acordo com Nogueira (2004), a partir da consolidação da burguesia e da Revolução Industrial, acentua-se o número de mulheres na migração campo-cidade, originando posteriormente o proletariado feminino que tentou a inserção nas fábricas e muitas foram recusadas em razão do preconceito. Contudo no século XIX, as mulheres constituíam quase a metade das massas operárias, isto é, houve um aumento enorme no contingente feminino nas fábricas.

Segundo Saffioti (1976) é nesse momento de crescimento do operariado que o feminismo ressurgiu mais uma vez, agora aliado ao socialismo utópico estimulado pelas idéias de Saint-Simon e, depois, por Fourier e Cabet. Por meio dessas idéias socialistas, em 1832, foi criado o jornal *La Femme Libre* trazendo no seu primeiro número reivindicações quanto a direitos para as mulheres, aproveitando o momento histórico em que o proletariado reclamava a sua libertação. Um dos nomes mais importantes foi Eugénie Niboyet²³ que lutou tenazmente pela libertação das mulheres em 1848²⁴.

No final do século XIX e início do século XX, as mulheres continuaram reivindicando igualdade na esfera pública, todavia, passaram a lutar pelo direito à cidadania. Para tal, iniciou em 1848, nos Estados Unidos, o movimento sufragista, que

²² Olympe de Gouges, (1748 –1793) foi uma feminista, revolucionária, jornalista, escritora e autora de peças de teatro francesa. Seus escritos feministas alcançaram grande audiência. Foi defensora da democracia e dos direitos das mulheres. Na sua Declaração dos direitos das mulheres e da cidadã (*Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*) de setembro de 1791, desafiou a conduta injusta da autoridade masculina e da relação homem-mulher que expressou-se na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão durante a Revolução Francesa. Devido aos escritos e atitudes pioneiras, foi guilhotinada na Praça da Revolução, Paris. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Olympe_de_Gouges. Acesso em 07.08.2011.

²³ Niboyet Eugénie (1796-1883) foi escritora, jornalista e ativista, pelos direitos das mulheres e feminismo. Chegada em Paris 04 novembro de 1829 começou a ganhar a vida escrevendo. Juntou-se a organização protestante *A Sociedade da moral cristã* e esteve envolvida em muitas questões sociais: reforma do sistema prisional, a melhoria da educação, a abolição da escravidão nas colônias francesas. Eugénie assistiu aos sermões dos Sant-Simon e conquistada pelas idéias aderiu ao movimento com o marido e o filho. Em março de 1848 fundou e dirigiu um jornal que tratava apenas de questões das mulheres chamado *Voz das mulheres*. Disponível em http://fr.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%A9nie_Niboyet Acesso em 07.08.2011.

²⁴ As bandeiras de lutas contidas nesse jornal traziam lemas como “Trabalho, Pátria e Família”.

“num momento em que [havia] uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destituídos de renda” (ALVES e PITANGUY, 1981, p.44) questionava também a inclusão da mulher no direito ao voto.

Segundo Muraro (1995) as mulheres acreditavam que por meio do direito ao voto elas alcançariam a plena cidadania e assim teriam mais acessos à educação e mais direitos legais. Esse movimento “mobilizou nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna esta luta um dos movimentos políticos de massa de maior significação no século XX” (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 44).

Deste modo, apesar da mobilização por esse movimento, ele demorou vários anos até a conquista do voto, uma vez que somente em 1920, nos Estados Unidos, foi concedido o voto às mulheres daquele país e na Inglaterra, onde a luta iniciou em 1865, só obteve resposta em 1928. Em se tratando de Brasil, a luta começou um pouco mais tarde, em 1910, no Rio de Janeiro, com o Partido Republicano Feminino, fundado pela professora Deolinda Daltro²⁵. Vale ressaltar que nesse país não se teve características de movimento de massas (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 45).

Em 1919, Bertha Lutz²⁶ organizou a maior luta pelo sufrágio feminino, sendo esse direito alcançado paulatinamente entre os estados brasileiros. Em se tratando do Estado do Pará, segundo Álvares (1990), nas décadas de 1910 e 1920, devido à tradição da sociedade paraense extremamente patriarcalista²⁷, não se nota nenhuma atitude mais arrojada de rompimento radical com a imagem que se estabelecera num modelo tradicional. Entretanto, havia pequenas manifestações de um feminismo latente entre 1920 e 1930 com a circulação de jornais e artigos que defendiam as idéias de Bertha pelo direito de igualdade política feminina.

Em 1932, quando o direito ao voto já era exercido pelo menos em 10 estados do país, Getulio Vargas proclama o decreto-lei que concede o voto às mulheres,

²⁵ Foi fundadora do Partido Republicano Feminino no Rio de Janeiro, em 1910.

²⁶ Bertha Maria Julia Lutz (1894 –1976) foi uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil. Depois de tomar contacto com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos da América, Bertha criou as bases do feminismo no Brasil. Foi fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, após ter representado o Brasil na assembléia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Foi eleita suplente para deputado federal em 1934, após fracassar em duas eleições. Em 1936 assumiu o mandato. As principais bandeiras de luta eram mudanças na legislação trabalhista com relação ao trabalho feminino e infantil, e até mesmo a igualdade salarial. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, perdeu o mandato. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha_Lutz Acesso em 08.08.2011.

²⁷ Álvares (2009) suscita que o Pará do alvorecer do século XX era definitivamente masculino, dominado por homens convencidos de sua superioridade de gênero.

demonstrando, portanto, que no século XX o movimento feminino se fortalece teoricamente e politicamente na conquista de direitos.

Posteriormente à conquista do direito ao voto, as mulheres, passaram por várias pressões, como a tentativa de retirada destas do mercado de trabalho. Após o final das guerras mundiais para que dessem lugar aos homens nos postos ocupados. Entretanto, mesmo oprimidas não se têm registros de retomada de lutas importantes até a década de 60, quando se pode afirmar que “o feminismo ressurgiu num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam somente ao econômico” (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 9).

Essa conjuntura influenciou o crescimento do movimento à medida que “o campo científico sobre as mulheres se ampliou evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas” (SCAVONE, 2005, p.175). Portanto, ressalta-se que os estudos “sobre as mulheres”, como eram denominados, nesse período, os estudos de gênero²⁸ emergem paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos.

Nesse âmbito, ressalta-se paralelamente de acordo com Gohn (2009) a ampliação, a partir dos anos de 1960, dos estudos sobre os movimentos sociais em várias regiões acadêmicas do mundo²⁹ despertando um espaço e caráter científico de análise. No Brasil, o final dos anos 1970 e parte de 1980 ganham uma expressiva visibilidade os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar.

O movimento de mulheres se insere na análise supramencionada, uma vez que foi “significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964” (SARTI, 2004, p.2), se tornando um movimento com características próprias, fortemente comprometidas com a oposição à ditadura militar. De tal forma que essa articulação em movimento de contestação ao regime vigente foi responsável por uma nova roupagem do feminismo na década de 1970.

Alvarez (1998) reafirma esse período destaque ao papel da mulher em muitas entidades da sociedade civil e partidos políticos de oposição, que desafiaram o regime, criando um ambiente com maior abertura para a participação da mulher, assim como para a articulação e reivindicações políticas específicas de gênero. Conjuntura essa

²⁸ Será trabalhado esse termo posteriormente.

²⁹ Embora não exclusivamente, mas foi principalmente nos Estados Unidos que esses estudos se desenvolveram (GOHN, 1997, p.23).

favorecedora de uma politização, processo pelo qual as questões que anteriormente eram consideradas “privadas” ou “pessoais” são levantadas como questões políticas, para serem colocadas pelos partidos políticos e pelo Estado³⁰.

Blumer *apud* Chazel (1995) conceitua movimentos sociais como empreendimentos coletivos destinados a estabelecer uma nova ordem de vida. Nesse sentido, os processos de mudanças geralmente são passíveis de conflitos, pois envolvem alterações nas esferas de poder, logo, para que eles ocorram são “(...) fundamentalmente portadores de um protesto [e] esse protesto está na base do empreendimento coletivo que constituem e é através dele que constituem as mudanças” (CHAZEL, 1995, p. 288).

Nesse âmbito, Andrade (2007) retrata que a expressão “movimento de mulheres” faz referência a todos os grupos de mulheres que, num sentido ou noutro, se empenham na luta contra as desvantagens sociais e culturais vivenciadas pelas mulheres. No interior desse, encontra-se o movimento feminista que compreende grupos de mulheres, homens e instituições que se identificam com essa denominação, ao mesmo tempo em que refletem e questionam as relações sociais entre homens e mulheres nos âmbitos social, econômico, cultural, relações sexual-afetivas, articulando-as com questões e desafios relativos ao desenvolvimento, à democracia, à cidadania, aos direitos no campo do desenvolvimento, do conhecimento e de enfrentamento de todas as desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, Gohn (2009) afirma que na década de 1990 há um crescimento no número de grupos de mulheres em função da sua atuação política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. Isso possibilita a defesa da “(...) posição do feminismo em relação ao político [de que], o privado é político” (PINTO, 1992, p. 128).

Pinto (*idem*) referencia os movimentos sociais como a face mais visível de contestação dos seus direitos às esferas institucionalizadas de poder, onde comunidades de interesse se organizam com o objetivo de reivindicar melhorias ou exigir mudanças em suas condições de vida. Esses processos “(...) expressam energias de resistência ao

³⁰ Em termos de crítica Alvarez (1998) relembra que a incorporação de mulheres e questões femininas na política latino-americana na maior parte das vezes reforça padrões existentes de desigualdades com base no gênero ao relegar a mulher e suas questões políticas específicas uma posição subordinada ou secundária dentro de instituições políticas e discurso político. Além disso, muitos analistas da política contemporânea têm observado o crescimento da participação das mulheres nos “novos movimentos sociais” sem levar em consideração as implicações disso para uma real democratização, ou ainda, sem uma análise relacionada à diminuição da desigualdade baseada em gênero no Brasil.

velho que os oprime, e fontes revitalizadas para a construção do novo” (GOHN, 2007, p. 14).

2.1.1 Mulheres e Comunidades Eclesiais de Base

O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s aos anos 60 do século passado de acordo com Viezzer (1989) tem conseqüência das diretrizes do Concílio do Vaticano II (1966-1968), que mais adiante foram trabalhadas na Conferência de Puebla (1979) e Medellín (1982)³¹. Esses dois momentos distintos marcaram a atuação da igreja católica, permitindo-a realizar profunda transformação e renovação interna, levando-a a reflexão sobre as relações com a comunidade.

Ferrão (2006) afirma que até os anos 80-90 os representantes da igreja (padres, sacerdotes, freiras, etc.) eram todos estrangeiros, situação que foi gradualmente alterada nas últimas décadas, com a consagração dos padres brasileiros e a nomeação de prelados nacionais.

Nessa perspectiva de mudanças, a igreja católica, no Brasil, renovou a ação pastoral que esteve na base de grande parte das iniciativas e movimentos na década de 1950 e início de 1960. Para Teixeira (1993), nesse período, todos os pastores foram impulsionados a confiar mais responsabilidades aos leigos, e a criar um novo relacionamento social, “(...) baseado no novo olhar que se constituía com o apoio dos elementos da ciência, da cultura e das experiências concretas dos homens nas suas relações sociais” (IOKOI, 1996, p. 29).

Hammes (2003) analisa essa mudança na igreja, que passou a entrar no debate político, abrindo-se a mudanças por meio de canais que não controlava e passou a um “(...) novo modo de viver a eclesialidade, sintonizada com o compromisso efetivo com os pobres e o seu projeto de libertação” (TEIXEIRA, 1993, p. 15).

³¹ A igreja católica inicia uma série de debates e mudanças, primeiramente, por meio das Conferências do Episcopado, que reuniam os bispos para tratar de assuntos referentes às suas áreas de atuação. Essas conferências tinham o intuito de analisar a vida da igreja em seus territórios, debatendo sobre aspectos positivos e negativos, bem como, a identificação de problemas comuns das pastorais. A primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano foi realizada no período de 25 de julho a 4 de agosto de 1955, em um colégio chamado *Sacré Coeur*, na cidade do Rio de Janeiro. A realização desse evento convocada por iniciativa da Santa Sé teve auxílio da Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, criada em 1952. Os temas principais tratados nessa conferência retratavam a escassez de sacerdotes para o trabalho na América Latina, além da deplorável condição de vida material vivida pela grande maioria dos povos latino-americanos, condição essa que colocava em perigo o bem-estar geral das nações e seu progresso, e repercutia forçosa e inevitavelmente na vida espiritual dessa numerosa população.

Nos anos 70 e início dos anos 80 discutia-se como identifica Teixeira (1993), o impacto de atuação das CEB's³² no campo sócio-político, enquanto gerador de uma nova consciência das camadas populares, pois a organização dessas recriava formas de resistência popular nos bairros e comunidades rurais, reforçando laços de solidariedade, possibilitando a tomada de consciência dos pobres para que se enxergassem enquanto sujeitos sociais, fator de grande importância no processo de libertação dos pobres.

Nessa conjuntura, as mulheres tiveram papel importante de articulação e participação nas CEB's e representavam um número significativo, por ser essa atividade extremamente ligada à religiosidade, culturalmente atribuída à mulher.

A análise que se segue toma como base a fala de algumas mulheres entrevistadas em Igarapé-Miri, ao longo do ano de 2010. As quais se mostram em sinergia, com os acontecimentos nacionais, ou seja, da influência da igreja católica na vida social e, em particular das mulheres.

[...] essa participação religiosa aqui foi a que mais ajudou todos os movimentos aqui em Igarapé- Miri a tomarem o rumo que tomaram. Então todas nasceram da participação religiosa (...) uma parte que me ajudou muito foi justamente no momento em que eu entro na igreja, que eu começo a conhecer essas questões. A questão da defesa da vida da igreja onde ela empurra agente pra seguir alguns caminhos, como os movimentos sociais, porque a igreja pelo menos aqui em Igarapé-Miri, a igreja que foi fundamental para a criação de determinados movimentos sociais então ela empurrava agente pra lá, por que a vida ela precisava ser defendida e pra defender a vida você teria que ta organizado em determinado local. Então se criou dentro da igreja vários movimentos sociais (...) (informação oral³³).

A igreja católica passou a se constituir como um espaço de formação de uma cultura de participação, na medida em que era possível discutir, a partir das situações do evangelho, as dificuldades da vida no campo, a falta de escola, saúde, saneamento, além da ética relativa à vida comunitária e cívica.

A minha aproximação [com os movimentos sociais] foi assim através da igreja católica. A igreja tem essa linha, de levar (...) vai pra comunidade, de lá começa a participar, aí eu comecei a participar dos movimentos, discutir os partidos políticos rever a questão, participar dos encontros onde nos era orientado a formar os movimentos sociais, primeiro era movimento de

³² As CEB's tinham como objetivo a leitura bíblica em articulação com as condições de vida, suas ações impulsionaram e fortaleceram os movimentos sociais desse período, contribuindo também durante a ditadura militar para a redemocratização do país. Eram chamadas de **comunidades**, devido às características de uma reunião de pessoas que viviam na mesma região e possuíam a mesma fé; **eclesiais**, porque estão unidas à Igreja; **de base** porque são constituídas de pessoas das classes populares. Localizavam-se em geral na zona rural e na periferia das cidades e organizavam-se em torno das paróquias ou capelas por iniciativa de leigos, padres ou bispos. (disponível em [www. http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base](http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base)).

³³ Turquesa, entrevista concedida em 19.08.2010.

mulheres, aí surgiu de lá foi a idéia da gente criar a associação (informação oral³⁴).

A consciência da cidadania foi outro ensinamento da igreja, pois as discussões sobre os problemas da comunidade levaram a uma participação mais efetiva em busca da resolução de situações coletivas, posto que o incentivo à participação social e à organização contribuiu para uma nova visão de sociedade.

[...] e aí na comunidade a gente discute né, não só reza, mas discute a parte social. Aí nós fomos descobrir que era preciso se meter na política; era preciso ter mulheres organizadas, era preciso de sindicatos fortes, era preciso os educadores se organizarem, senão a gente não conseguia alcançar nossos objetivos. Tinha incentivo por parte da igreja, ajudou formar muita gente, quem nos incentivava era a própria prelazia, padres que muito contribuíram Padre Geraldão, Padre Lino, Padre José Favacho, Padre Henrique, esse deixou até frase pra gente: o homem só cresce em comunidade, não quer dizer que seja só em CEB's, mas em qualquer organização onde você reflete, onde você discute, onde você propõe, onde você luta pra alcançar um objetivo é uma comunidade. Mas um grande mestre mesmo de tudo isso foi Dom José Elias Chaves o nosso bispo que aceitou essa proposta de uma educação libertadora, que ai ele pôs animadores, ele fez a festa de 30 anos das comunidades de 1975-1976, eles chegaram aqui, tinha outro padre esqueci o nome, mas tivemos muitas outras, aqui a organização das mulheres ela nasceu dentro da igreja católica. (informação oral³⁵)

Os trechos acima demonstram que a igreja católica foi uma grande impulsionadora dos movimentos sociais em Igarapé-Miri, por meio de incentivo a organização dos trabalhadores e trabalhadoras proporcionando-lhes uma formação crítica sobre os problemas cotidianos gerando uma nova consciência das camadas populares. Demonstram ainda, as CEB'S como espaços oportunos, que esteve para além das rezas e orações, mas que permitiram o debate de assuntos ligados à vida da comunidade, ao seu âmbito político e social, que muitas vezes não podiam ser tratados dentro da igreja.

2.2 Trabalhadoras entre a transição dos séculos XX para XXI: o que mudou para elas?

As lutas das mulheres no Pará têm uma primeira onda latente ainda nas décadas de 1920 e 1930 no século passado, quando algumas militantes feministas utilizavam espaços de circulação jornalísticos e literários para lançarem idéias de igualdade

³⁴ Jaspe, entrevista concedida 19.08.2010.

³⁵ Esmeralda, entrevista concedida em 03.09.2010.

intelectual e política, por meio da conquista do direito ao voto, divulgando, assim, as idéias de Bertha Lutz, uma das primeiras feministas do Brasil (ÁLVARES, 2001).

Posteriormente a essa conquista, as mulheres têm se organizado em busca da efetivação de direitos em várias esferas, como o acesso às universidades, ao mercado de trabalho, à luta pela terra, o domínio do seu corpo etc. Para essa compreensão torna-se necessário analisar a condição da mulher no cerne das transformações societárias que vem ocorrendo nos últimos anos e quais as implicações para a vida delas na atualidade.

Segundo Hirata (2003) o aumento do desemprego, sobretudo industrial e a diminuição drástica do emprego formal, nos anos 1990, agravaram a situação bastante precária das relações de trabalho, tanto dos homens quanto das mulheres no Brasil. Como afirma Nogueira (2004) ao demonstrar que nesse período, no Brasil, começou a se falar em feminização do mercado de trabalho, em virtude das mudanças significativas ocorridas no emprego da mão-de-obra feminina nesse período.

Nesse âmbito, essas alterações recentes só podem ser entendidas como parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo como exposto anteriormente. Para essa autora, é identificado nos processos de globalização e reestruturação produtiva, demonstrando a vivência das “transformações em curso no interior da classe trabalhadora, não é exclusivamente masculinas, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres” (ANTUNES, 2007, p. 53).

Ao lado desse quadro, as mulheres também tiveram uma forte progressão no mercado de trabalho, principalmente no final do século XX, o que representa um significativo aumento da participação das mulheres, tanto no setor formal quanto nas atividades informais. Também ocorreu uma nova elevação do número de empregos por elas ocupados no setor de serviços. Mas, essa participação traduz-se, especialmente pela criação de empregos precários e vulneráveis e estão ligadas basicamente ao meio urbano.

A mulher conseguiu ao longo dos anos uma presença bastante visível no ingresso ao mercado de trabalho, mas permanecem as desigualdades, que se reflete em diversos aspectos, a destacar, a desigualdade de salários, a ocupação de postos de trabalhos mais precários e com menor remuneração etc. O pagamento da força de trabalho feminina é, na maioria das vezes, muito menor do que o valor pago pela masculina, permitindo concluir que “a precarização no mundo do trabalho vem atingindo muito mais a mulher trabalhadora e acentua as desigualdades de gênero” (NOGUEIRA, 2004, p. 73).

Além disso, o desemprego atingiu substancialmente mais mulheres trabalhadoras do que os homens, “de 1991 a 1998 o crescimento do desemprego atingiu cerca de 2,4% dos homens, enquanto para as mulheres alcançou a marca dos 4%” (NOGUEIRA, 2004, p.81) permitindo corroborar que o desemprego decerto atingiu mais a categoria do gênero feminina do que a masculina.

À dimensão feminina torna-se importante incorporar a análise das formas de organização social, política e econômica, na medida em que os dados estatísticos da Organização Internacional do Trabalho – OIT mostram que apesar dos avanços das mulheres em assumir novos postos de trabalhos, bem como, ampliarem os seus espaços de inserção e suas conquistas históricas no domínio do espaço público e os ganhos comparativos ainda deixa a desejar.

De acordo com o relatório da OIT, “Tendências mundiais de emprego para as mulheres em 2007”, os dados são considerados alarmantes demonstrando que elas somam aproximadamente 81,8 milhões de excluídas do mercado formal de trabalho em todo o mundo. Por conseguinte, o impacto para esse grupo social específico é maior, pois são as mais atingidas pelo desemprego do que homens.

Na mesma linha de pensamento, é preciso compreender a situação das trabalhadoras rurais, que em contexto diferenciado, também vêm passando por mudanças significativas ao longo dos anos, refletindo talvez em proporções mais acentuadas de desigualdade e pobreza. Vigueira (1995) afirma que as mulheres constituem cerca de 60% da população rural pobre do mundo, o que supera mais de um bilhão de pessoas.

Isso se deve em parte a como o trabalho ainda está organizado no meio rural. De acordo com Abramovay e Silva (2000) a divisão tradicional estipula a homens e mulheres formas diferenciadas de inserção no trabalho e na sociedade, essa divisão social entre os sexos condiciona à mulher à responsabilidade pelo espaço privado reforçando as condições de submissão, doação e sublimação de seus sonhos e desejos, além da invisibilidade embutida na ausência de sua participação na esfera pública.

Além do mais, a mulher ainda tem um importante papel na produção agrícola, que muitas vezes não é reconhecido como trabalho e sim como “ajuda”, pois “existe certa dificuldade em determinar as diferenças entre produção e reprodução quando se fala de trabalhadora rural” (ABRAMOVAY e CASTRO, 1998, p. 349).

Paulilo (2009) ressalta que considerar como trabalho inúmeras atividades desenvolvidas no lar e nas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e

valorizadas, para isso os movimentos de mulheres lutaram para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas “produtoras rurais” e não “do lar”.

A esse respeito, “na década de 80, dá-se uma mudança no sentido da valorização das mulheres como “profissionais da agricultura” (PAULILO, 2009, p. 181) articuladas com outros debates que emergem de movimentos de mulheres. Tais movimentos, partindo de Melo e Sabbato (2006) possibilitam o questionamento de velhos estereótipos sobre o papel feminino e permite uma abertura de possibilidades e oportunidades para o surgimento de atividades fora do lar realizada por mulheres.

Simonian (2001) ressalva que as mulheres começaram a organizar-se e confiar em seu potencial, influenciadas por ações de igrejas e Organizações Não Governamentais – ONG’s, devido considerarem as mulheres, isto é, ouví-las e apoiá-las. Nessa perspectiva, Viezzer (1989) reforça que a participação da mulher junto à igreja possibilitou a aproximação com diversos tipos de movimentos de base como de educação, de saúde, ligados à questão ambiental, de serviços públicos diversos, de luta pela terra e moradia etc.

Apesar do crescimento de grupos de mulheres e debates que permitam a mulher desmistificar as “naturalizações” impostas ao seu sexo, dados da OIT (2005) ressaltam que elas representam um grupo especial entre os pobres, estando ligada à alta presença em atividades não remuneradas, além da grande dependência econômica em relação aos homens, crescentemente maior no meio rural.

Além disso, uma grande proporção de mulheres pobres quando se insere em atividades remuneradas se concentra em reduzidas ocupações, principalmente, informais e com baixos salários, freqüentemente apresentam maiores níveis de vulnerabilidade frente à pobreza e experimentam formas mais severas desta em relação aos homens, trazendo consigo ainda a questão da “dupla” jornada de trabalho, que segundo Paulilo (2009) permite às mulheres não terem como refletir sobre suas condições de vida, visto que não lhe sobra tempo quando esta precisa labutar dentro e fora de casa.

Assim Guérin (2005) ressalta que a pobreza se feminiza e as desigualdades entre os sexos persistem. Esse panorama mundial faz emergir necessidades de encontrar novas formas de solidariedade, bem como, de elaborar instrumentos conceituais que permitam pensar a dimensão sexual das desigualdades e da pobreza.

Há que se pensar então como compatibilizar o acesso ao trabalho pelas mulheres, um fator importante para o seu processo de emancipação, visto que a “ruptura

da condição individual e a necessidade de avançar nas formas de organização se somam a um terceiro desafio, que é o da construção de uma identidade coletiva” (VASSAPOLO, 2005, p. 108).

2.3 Dos estudos de mulheres à categoria gênero: entre movimento e teoria

Antes de ser analisada a construção do gênero enquanto uma categoria analítica torna-se necessária uma retomada de conceitos anteriormente utilizados para tratar as questões referentes à situação da mulher na sociedade contemporânea. Sendo assim, anteriormente a eclosão do feminismo na década de 1970, era adotada como categoria primária. No início dos movimentos feministas os “estudos sobre mulheres” como supramencionados por Scavone (2008), essa abordagem recebeu críticas no sentido de se compreender as desigualdades entre os sexos. As investigações não poderiam estar centradas apenas no estudo das mulheres, mas também teria que envolver os homens, enquanto objeto de estudo, pois é na relação entre estes que se estabelecem processos de desigualdades.

Viero (2005) retrata que para algumas feministas o conceito “mulher” serve para classificar as pessoas em termos de sexo-gênero naturalizados e dualistas e para manter a visão de uma classe inferior de seres humanos. Isso porque a divisão entre os sexos é classificada como natural, e como tal se torna universal, visto que é determinado pela natureza, logo, não é passível de mudança. Costa (1984) ao tratar dessa “naturalização” ou distinção biológica entre os sexos ressalta que o uso dessa abordagem reforça uma posição conservadora em relação à subordinação feminina.

Andrade (2007) discute a naturalização biológica como uma característica fundamentada no pensamento ocidental, que associava o maior envolvimento do corpo feminino com a função reprodutiva, entendendo as mulheres como menos propícias à cultura e menos capazes de transcender a sua natureza biológica do que os homens.

Machado (1998) faz uma análise de que os “estudos de mulheres” pareciam não ser capazes de responder aos desafios feministas, tendendo a ser descritivos e reiterativos, não objetivando um pensamento analítico e teórico, ou seja, “o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade” (SORJ, 1992, p. 15). Contudo, o uso do conceito de gênero ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 surge com a

proposta de romper com a naturalização biológica das categorias de homem e mulher, para dar ênfase às relações construídas ao papel de cada um na sociedade.

Sob essa perspectiva, Alves e Pitanguy (1991), Sarti (2004), Álvares (1990), Scavone (2008) analisam que o marco para essa abertura política mais radical e o fortalecimento das matrizes teóricas de um novo feminismo se inicia bem antes desse período, ainda no debate traçado por Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*, em 1949, no qual ela contesta todo o determinismo biológico ou desígnio divino pré-destinado a mulher ao afirmar que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1970, p.7), logo, o “feminino” parte de uma construção social e cultural, apreendido no processo de socialização que condiciona os sexos a cumprirem funções sociais específicas e diversas. Aprende-se “(...) a ser homens e mulheres e aceitar como ‘naturais’ as relações de poder entre os sexos” (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 55).

Esse debate e reflexão acerca da desnaturalização da condição biológica da mulher permitiram discussões em torno de novas análises do feminismo, caracterizando-o não apenas como um movimento de práticas políticas militantes, porém, paralelamente a isso, tornou-se instigante ao crescimento de novos estudos e teorias capazes de explicar as especificidades da relação assimétrica entre os sexos e passou-se a abordar a categoria gênero no lugar de estudos de mulheres.

Gênero, segundo as pesquisas de Scavone (2008), foi um conceito iniciado por estudiosas da língua inglesa, dentre elas, a antropóloga e feminista Gayle Rubin, que designou esse termo para tratar da divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denominou de sistemas de sexo/gênero, ou seja, “(...) reconhecendo a construção social do gênero como construção social de dominação, [propondo], o fim da diferenciação de gênero” (MACHADO, 1998, p. s/n).

De modo que para Scoott (1995) o gênero começou a ser usado pelas feministas para designar a maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos, todavia, “as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX” (SCOTT, 1995, p. 13), visando contemplar uma legitimidade acadêmica dos estudos feministas nos anos 1980, que precisavam de um campo de definição que fundamentasse “o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (idem).

Para essa autora as diferenças entre os sexos constituem um aspecto primário de organização social fundamentalmente cultural. Então, a especificação de sexo é um

dato biológico, enquanto o gênero é a definição cultural do comportamento definido como apropriado aos sexos em uma dada sociedade e em um dado tempo, demonstrando que gênero constitui por um conjunto de papéis culturais, isto é, “(...) um produto social, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações” (SORJ, 1992, p. 15).

Nesse âmbito, o gênero é uma construção centrada na atribuição de papéis e relações entre mulheres e homens, não determinados pelo sexo e sim pelo contexto social, político e econômico em que as pessoas crescem e são educadas. De modo que algo construído pode ser passível de mudança em determinado tempo e sociedade.

Nessa perspectiva, Andrade (2007) também reforça, por meio de sua análise, o termo gênero, como um instrumento de desconstrução dos significados atribuídos ao sexo biológico, capaz de comunicar com exatidão, que para além das diferenciações anátomo-biológicas, as diferenças sexuais adquirem um significado cultural. Deste modo, Machado (1998) afirma que quando se reflete sobre o “construtivismo social do gênero” percebe-se que não é algo inerte, nem eterno, mas mutável, podendo ser reconstruído.

Scott (1995) define o gênero enquanto categoria analítica, isto é, “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder” (p.14). Nesse aspecto, Andrade (2007) reforça essa afirmação ao explicar que este termo surge para identificar e aclarar um sistema de poder, decorrente de um conflito social, que historicamente tem relegado às mulheres, condições desfavoráveis em praticamente todos os indicadores de desenvolvimento e qualidade de vida em relação aos homens.

Machado (1998) traz a tona que apesar de toda influência Norte americana, as pesquisadoras brasileiras não se contentaram apenas na aceitação de novos paradigmas metodológicos, mas ao contrário construíram seus próprios paradigmas de conhecimento, em um contexto social, universitário, político e institucionalmente, mas afetado pelos movimentos feministas e pelos movimentos de minorias raciais. Esse avanço foi possível devido à inserção de várias pesquisadoras em grupos de estudos de mulheres e depois de gênero de caráter multidisciplinar.

Assim, a utilização do gênero enquanto análise contribuiu para abrir discussões em torno de uma sociedade mais igualitária, desde que haja preocupação em complexificá-la histórica e politicamente, considerando-a como uma forma de apreender as relações de opressão “(...) numa sociedade capitalista, racista e colonialista”

(AZERÊDO, 1994, p.207). Nesse sentido, a compreensão das relações de gênero na sociedade implica em uma compreensão política e social mais ampla, isto é, “o gênero tem que ser definido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também classe e raça” (SCOTT, 1995, p. 21).

2.4 Resistência e empoderamento feminino: novas abordagens na agricultura familiar

No Brasil, o trabalho da mulher no âmbito da agricultura familiar é também subestimado, à medida que há uma cultura patriarcal que atribui ainda à atividade doméstica como tarefa principal a ser desempenhada. Os estudos de Abramovay e Silva (2000) apontam certa dificuldade em determinar as diferenças entre produção e reprodução, quando se trata de trabalhadora rural, visto que o processo reprodutivo inclui tarefas produtivas, tais como, o próprio trabalho agrícola, adubação, colheita e capinação.

De modo que, tem sido um desafio incorporar discussões concernentes ao gênero nesse âmbito. Entretanto, sua abordagem apresenta-se como uma categoria primordial para a resistência e empoderamento das mulheres trabalhadoras da agricultura familiar, com vistas a oportunidades de renda e igualdade entre os gêneros.

A autora reforça ainda que grande parte das mulheres, no meio rural, trabalha “ajudando” na unidade familiar, sem uma remuneração específica, corroborando estatísticas de que os “trabalhadores considerados ‘ajuda’ são os tipicamente femininos, que, por não serem trocados no mercado, não têm um valor por si mesmo, mas contribuem para a reprodução geral da força de trabalho” (ABRAMOVAY e SILVA, 2000, p.349).

Nessa perspectiva, a tese de Abramovay e Castro (1998) é de que um novo feminismo vem sendo construído ligado a grupos e movimentos sociais, que consideram o “empoderamento” como um processo de conquistas, questionando subordinações de classe, gênero e raça, em que o poder sindical aparece como uma marca de gênero.

Araújo e Ferreira (2000) contextualizam o aumento gradativo da visibilidade coletiva das mulheres rurais na primeira metade da década de 1980, atribuindo seu crescimento à aproximação destas ao sindicalismo oficial, que contribuiu para o debate público sobre a condição feminina e a emergência dos movimentos de mulheres, como uma forma de aumentar a participação nos sindicatos, além da aproximação dos cônjuges que tinham pouca participação.

Nesse sentido, Meneghel, Farina e Ramão (2005) destacam que o empoderamento apresenta-se como um desafio para as relações de poder existentes, visto que pode contribuir para a expansão da liberdade de escolha e de atuação, além do aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e as decisões que afetam suas vidas.

Deste modo, “o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão” (HOROSCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 486) contribui para que mulheres e homens possam discutir e formular alternativas relacionadas aos temas que afetam suas vidas, podendo, com isso, possibilitar a superação das desigualdades de gênero, à medida que as mulheres conhecem/reconhecem que há uma ideologia de opressão perpetuando a discriminação em relação a elas.

Portanto, a discussão do gênero enquanto categoria social é fundamental, pois permite “(...) analisar papéis, responsabilidades, limitações e oportunidades, que se dão de formas diferentes, para homens e mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade” (ABRAMOVAY e CASTRO 2000, p. 348).

Ao lado disso, ressalta-se como importante para a incorporação do gênero, a “resistência [como sendo] a capacidade que os grupos oprimidos ou a minoria descobrem de operar com a visão dual e que lhes permite transitar entre os valores da cultura dominante e os da sua própria cultura...” (MENEGHEL, FARINA, RAMÃO, 2005, p.570). Logo, essas autoras complementam que “resistência e empoderamento, são modos de enfrentar os sistemas de dominação/exploração baseados em gênero, raça e classe social” (idem, p.571).

A origem da categoria gênero se assemelha a raça, compreende-se que uma vez que as duas são categorias estruturantes, que estão ligadas a construções sociais precisam estar articuladas à categoria de classe social. Isto é, “raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos” (AZERÊDO, 1994, p. 204).

Com base nesses pressupostos busca-se, no capítulo a seguir, explicar o processo de constituição e desenvolvimento do movimento de mulheres no município de Igarapé-Miri, onde suas protagonistas constroem espaços de participação política, econômica e social e fazem avançar as experiências de empoderamento no seio de uma sociedade marcada pelas desigualdades de gênero, como veremos no capítulo seguinte.

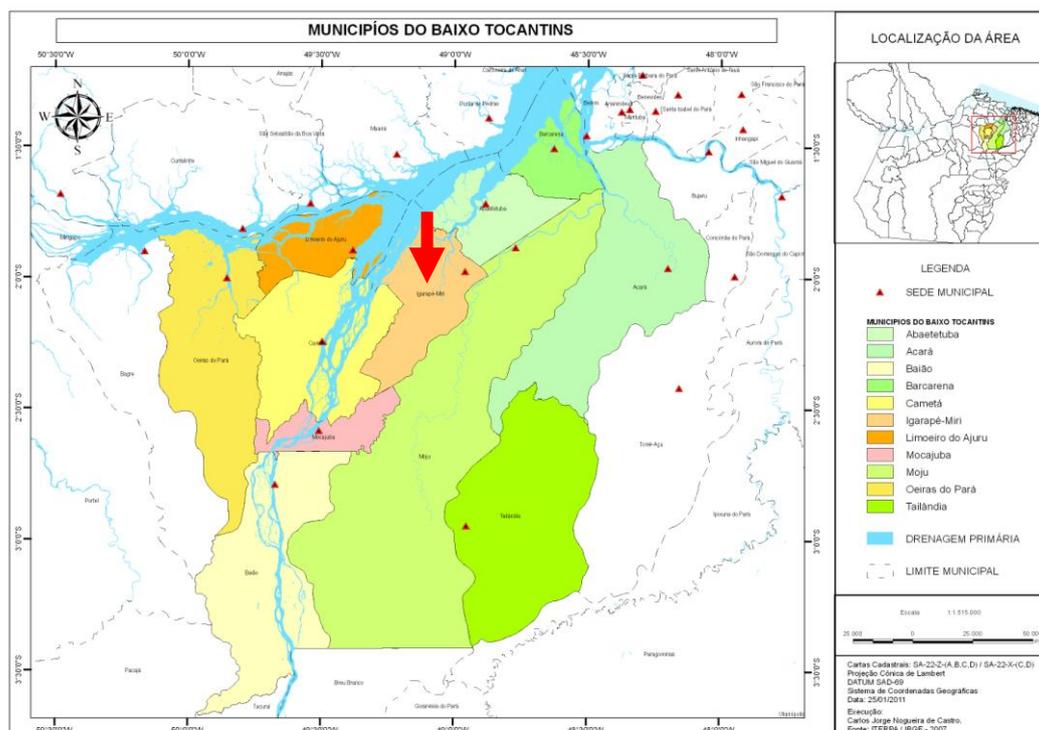
CAPÍTULO III

A ASMIM COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE RENDA EMPODERAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM IGARAPÉ-MIRI

3.1 Igarapé-Miri: contextualização sócio-histórica e econômico-geográfica

O município de Igarapé-Miri localiza-se no território do Baixo-Tocantins, na microrregião de Cametá, pertencendo à mesorregião do Nordeste Paraense, como pode ser observado no mapa I. Segundo o IBGE (2011), conta atualmente com uma população estimada de 58.077 (cinquenta e oito mil e setenta e sete) habitantes, com 51% de homens e 49% de mulheres. Destes, 45% residem na área urbana e 55% na área rural. De acordo com Costa (2001) sua área territorial é de 2.046, 81 (dois milhões quarenta e seis mil e oitenta e um) km², constituída de 500.000 km² de área urbana e de 1.546, 81 km² de área rural.

Mapa I – Municípios do Baixo Tocantins



Fonte: ITERPA/IBGE-2007

Cunha (2006) ressalta que este município possui ilhas fluviais, banhadas pelas águas do estuário do rio Tocantins, entrecortadas por uma série de cursos d'água

conhecidos como furos e igarapés. Seu principal rio é o Meruú Açu, coletor de quase toda sua bacia hidrográfica. Pela margem direita, seus principais afluentes são os rios Igarapé-Miri (em cuja margem está localizada a sede municipal) e Itanambuca, que limita o município, a nordeste, com Abaetetuba. Pela margem esquerda o principal rio é o Cagi, limite natural a sudoeste com o município de Cametá, desde a nascente até seu curso médio. O rio Maiauatá, que banha o distrito de mesmo nome, faz ligação entre o rio Meruú Açu e a foz do rio Tocantins e é impactado pela Usina Hidroelétrica de Tucuruí.

A mesma autora refere-se ao nome do município como sendo formado por vocábulos usados na linguagem de povos tupi, chamados de povos da água. Igarapé é composto por “yg” (rio ou caudal d’água), “iara” (senhora) e “pé” (caminho) e significa “caminho da senhora das águas”. Já a palavra Miri (ou mirim) significa pequeno, assim a tradução seria “pequeno caminho da senhora das águas” retratando bem a paisagem central da sede do município às margens do rio (imagem I).

Imagem II – Frente da cidade de Igarapé-Miri



Fonte: Google imagens (2010)

As origens de Igarapé-Miri antecedem ao reinado de D. João V, no início do século XVIII, segundo os escritos do tenente-coronel Agostinho Monteiro Gonçalves, intitulados “Chrônica de Igarapé-Miry”. Em tais relatos³⁶ já existia no local, uma fábrica nacional para aparelhamento e extração de madeiras de construção, para comercialização em Belém.

Em 10 de outubro de 1710, João de Melo Gusmão recebeu do Governador, o Capitão-General Cristóvão da Costa Freire, a cessão duas léguas de terra, no Igarapé-Miri. Tal fato gerou grande descontentamento entre posseiros, agricultores e comerciantes ali estabelecidos, os quais exigiram elevadas indenizações pelas

³⁶ Informações obtidas em IBGE (2010).

benfeitorias por eles efetuadas no lugar. Por esse motivo, Gusmão foi obrigado a vender-lhes a maior parte dos terrenos, cabendo ao agricultor e comerciante português Jorge Valério Monteiro comprar a parte onde estava situada a referida fábrica (COSTA, 2001).

Pouco tempo depois, esse português casou-se com Ana Gonçalves de Oliveira, filha do próspero agricultor Antônio Gonçalves de Oliveira. Foi dona Ana quem trouxe de Portugal a devoção a Sant'Ana; daí é que Monteiro mandou construir, em 1714, uma capela sob a devoção/invocação da santa, na qual eram realizados grandes festejos anuais. A compra e o casamento realizados deram-lhe rápida prosperidade, que em 1730, resolveu voltar para a Europa, vendendo suas propriedades para o agricultor João Paulo Sarges de Barros, que deu continuidade a festa de Santana³⁷. A fertilidade do solo do então povoado de Igarapé-Miri, a riqueza de seus habitantes e as festas religiosas atraíram muitos estrangeiros que acabaram por se estabelecer naquelas terras (IBGE, 2010).

No que concerne aos aspectos econômicos, Igarapé-Miri, bem como, os outros municípios pertencentes ao Baixo Tocantins, apresentam traços que refletem a história desta ocupação, marcada pela exploração dos recursos naturais e da sua população. Cunha (2006) e Reis (2008) ressaltam que tal processo se deu no século XVIII, a partir da instalação de uma fábrica nacional, para aparelhamento e extração de madeira comercializadas em Belém e, posteriormente, avançou para outros ciclos produtivos como: borracha, cacau, farinha de mandioca, arroz, milho, palmito, cana-de-açúcar³⁸, além da pesca artesanal. Situação essa que permaneceu quase inalterada até a década de 1970, quando o município passou por mudanças ambientais e econômicas.

A instalação de serrarias, nessa região, após a abertura da PA 150, assim como as indústrias de palmito³⁹ foram contribuintes para o comprometimento da vegetação e a redução do alimento mais tradicional da população de Igarapé-Miri que é o açaí. Como

³⁷ Foi responsável por reconstruiu a capela, ampliando-a e preparando a área a sua volta para as barraquinhas dos festejos. Por ocasião da visita do bispo D. Frei Miguel de Bulhões, a capela de Santana recebeu o predicamento de paróquia, no dia 29 de dezembro de 1754. Seu filho, João Sarges de Barros, ordenou-se padre e foi o primeiro vigário da paróquia de Igarapé-Miri, ali permanecendo até seu falecimento, em 1777.

³⁸A cana- de- açúcar foi até a década de 1970 a produção mais relevante do município, à medida que subsidiava a produção dos engenhos no Baixo –Tocantins gerando ocupação para os inúmeros trabalhadores desse região. (STR, 2010)

³⁹ De acordo com Cunha (2006) essas fábricas começaram a chegar do Sudeste para as regiões de várzea no Pará ainda na década de 1970, a partir do esgotamento das fontes do palmito Jussara na Mata Atlântica.

mostra a foto abaixo são predominantes nas áreas de várzea residências cercadas, por todos os lados, pela plantação de açaí, assim como, a locomoção ribeirinha é tipicamente feita por pequenas canoas ou barcos a motor chamadas de rabetas.

Foto 2: Moradia ribeirinha cercada de plantações de açaí



Fonte: Pesquisa de Campo, Gonçalves (2010)

Foto 3: Meio de Transporte motorizado



Fonte: Pesquisa de Campo, Gonçalves (2010)

Foto 4: Meio de Transporte



Fonte: Pesquisa de Campo, Gonçalves (2010)

Os estudos de Cunha (2006) apontam que em 1975 existiam 54 engenhos que empregavam a mão-de-obra local, em 1983 restavam apenas nove que praticamente se extinguíram na década de 1990. Com o fim desse ciclo ex-proprietários de engenhos mudaram-se para Belém, onde abriram grandes redes de supermercados, como Líder e Nazaré, deixando muitos trabalhadores rurais desempregados.

A partir da queda dos engenhos os agricultores da região começaram a trabalhar na extração do plantio e da produção do açaí, um processo de recuperação das áreas de açazais nativos, retomando práticas tradicionais de manejo florestal, que segundo Reis (2008) serviu tanto para a demarcação da terra, quanto para a geração de trabalho e

renda no município, provocando um dinamismo econômico relacionado à pequena propriedade rural, repercutindo na situação sócio-ambiental, em âmbito urbano e rural.

Hoje a principal atividade produtiva de Igarapé-Miri gira em torno do açaí sendo responsável pela sobrevivência de grande parte dos trabalhadores rurais na região. De acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP (2011) teve uma produção em 2009, superior a 6.200 (seis mil e duzentas) toneladas.

Tabela I: Quantidade e Valor dos produtos da Extração Vegetal 2007-2009

Produtos	Quantidade Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
ALIMENTÍCIOS						
Açaí (fruto)	7.000	6.500	6.200	7.840	9.750	10.540
Palmito	500	450	400	250	315	400
FIBRAS						
Buriti	225	226	229	225	226	229
MADEIRAS						
Carvão Vegetal	23	21	23	9	11	12
Lenha (m ³)	16.500	16.000	16.000	99	128	128
Madeira em Tora (m ³)	25.000	25	25.000	1.125	2	3.000

Fonte: IBGE

Elaboração: IDESP (2011)

As transformações ocorridas no município, principalmente, após a queda dos engenhos, como já mencionado, favoreceu um processo de organização e conscientização dos trabalhadores, que passaram a lutar pelo desenvolvimento local ao questionarem as condições de vida. Os movimentos sociais vinculados a organização de trabalhadores são expressos por associações, cooperativas, sindicatos, como abordaremos a seguir.

3.2 Movimentos Sociais e Constituição da ASMIM em Igarapé-Miri: contextos de lutas e afirmações de direitos

No capítulo anterior, mostrou-se que a formação dos movimentos sociais em Igarapé-Miri teve grande contribuição da igreja católica, a qual iniciou um processo de formação da população na década de 1970, cujos ensinamentos contribuíram para a organização capaz de buscar resolução conjunta para os problemas enfrentados. Nesse sentido, Reis (2008) e Martins (2009) ressaltam que a construção das CEB's, inspirados na Teologia da Libertação, foram incentivadoras de vários desses movimentos: de bairros, de luta pela terra, sindicatos de trabalhadores rurais, movimento de mulheres etc.

Tratando especificamente do movimento de mulheres em Igarapé-Miri, observa-se, a partir dos depoimentos de suas protagonistas que há duas linhas de explicação para o surgimento do mesmo: o primeiro grupo de mulheres afirma que o movimento nasceu no período das CEB's, ligado à igreja católica. Para estas, o movimento de mulheres, ligado à igreja católica, surgiu a partir de um grupo de orações que existia por volta dos anos de 1966. As principais mulheres⁴⁰ que faziam parte desse grupo de orações eram: dona Benoca, Maria Eufrásia, dona Rosa (falecida), dona Oscarina (falecida), Tia mundica, dona Nazinha, dona Trindade, vereadora Carmosinha, Consuelo, dona Baizé e outras. O segundo grupo toma como referência o processo de politização das mulheres, atribuindo à participação no sindicato dos trabalhadores rurais, que lhes deu condições para pensar sobre uma realidade mais ampla, ultrapassando as questões de caráter religioso para preocupações com a situação socioeconômica e ambiental. Portanto, considera que foi a organização dos trabalhadores e trabalhadoras nessa localidade que favoreceu a mobilização das mulheres e, conseqüentemente, a se verem como um sujeito coletivo independente.

No entanto, observa-se que as duas linhas de compreensão se complementam, na medida em que, a participação das mulheres nos grupos de orações na igreja de Santana, a principal da cidade, levou-as à consciência das dimensões dos problemas sociais e em consequência à necessidade de lutar por diversas questões. A participação na CEB's resultou na ampliação da inserção das mesmas no contexto social e, ao mesmo tempo, a se organizarem como se pode observar no depoimento de uma das entrevistadas,

[...] foi a comunidade que abriu o leque, como dizia um curso uma vez que nós fizemos de mulheres a comunidade tirou a panela, o cartaz do curso era uma mulher com uma panela de pressão na cabeça, que cobria todinho o rosto, ah! mas na igreja vá falar disso...e aí na comunidade a gente discute né, não só reza, mas discute a parte social aí nós fomos descobrir que era preciso se meter na política, era preciso ter mulheres organizadas, era preciso de sindicatos fortes, era preciso os educadores se organizarem, senão a gente não conseguia alcançar nossos objetivos (informação oral⁴¹).

⁴⁰ A forma de tratamento das protagonistas é dada como capturado nas entrevistas, valorizando a fala das agentes, que geralmente se nomeiam por apelidos ou diminutivos de seus próprios nomes.

⁴¹ Esmeralda, entrevista concedida em 03.09.2010

A primeira reivindicação do movimento de mulheres da igreja se deu em torno da festividade de Santana⁴², pois vários segmentos como comerciantes, viajantes, possuíam espaço na organização de um dia da festa. Todavia, as mulheres não eram visibilizadas, apesar de fazerem parte das rezas e de afazeres na igreja, como arrumar, lavar, fazer vasos e comidas para os festejos, mas não tinha uma noite dedicada a elas e nem organizada pelas mesmas.

Nesse sentido, em meio à organização e reivindicação dessas mulheres, o padre Wagner, na época, cedeu-lhes uma noite⁴³, a do dia 25 de julho, vésperas de Santana, no intuito de observar como elas se saíam, quanto à sua organização. A partir de então, percebeu que não podia ficar só na noite das mulheres, era preciso fortalecê-las politicamente, passando assim a ser um dos grandes incentivadores do movimento, juntamente com homens, também ligados as CEB's, e que depois se tornaram lideranças no município, seja nas ações da igreja ou do sindicato de trabalhadores rurais, como padre Joaquim, professor Otávio (morador da Vila Maiauatá), professor Hermírio, Manoel Luís e Pina⁴⁴.

Sob esse âmbito, já na década de 1980, as mesmas pessoas, integrantes das CEB's, compunham e organizavam outras ações nos movimentos de base, primeiro com a ocupação do Sindicato de Trabalhadores Rurais/STR-Igarapé-Miri e, posteriormente, com a fundação da Associação MUTIRÃO-AMUT, do movimento de mulheres, do sindicato dos educadores, dentre vários outros que surgiam na época.

O pressuposto acima acompanha o contexto de transformações no Brasil, analisado por Nogueira (2004), quando afirma que os anos de 1970 marcaram o movimento feminista, desenvolvendo-se um novo processo de conscientização da luta pela emancipação da mulher na busca de garantia de direitos e, por conseguinte, de sua visibilidade no espaço público.

Nessa perspectiva, o STR de Igarapé-Miri foi fundado no dia 11 de Fevereiro de 1968, não representava, de fato, os trabalhadores rurais. Suas ações eram consideradas de cunho “assistencialista” e “discriminatório”, pois o que atraía os sócios era o

⁴² Essa festividade é a principal manifestação religiosa do município, que teve início no ano de 1714, quando foi erguida a primeira igreja da santa. As comemorações acontecem no período de 16 a 26 de julho.

⁴³ Esse termo é considerado um dia inteiro de novena, orações e festividade com venda de comidas, artesanatos, etc. Anteriormente também existia a venda de bebidas alcoólicas, mas essa prática foi extinta e as festividades, a partir de 2010, passaram a proibir essa venda.

⁴⁴ Esses dois últimos foram grandes lideranças para a tomada do STR-Igarapé-Miri, sendo um destes o atual prefeito da cidade, eleito para o seu primeiro governo, em 2008.

atendimento, médico-dentista. Neste período somente os homens eram associados, a mulher e os filhos eram considerados apenas dependentes.

De acordo com Costa (2001) a luta pela conquista do STR se processou nos anos de 1980, quando trabalhadores rurais começam a participar dos Encontros de Lavradores, no município de Cametá⁴⁵, manifestando-se inicialmente nas comemorações de 1º de maio, com discursos e passeatas organizadas pelos trabalhadores, envolvidos com o Partido dos Trabalhadores – PT, a fim de reivindicar melhores condições de salário, aposentadoria, direitos para as mulheres trabalhadoras rurais e outros.

Diante da situação relativa à direção do sindicato, foi formado um grupo de oposição, composto por trabalhadores rurais, que concorreu pela primeira vez às eleições sindicais em 1983⁴⁶, porém, além do movimento ainda ser frágil, a administração da época, estrategicamente, não divulgou a convocatória da eleição, em jornal local, como previa a legislação. Esse fato contribuiu para que não houvesse tempo de mobilizar um grupo de trabalhadores capaz de articular uma chapa para uma campanha de oposição e, em consequência, não houve quorum suficiente em nenhuma convocação.

Em 1985, mais uma eleição foi realizada sem a vitória dos trabalhadores. Dessa vez, apesar do grupo estar um pouco mais organizado, os mesmos foram impedidos de votar, pois o estatuto do sindicato exigia para que pudessem votar estar em dias com as suas mensalidades, a penalidade prevista era justamente a suspensão e a eliminação do quadro social do sindicato. Logo, poucas pessoas estavam em dias e não conheciam a legislação vigente, na medida em que estavam começando a se engajar na luta, e deviam de 10 a 20 anos de contribuição para o sindicato, e por essa razão não podiam exercer o direito de voto.

Após duas derrotas, o grupo de oposição iniciou um trabalho de base e de conscientização nas comunidades rurais. Tais ações perpassaram por um levantamento dos sócios e não sócios, além da criação de delegacias sindicais "clandestinas", que tinham a função de discutir com os trabalhadores, como funcionava o sindicato e qual sua verdadeira função.

⁴⁵ Onde concentrava-se a coordenação do processo de mobilização política dos trabalhadores rurais da região.

⁴⁶ As informações descritas a partir daqui foram obtidas a partir de entrevistadas(os) e de levantamento de dados nos documentos oficiais no STR-Igarapé-Miri, como atas, material de divulgação, fichas de registro dos associados etc.

A partir desse levantamento foi constatado que o valor para quitar as mensalidades atrasadas dos sócios era muito alto, inviabilizando a articulação dos mesmos para participarem do processo da eleição. Assim, como estratégias resolveram associar novos trabalhadores e pagar seis meses, para que os novos associados tivessem direito ao voto. O pagamento contou com intermediação da Sr.^a Aida Maria⁴⁷, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra - CPT, em Cametá, que conseguiu apoio do Bispo Dom José Elias Chaves, o qual autorizou a liberação do dinheiro, com o argumento de que o controle do sindicato lhes traria mais autonomia do que a igreja e a CPT poderia lhes proporcionar.

Com isto, foram filiados, a partir de então, 180 pessoas, que somadas aqueles que estavam aptos a votar totalizaram 280 votos. Nessa perspectiva, se iniciou a aproximação das mulheres com o STR, visto que elas tiveram um papel fundamental nessa vitória, à medida que deixaram de ser apenas dependentes de seus companheiros e passaram, juntamente com os jovens, a ser associadas, podendo votar e legitimar a vitória dos trabalhadores no dia 20 de junho de 1988 (foto 5).

Foto 5 - trabalhadores/trabalhadoras na vitória das eleições de 1988 em frente à sede do STR - Igarapé-Miri



Fonte: arquivos STR- 2010.

Apesar das mulheres terem sido muito importantes para a tomada do sindicato, devido sua contribuição no processo de mobilização nas comunidades e na campanha de filiação, elas não estavam à frente dessa conquista, pois a chapa era composta somente por homens, assim como o direcionamento político.

⁴⁷ Mais tarde eleita deputada estadual pelo partido dos trabalhadores.

A esse respeito Cappellin (1989) observa que havia uma resistência em aceitar a presença feminina no movimento sindical, inclusive impedindo-as de se associarem, especialmente, nos sindicatos rurais. Essa situação foi denunciada no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em 1985, com a proposição de uma moção nacional de apoio a sindicalização feminina. A autora enfatiza também que a resistência de aceitação das mulheres tinha múltiplos significados, um deles era a visão de que a participação delas na tomada de decisões políticas, em organizações sindicais, podia levar a desarticulação da visão hierarquizada das lutas relativas aos conflitos nas relações de trabalho e aquelas ligadas às condições da reprodução familiar.

Arrazola (2009) enfatiza que a dificuldade de se aceitar a mulher como sindicalizada, também se relaciona com a visão de trabalho destas. Sua inserção no mercado de trabalho era, geralmente, para realização de pequenas trocas, atividades consideradas de caráter feminino ou para a produção voltada ao auto-consumo familiar.

Essa condição, de certa forma, gerava a invisibilidade e o não reconhecimento destas como independentes, seu trabalho era considerado apenas como auxiliar ou atividade complementar, de ajuda ao marido, pai, irmão etc. De modo que, embora o quadro venha sendo revertido, ainda hoje, tais atividades são concebidas como assessórias ao processo produtivo, na medida em que são extensão do trabalho doméstico e das atividades de reprodução (divisão sexual do trabalho), portanto, essenciais à condição feminina, em acordo com a ideologia patriarcal⁴⁸, que as concebe a partir da maternidade, como “definidora” do seu lugar social, como obrigação e dever das mulheres na sociedade.

Todavia, Abramovay e Castro (2000) apontam um crescimento do número de mulheres sindicalizadas em todo o Brasil, após 1985, correspondendo a aproximadamente 22%, de um total de nove milhões existentes, entre homens e mulheres, somente na área rural.

Em Igarapé-Miri, um levantamento realizado pelo STR aponta que atualmente esse percentual é 49,36%, um dado significativo, quando se compara a presença masculina. Assim, a ocupação da mulher no quadro de associadas do STR mostra-se no cotidiano das atividades do Sindicato, principalmente, quando elas passam a compor o quadro de sindicalistas, elas ganham visibilidade e deixam de ser dependentes de seus companheiros.

⁴⁸ De acordo com Pateman (1993) é o poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Após a conquista do sindicato havia uma preocupação das lideranças em relação ao desenvolvimento do município, visto que Igarapé-Miri vivia uma aguda crise econômica devido à falência dos engenhos, das serrarias, e da extensa atividade de extração do palmito. Nesse sentido, tornava-se necessário pensar alternativas de geração de trabalho e renda para os trabalhadores/trabalhadoras rurais. Das discussões e debates realizados surgiu a idéia do projeto MUTIRÃO, construído pelas lideranças locais e que “(...) teve o apoio de entidades internacionais como a organização católica para o desenvolvimento CEBEMO e Movimento Mãos Estendidas – MANITESE” (COSTA, 2001, p. 30).

Dois anos mais tarde, em 20 de maio de 1990, o projeto evoluiu para a criação da AMUT⁴⁹, como alternativa de incentivo, para que as famílias deixassem o extrativismo individualizado, que estava destruindo as reservas naturais do município e passassem a produzir para o auto-consumo. Nessa perspectiva, aproximadamente 68 sócios, entre homens e mulheres, de diversas localidades do município⁵⁰, tanto de áreas de várzea como de terra firme se reuniram, discutiram e aprovaram a fundação da AMUT. O objetivo era incentivar os ribeirinhos a valorizar as áreas onde viviam e transformá-las em produtivas, restabelecendo a economia municipal, com condições de garantir a sobrevivência, diminuir o êxodo rural e formar os trabalhadores política e culturalmente, a fim de fortalecer suas organizações.

Nessa perspectiva, em 30 e 31 de julho de 1990, foi realizado o primeiro trabalho coletivo da AMUT, que já contava com 78 sócios. De acordo com Cunha (2006), os associados ocuparam inicialmente uma área devoluta de 200 hectares, à margem do igarapé Tracuateua, sem a menor infra-estrutura. Em seguida ocuparam mais 145 hectares de terras às margens do rio Meruú-Açu, conhecida como Ponta Negra, distante cerca de uma hora da sede do município, onde até hoje está situada a principal base organizativa dos trabalhadores rurais deste município.

Foi neste local que os trabalhadores construíram a sede da associação a qual foi ampliando suas bandeiras de lutas e organizando os trabalhadores. Hoje, na realidade, há um complexo processo de aglutinação de diferentes mecanismos de organização

⁴⁹ MUTIRÃO significa Movimento Unido de Trabalhadores Interessados na Revolução da Agricultura Organizada e faz referência à reunião de pessoas que em regime de troca, presta serviços espontaneamente na roça dos outros (MAUÉS, 1993, p.49).

⁵⁰ Os sócios vieram de localidades como os Rios Caji, Meruú, Pindobal Miri, Pindobal Grande, Pindobal Zinho, Anapú, Cotijuba, São Lourenço, das Flores, São Domingos, Murutipucu, Rio Furo Seco Dentro, Meruu Açú, Mamangal Grande, Japurete, Caiazinho, Santo Antonio, Igarape Miri Velho e cidade de Igarapé-Miri.

destes trabalhadores, como a Casa Familiar Rural, o Centro de Formação Roberto Remigi⁵¹, um viveiro-estufa, espaço de experimentação de cultivo e manejo agroecológico. Em todos esses espaços é possível identificar a participação das mulheres.

Foto 6 – Sede da AMUT



Fonte: Pesquisa de campo, Gonçalves, (2010)

Foto 7 – Casa Familiar Rural



Fonte: Pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

Foto 8 – Viveiro de mudas



Fonte: PITCPES, Reis (2008)

Foto 9 – Centro de formação Roberto Remigi



Fonte: Pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

No início do processo organizativo, as mulheres que faziam parte da fundação e construção da AMUT eram, em sua maioria, esposas dos associados, que se responsabilizavam, especificamente, pela produção da alimentação, além de ajudar a carregar o que sua força permitisse, como: tijolos, pau, pedra, barro, madeira etc. Portanto, elas lidavam com atividades complementares, não participavam do trabalho na agricultura, não participam das discussões políticas, não opinavam, devido à cultura de que não deviam se misturar com os homens,

⁵¹ De acordo com Reis (2008) este centro de formação foi inaugurado 10 meses depois do início das atividades coletivas em regime de mutirão, com alojamento inaugurado em 26/08/1990 que passou a ser o principal espaço para a formação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

[...] a gente não podia ir pro mato porque os homens tavam no mato...até os homens tinham que buscar na casa a merenda porque a gente não podia ir pro mato porque tinha homem, se não podia dar o que falar. Isso não podia continuar entre nós, a gente achou que tava errado e começou a reclamar, reclamar, porque a gente achava que nós podíamos ir pro mato, levar a comida pros homens, voltar e não acontecer nada, mas pra algumas mulheres não podia, e era feio pra elas fazer isso. (informação oral⁵²)

Mas, à medida que a organização avançava era difícil deixar as mulheres de fora do processo. Assim, iniciaram várias reflexões sobre o papel das mulheres no interior da associação e elas começaram a debater sobre a criação de um movimento de articulação para discutir socialmente e politicamente as questões referentes ao seu cotidiano, visando não apenas soluções para algumas limitações impostas pelo sistema, mas também para dar visibilidade as suas ações na esfera pública, na medida em que ocupavam determinados espaços. Tratava-se, portanto, de efetivar seus direitos sociais, face ao processo de empoderamento e de igualdade que estavam alcançando em sua realidade.

Essas discussões acompanhavam uma tendência mundial de visibilidade do movimento feminista, como identifica Sarti (2004). A declaração oficial da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1975, assim como o ano Internacional da Mulher foram acontecimentos importantes para fortalecer a organização das mulheres. Posteriormente, como afirma Abramovay e Castro (2000), na década de 80, o “novo sindicalismo” se consolidava enquanto sujeito coletivo, trazendo discussões sobre a questão de gênero no interior do movimento sindical, o que é analisado de acordo com a fala de uma das entrevistadas,

[...] a história é que nós, inspiradas no final da década de 80, pro início da década de 90 (...) nesse momento todos os movimentos sociais nacionais, internacionais, inspirados no início do novo processo, com o fim da ditadura militar (...) nessa época havia toda uma discussão das organizações de mulheres, do sindicato, qual o papel do novo sindicalismo no Brasil e como a gente tinha que fazer (...) daí, em 91 a gente já tava num momento de fazer grandes discussões, me lembro que pra gente começar a fazer essa conversa com as mulheres, a gente recebia uns materiais da CUT-SP, uns boletins, umas matérias, umas coisas que a gente lia e se inspirava muito pra conversar com as mulheres sobre igualdade, trabalho, organização de mulheres. (informação oral⁵³)

Assim, no dia 28 de maio 1993, se reuniram 12 mulheres, lideranças rurais, que já faziam parte da AMUT, para programarem um encontro de mulheres, que viria a ser

⁵² Turmalina, entrevista concedida em 13.08.2010

⁵³ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010

um marco para o fortalecimento da organização no município. Nessa reunião, de preparação, elas contaram com o apoio de alguns homens, como de um líder comunitário e um diretor do STR, que além de contribuir com as discussões, disponibilizaram a ajuda dessa instituição para a organização do evento, criando um comitê de informações, articulações, contatos com assessoria, infra-estrutura etc.

[...] nessa reunião eles (algumas lideranças) explicaram que nosso objetivo naquele momento era fazer um movimento de mulheres para que nós pudéssemos nos organizar e aprender a conviver essa vida política, organização política, a organização social e eu, logo no primeiro momento, não pensei duas vezes, compreendi que seria necessário pra nós, no momento em que o prefeito (atual) Roberto Pina, dizia pra nós, que nós tinha que ocupar o nosso espaço no meio social, começar a colocar nossas propostas para que nós pudéssemos avançar politicamente e socialmente, crescer e começar a tomar decisões, que as decisões das mulheres fossem tomadas por nós mesmas, as propostas de políticas públicas fosse colocada, feitas por nós mesmas. (informação oral ⁵⁴)

O “I Encontro de Mulheres” ocorreu no período de 12 a 14 de Agosto de 1993, com a participação de 150 mulheres. Os assuntos debatidos giravam em torno das relações de gênero, de aprender a administrar a própria vida, o próprio negócio e trabalhar em parceria com os homens; além da saúde da mulher, da importância de sua visibilidade na sociedade Miriense etc. Segundo as entrevistadas, foi um momento carregado de emoções, com depoimentos e relatos dos conflitos cotidianos na família e em outros espaços, os quais eram marcados por relações de submissão de uma cultura patriarcal, que passam a ser contestadas, proporcionando, às mulheres, ruptura com o silêncio e a se reconhecerem como importantes para a sociedade e protagonistas de uma mudança em busca da igualdade.

[...] o evento tratava mais assim sobre os sentimentos das mulheres, ser reconhecida enquanto mulher, porque a gente já tem direitos iguais garantido na constituição, mas na verdade a gente não tem assim...nem todas as mulheres tem esse entendimento de quanto dever dela, como é que é? Elas ainda imaginam que elas tem que ser submissa ao marido, que elas não podem participarem dos evento. Esse era assim, um sentimento maior das mulheres, muitas mulheres choraram nesse encontro ao dar seu depoimento, que elas imaginavam/imaginam né, que elas não podem fazer o que quer e o que gostam, porque ela tem um marido dela, tinha o pai depois o marido e tem os filhos. Então é uma obrigação delas ser assim, então elas não tem esse conhecimento, então por isso elas se sentiam assim, muito ferida né, aí tinha várias palestras enquanto a importância da vida das mulheres e também se falava depois desse período, a gente já começou a discutir o direito que elas tinham, quais são seus direitos, quais são seus deveres. (informação oral⁵⁵)

⁵⁴ Rubi, entrevista concedida em 19.08.2011

⁵⁵ Turmalina, entrevista concedida em 13.05.2010

O encontro contou com a participação de palestrantes como a Sr^a. Aida Maria (presidente da CPT na época, e posteriormente deputada estadual pelo PT), prof.^o Hermírio, Roberto Pina, dentre outros. Ao final do encontro foram encaminhadas algumas ações como: a organização das mulheres por setor produtivo, um curso de formação para as lideranças e uma campanha de articulação para mudança dos documentos de “doméstica” para produtora rural.

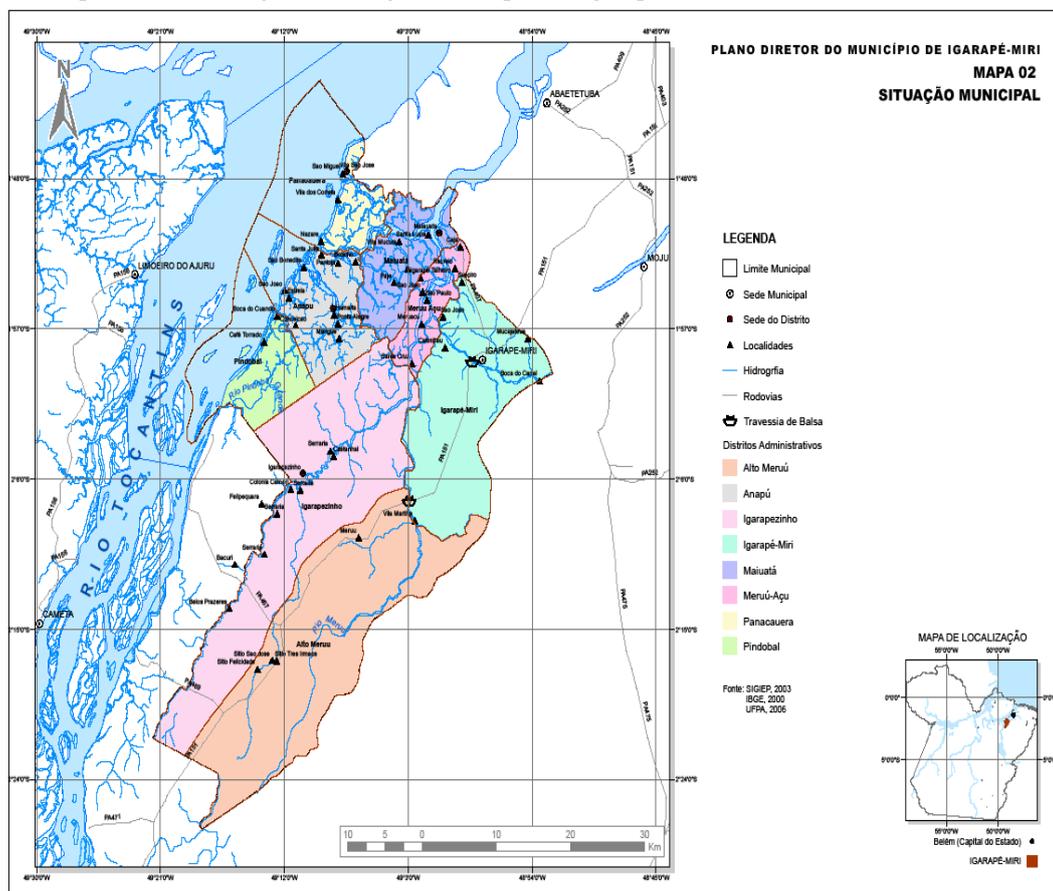
Esse evento marcou, para algumas entrevistadas, o surgimento do movimento de mulheres nesse município, pois diferentemente da concepção de que ele surge com as CEB’S, algumas protagonistas dessa pesquisa ressaltam que ele aconteceu apenas quando as mulheres passaram a se constituir do sujeito coletivo politizado, isto é, a debater e se posicionar em torno das problemáticas que as cercavam, naquele período, bem como, a construir estratégias de resistências e lutas diante das barreiras a elas impostas, o que só foi possível a partir do referido movimento. O depoimento a seguir resalta que há uma divergência quanto ao surgimento desse movimento

[...] o movimento que nós sabemos que existia antes era o movimento da igreja, não era um movimento social, enquanto movimento social foi quando começamos a organizar as mulheres enquanto trabalhadoras, pois não trazia pro sindicato, não tinha associação não tinha outros instrumentos de organização, enquanto trabalhadoras existia um movimento da igreja que eu reconheço, mas não tinha uma reflexão, um conteúdo político. (informação oral⁵⁶)

Posteriormente ao I encontro ocorreram outros, visando expandir as discussões para as áreas rurais do município, isto é, para os núcleos do STR, base inicial de organização: Igarapézinho, Nova Aliança, Santa Maria do Icatú, Nazarezinho, Salento, Menino Deus, Baixo Anapú, Pindobal grande, Pindobalzinho, Furo Seco, Mamangal, Santo Antônio e na área central do município (mapa II). Essa organização teve como precedente o crescimento do número de mulheres, bem como, o fortalecimento do movimento de mulheres, que a cada novo evento galgava espaço de debates, lutas e resistência.

⁵⁶ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010

Mapa II – Identificação da situação municipal em Igarapé-Miri



Fonte: Plano diretor de Igarapé-Miri/2006 *apud* Corrêa (2009).

Cappellin (2008) analisa a década de 1990 como um momento em que grupos de mulheres conseguem criar um novo estilo de reflexão, de mobilização, de debate frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical e aos poucos começam a penetrar nos vértices das estruturas de representação, tradicionalmente, ocupados por homens, como: diretorias de organizações sindicais, partidos políticos, associações etc.

Do mesmo modo em Igarapé-Miri, é neste período que as mulheres iniciam uma trajetória de participação, maior, no STR, nos congressos de trabalhadores rurais (foto 8), dentre outras manifestações. Fruto desse movimento, em 1992, Carmem Helena torna-se a primeira mulher a assumir a presidência do STR⁵⁷, em Igarapé-Miri, permanecendo no cargo por 8 meses, depois de assumir interinamente esse espaço, devido o licenciamento do presidente da época, para concorrer a eleições municipais e para realizar tratamento de saúde.

⁵⁷ Antes de chegar a presidência ela já havia assumido espaços de diretoria como secretária, posteriormente ocupando outros espaços de visibilização pública.

Foto 10 – I Congresso de Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri



Fonte: arquivos STR- 2010.

No dia 14 de setembro de 1996, o “Movimento de Mulheres”, assim chamado, se formalizou enquanto Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri/ASMIM⁵⁸, passando a ter personalidade jurídica. Essa formalização foi importante para a ocupação de espaços públicos, como participar de lutas para a implantação de conselhos municipais de políticas públicas. A legalização possibilitou a obtenção de pleitos e de deliberações sobre as mulheres, bem como, outros benefícios que ocorreram como o acesso ao crédito.

Nessa perspectiva, Cappellin (2008) apesar de analisar grupos de mulheres em outro contexto⁵⁹ identifica a contribuição destas em outros processos de transformações, como a politização do cotidiano doméstico; o fim do isolamento das mulheres no seio da família; a abertura de caminho para que se considere importante a reflexão coletiva; a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura sindical.

⁵⁸ Detalharemos melhor as características da ASMIM e suas atividades mais adiante. (ata de fundação no anexo I).

⁵⁹ A referida autora faz uma análise de grupos de mulheres em atuações em movimentos de ocupação pela terra no movimento de trabalhadores rurais sem terra- MST.

Como retrato dessa renovação sindical e da luta das mulheres nesse município, em novembro de 1999, o STR lançou a campanha de sindicalização dos jovens e de mulheres, que se estendeu até 2001. Além de incentivar a organização das mulheres, o STR, também foi parceiro nas despesas para o fortalecimento desse grupo, no momento inicial da organização, "[...] o sindicato foi fundamental pra nossa organização, os encontros que agente fazia era o sindicato que bancava as coisas que a gente fazia pra debater as nossas especificidades" (informação oral⁶⁰).

A Sr.^a Benedita Gonçalves, eleita em 2003, foi a primeira mulher escolhida por votação para a presidência do STR, permanecendo por dois mandatos. Hoje o quadro social do sindicato é formado por 53% de mulheres cadastradas, e dentre aposentados e pensionistas elas representam 67%. No quadro de direção elas representam 50%, ocupando a secretaria geral, a secretaria de formação, a secretaria de finanças e a secretaria estadual das mulheres. Entretanto, apesar da igualdade na direção, quando observado se isso ocorre com os cargos de delegadas sindicais percebe-se que representam um percentual menor, ou seja, 44%⁶¹ desse universo.

A organização das mulheres vem buscando novas oportunidades de inserção, como em processos de produção e comercialização, a partir da ASMIM, como se vê abaixo.

3.3 ASMIM, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: traçando novas estratégias

De acordo com o debate anterior, a criação da ASMIM parte de um movimento de mulheres que vinha se consolidando em Igarapé-Miri desde a década de 1970, ligado a um processo de lutas e resistências nessa região, em busca de espaços de representação pública, iniciados com as organizações religiosas, caminhando para a ocupação de espaços de discussões políticas, para posteriormente ampliarem para a de geração de renda e autonomia econômica.

Nesse sentido, a legalização jurídica da ASMIM ocorreu no dia 14 de setembro de 1996, no III encontro de mulheres desse município, realizado no Salão Paroquial da Cidade. Na ocasião, foram debatidos temas como o papel da mulher na política, a importância da organização das mesmas na transformação da sociedade e

⁶⁰ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010

⁶¹ (anexo III).

posteriormente a aprovação e posse da primeira diretoria da ASMIM, tendo a seguinte composição:

Quadro II – Composição da primeira diretoria da ASMIM

PRESIDENTE	Maria José dos Santos
VICE-PRESIDENTE	Carmem Helena Ferreira Foro
1ª SECRETÁRIA	Lindalva Fonseca Costa
2ª SECRETÁRIA	Maria Delfina Carvalho Rodrigues
TESOUREIRA	Maria Santana Correa dos Santos

Fonte: Ata de fundação da ASMIM- Elaboração própria autora, 2010

A ASMIM não possui sede própria, funciona na sala da secretaria de mulheres no STR/Igarapé-Miri (Foto 11). Começou com 200 sócias, perderam muitas no decorrer dos anos, porém até o último levantamento, em setembro de 2010, tinha aumentado para 260. Apesar de ser um número expressivo de associadas à inserção sócio-produtiva não alcança esse número, muitas dessas estão associadas, mas inadimplentes com a ASMIM e com pouca participação nas atividades.

Assim sendo, o número de participantes de forma coletiva desde a produção, gestão e comercialização, bem como, a potencialidade das discussões políticas é menor. Todavia, não se conseguiu identificar quantas mulheres, realmente, fazem parte de cada núcleo produtivo da associação, devido a mesma estar passando por um processo de organização e precisar mapear em todos os núcleos⁶² da região de Igarapé-Miri (mapa II acima) as atividades produtivas. Desta forma, tomaremos por base as entrevistas e documentação da ASMIM, para identificar as atividades produtivas de suas associadas.

Foto 11 – Sede atual do STR Igarapé-Miri



Fonte: Pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

⁶² O mapeamento desses núcleos não foi viável para a associação, visto que as dificuldades geográficas demandam recurso financeiro não disponível pela mesma.

A origem da ASMIM esteve relacionada primeiramente a luta pela garantia de direitos das mulheres, a discussão sobre temas relacionados à política de saúde, cidadania, desenvolvimento sustentável etc. A legalização tornou-se necessária para uma maior visibilidade junto ao poder público local, entretanto, mais do que a formalização exigida, já transcendia uma organização política.

[...] teve a necessidade de ter reconhecimento legal, porque nos tínhamos um movimento que existia de fato, mas não existia de direito, então quando nos conquistamos a vaga no conselho de saúde uma das alegações era que a gente não existia legalmente, a gente existia de fato todo mundo reconhecia a nossa luta no município, a nossa mobilização, mas não nos reconheciam juridicamente, então nos criamos a associação para ter possibilidade de fazer outras coisas e que hoje é muito importante para o processo de comercialização do açaí e para qualquer outro processo (...) é juridicamente organizada e abre um leque de oportunidades para outros processos (...) Além desse aspecto jurídico como a gente primeiro não foi jurídico, nos construímos um caminho primeiro de fato existir, organizar, mobilizar pra depois ser jurídico, a grande consequência disso é mais do que ter uma organização jurídica é ter uma organização política. (informação oral⁶³)

As primeiras conquistas da ASMIM estiveram relacionadas com a saúde da mulher de Igarapé-Miri. Foi por intervenção dessa associação que políticas públicas puderam ser ampliadas, como a coleta do exame de PCCU (preventivo do câncer de colo de útero), que antes era realizado apenas na sede do município e passou a ser coletado em diversos núcleos, nas áreas rurais dessa localidade. Isso mostra que essas mulheres passaram a se organizar coletivamente e partiram para o protagonismo em relação às políticas que diziam respeito a elas, geraram mudanças que se refletiram em consequência, tanto em âmbito familiar, quanto local, se estendendo à visibilidade e importância em esfera nacional e internacional, como serão abordadas posteriormente na história de vida das entrevistadas.

A esse respeito Pinto (1992) enfatiza que é um grupo organizado, principalmente quando a comunidade de interesses corresponde a um espaço urbano ou rural claramente delimitado, constrói novas relações de poder com representantes do aparato estatal no local, como escolas públicas, postos de saúde etc. Porém essa relação não é essencialmente reivindicatória, mas sim um exercício de ocupação de espaço.

Nessa perspectiva, essa autora destaca que o movimento de mulheres não reivindica políticas públicas, por revisões de códigos de direito etc. Mas perpassa pela ação contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de

⁶³ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010

gênero, que se expressam ao nível público e privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo.

Conseqüentemente quando as mulheres começam a se organizar passam a questionar sua própria condição biológica, de inserção na sociedade, na família. O debate e a socialização de histórias conjuntas são capazes de fortalecê-las à redefinirem suas relações de poder em nível público e privado, de modo que, a partir de então passam a se pensar em várias formas de transformação social. Portanto, “o simples fato de não estarem mais isoladas ‘cada uma em sua casa’ e sim muito mais próximas geograficamente do que sempre estiveram antes, já é um elemento novo e mobilizador” (PAULILO, 2009, p.185).

A partir desses debates, começou a ser pensada pelas mulheres da ASMIM a questão da geração de renda e de autonomia econômica, e iniciou-se, a partir de 2003, um trabalho para a organização sócio-produtiva das suas sócias, possibilitando a comercialização e a gestão coletiva dos frutos do trabalho extrativista, que por muito tempo foi considerado como Castro e Lavinias (1992) observam, “complementar”, “de ajuda”, “acessório”, ou simplesmente não era comercializado.

[...] ai já despertaram pra questão da produção, comercialização dos seus produtos, uma vez eu cheguei lá (ASMIM) quantas turanjas tu vendeu? Achei isso interessante antigamente isso era só pra dar, pra estragar, quantas rasas de açaí? Que era só pra beber antigamente. (informação oral⁶⁴)

Assim como já mencionado, a partir da década de 1990 as famílias da Região do Baixo Tocantins passaram a realizar, como principal atividade produtiva, a comercialização do açaí e a ASMIM também passou a organizar essa produção e a viabilizar, de forma coletiva, tendo em vista, a valorização e empoderamento das mulheres de Igarapé-Miri. Ressalta-se que elas sempre estiveram presentes na produção ao lado dos homens, todavia, raramente participavam do processo produtivo como um todo, da venda e da gestão, da renda gerada por esse trabalho, porém, a partir do fortalecimento da ASMIM essas ações passaram a ser mais visíveis entre as mulheres dessa localidade, não de forma universal, mas houve um crescimento de práticas dessa natureza entre elas.

Suas atividades produtivas estão ligadas, em sua maioria, com o manejo do açaí que se inicia no período de maio a julho (período da entressafra), em que agricultores e

⁶⁴ Esmeralda entrevista concedida em 03.09.2010

agricultoras efetuam a limpeza do açaizal, devido ao fenômeno de maré baixa⁶⁵, para a colheita em meados de agosto, mas tem seu pico na chamada de safra, ou seja, de setembro a novembro⁶⁶. Reis (2008) ressalva que 70% da mão-de-obra utilizada na limpeza dos açaisais são contratadas informalmente, para ser executada por pessoas que não são donas dos açaisais.

Nessa pesquisa identificou-se que as entrevistadas costumam contratar pessoas para “apanhar” os cachos de açaí no período da colheita. Embora seja uma realidade, há muitas mulheres que ao invés de remunerar outras pessoas realizam tanto a prática da limpeza dos açaisais, como da colheita e do processo como um todo. Isto foi fortalecido a partir dos debates provocados pela ASMIM, acerca de sua inserção no mundo do trabalho, de autonomia e geração de renda,

De acordo com Teles e Marin (2009) a figura feminina infantil e adulta não estava associada ao ato de “trepar no açazeiro” (Foto 12, 13), cortar os cachos e carregar rasas, mas sim no trabalho de debulhar (Foto 14), limpar e amassar os frutos para o preparo do vinho. Porém nas análises de Cunha (2006), apesar de evidenciar que o trabalho de subir nas palmeiras para colher os frutos, carregá-lo em cestos de palha cheios e pesados e, especialmente, transportá-lo até o ponto de venda, era muito restrito aos homens em Igarapé-Miri, sendo executada por mulheres que, na verdade, já faziam essas tarefas há muito tempo, mas não tinham visibilidade e reconhecimento.

[...] Na verdade as mulheres já faziam isso há muito tempo, só que não era reconhecido, não era visto como um trabalho, como elas que coordenavam que tocavam as coisas, agora não, é visto como trabalho, quem colhe o açaí, quem debulha o açaí, são as mulheres que fazem isso. (informação oral⁶⁷)

⁶⁵ Esse fenômeno acontece quando as áreas de plantio não estão inundadas pelas águas, pois como são cultivadas em áreas de várzea, em determinado momento elas são invadidas pelas águas dos rios ficando completamente inundadas.

⁶⁶ Ver também Reis (2008)

⁶⁷ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010

Foto 12 – Associada no processo de colheita do açaí



Fonte: pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

Foto 13 – Associada no processo de colheita do açaí



Fonte: pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

Foto 14 – Associada no processo de debulhamento



Fonte: PITCPES, Reis (2008)

Foto 15 – Armazenamento para comercialização



Fonte: Arquivos PITCPES (2010)

Apesar da cadeia produtiva predominante no interior da ASMIM vinculado a produção do açaí, ela não está restrita apenas a isso. Algumas mulheres também trabalham com a produção de artesanato, "biojóias" da semente desse fruto. Esse segmento produtivo iniciou na ASMIM, por meio de cursos de qualificação que permitiram as suas participantes, o aprendizado de técnicas para esse trabalho. Posteriormente, aos cursos de qualificação, criaram um grupo de 12 (doze) mulheres, na região do Campo Alegre, para a produção de artesanato, mas atualmente reduziu-se para 6 (seis).

A produção das peças de biojóias (foto 16) funciona geralmente na casa de uma das associadas e a comercialização se dá por meio de feiras (foto 18) e encontros, além de um espaço, destinado pelo poder público municipal, na Orla da cidade, para a venda dos produtos, visando além de atrativo turístico à geração de renda para essas mulheres (foto 17).

Foto 16 – Exposição de biojóias



Fonte: pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

Foto 17 – Espaço de comercialização no Trapiche



Fonte: pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

Foto 18 –
Comercialização na I feira de empreendimentos solidários de Igarapé-Miri 2010.



Fonte: Pesquisa de campo, Gonçalves (2010)

Identifica-se, com esse segmento da produção, que há uma subdivisão, dentro da ASMIM em um grupo menor, o que em dado momento passa a gerar conflito, quando não há a socialização e a integralidade entre os pólos produtivos diferenciados, assim, suas componentes ora se sentem parte da associação, ora são vistas pelas outras associadas como um grupo a parte. Indicando que esses conflitos precisam ser trabalhados no processo de discussão e compreensão de dimensão produtiva da ASMIM

levando em consideração para além da produção ser este um espaço de aglutinação das mulheres e suas lutas pela igualdade de gênero.

[...] Através da ASMIM veio cursos, cursos de artesanato e outros cursos, depois foi feito outros cursos de redes, aí a gente começou a fazer e eles pediram que era pra gente se organizar, criar um grupo e que a gente fizesse parte da ASMIM, aí a gente se associou e hoje a gente tem um grupo de artesanato que representa a associação de mulheres. (informação oral⁶⁸)

Os depoimentos mostram que no interior da associação de mulheres há processos de aproximações e descolamentos, os quais ocorrem em função de subdivisões nas atividades de produção, um grupo está mais voltado para a produção agrícola e outro mais articulado pela produção artesanal, confeccionadas com os insumos dos produtos florestais não madeireiros.

[...] tem um grupo de artesanato que hoje elas tão melhor, elas começaram pela associação. Na época eu comecei o curso, com elas, de cestaria, de biojóias, só que quando elas tiveram uma posição de caminhar elas se afastaram da associação falaram que a associação não deu apoio, e deu juntamente com o sindicato...então a EMATER já resgatou elas, então hoje elas estão andando com a EMATER, dizendo que ela que deu apoio e tudo e isso não é verdade...elas desprezaram todas as companheiras, não avisavam das reuniões, não avisavam na hora que iam sentar pra fazer (produção). (informação oral⁶⁹)

Há ainda na ASMIM outro segmento que trabalha com a comercialização de oleaginosas, com destaque para o pracaxi, patuá, murumuru (*Astrocaryum murumuru*), miriti, andiroba (*Carapa guianensis*) para venda *in natura* (foto 17).

Foto 19 –
Sementes de Oleaginosas (buriti, murumuru, patuá, pracaxi e andiroba)



Fonte: pesquisa de campo, Souza (2010)

⁶⁸ Quartzo, entrevista concedida em 18.08.2011

⁶⁹ Opala, entrevista concedida em 18.08.2011

Em menor escala há atividades como panificação, produção de pimenta do reino, farinha de mandioca, tapioca, bejú, colheita de frutos como cacau, cupuaçu, etc. Todavia, essa geralmente ocorre de forma individualizada, em que as próprias produtoras comercializam diretamente com os compradores, isto é, raramente, passa pela associação.

Nesse sentido, como a ASMIM se caracteriza por ser um empreendimento que tem por objetivo “...à solução de necessidades comuns e conseguir melhores condições de vida (espaço de resistência), cujo resultado esperado é a possibilidade de continuidade do grupo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 16), não tem fins comerciais. Entretanto, a associação realiza processos de comercialização a partir da intercooperação com as cooperativas do município, no caso do açaí, a venda se dá na relação com a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri – CODEMI, já as vendas de oleaginosas ocorre com a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri - CAEPIM. Essa última comercializa com a empresa de cosméticos NATURA.

No entanto a produção principal é o açaí, ou seja, essas outras atividades, realizadas pelas mulheres da ASMIM, são realizadas particularmente quando o produto se torna escasso, devido ao período de entressafra⁷⁰, em que buscam outras alternativas de geração de renda, estando grande parte centradas na coleta de recursos da natureza, relacionados às frutíferas típicos de ocorrência na região ou no extrativismo florestal (COSTA *et al.* 2006).

3.3.1 A ASMIN e a construção da economia solidária

A relação da ASMIM com princípios da economia solidária, de forma mais direta, ocorre a partir de 2005 quando esse empreendimento passou a ser assessorado pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES⁷¹, momento em que o termo foi inserido na medida em que a incubadora tem por objetivo contribuir com processos de

⁷⁰ A entressafra do Açaí corresponde o período das fortes chuvas na região do Baixo Tocantins, que compreende de dezembro a abril.

⁷¹ Entre as ações desenvolvidas pelo PITCPES, enfatizam-se cursos, oficinas e acompanhamento/assessoramento técnico na área contábil; controle e rotinas administrativas; no aspecto jurídico das cooperativas; organização do livro caixa e prestação de contas; planejamento para comercialização do açaí. Ressalta-se que nesse processo de planejamento é orientado o controle de todas as etapas da comercialização, fortalecendo assim o consórcio dos fruticultores que se originam em cooperativas e associações da região.

formação para a autogestão e a organização sócio-produtiva, com bases na metodologia de incubação, isto é, a troca de conhecimento entre tácito e técnico, a fim de que os empreendimentos possam acessar meio de se autopromover, bem como, a sustentabilidade e a preservação ambiental.

Neste sentido, para compreender esse conceito e ao mesmo tempo entender a economia solidária, Motta (2004) enfatiza que esta capta o movimento real e se define empreendimentos já existentes, com práticas antigas que passam a ser englobadas no próprio conceito.

Reis (2008) analisa que além do PITCPES, a formação para empreendimentos como a ASMIN, contaram ainda com a Universidade Federal Rural da Amazônia, por meio da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – ITES e com outras instituições como a Embrapa Amazônia Oriental – EMBRAPA; da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará EMATER/PA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, no entanto esta não se caracteriza pelos princípios da economia solidária, embora a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes-APACC, também sejam ONGs que atuam no campo da economia solidária. A Central Única dos Trabalhadores – CUT, hoje, também tenha se colocado neste campo.

A ASMIM, juntamente com outros empreendimentos de Igarapé-Miri, fez parte de alguns projetos de incubação do PITCPES, como o PRODUZIR Amazônia, desenvolvido em 2007, cujo objetivo era a transferência de conhecimento para a melhoria na produção, gestão e comercialização, além da implantação de um viveiros de mudas de plantas frutíferas e florestais, como o mogno dentre outros. Também teve apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, realizado em 2008, com objetivos similares.

Assim, observa-se que a ASMIM tem buscado atuar em acordo com o que a secretaria do FBES (2006), através de sua carta de princípios⁷², identifica como economia solidária, isto é, tem como centralidade a valorização social do trabalho humano; a cooperação e solidariedade; a satisfação plena das necessidades de todos, como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; o reconhecimento fundamental da mulher e

⁷² Carta aprovada em junho de 2003, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, após debates em 18 Estados brasileiros, para ser a identidade do FBES criado na mesma ocasião.

do feminino na construção de uma economia fundada na solidariedade. Embora ocorram conflitos e em determinados momentos ela encontre-se fragilizada estes princípios têm sustentado a ASMIM.

Nesse sentido, os cursos de formações ministradas pelo PITCPES tinham por objetivo fortalecer esses princípios “...buscando o desenvolvimento endógeno e a valorização das práticas sócio-econômicas peculiares aos multi-saberes da Amazônia” (BARBOSA *et ali.* 2006, p.159).

Apesar do acompanhamento a esse empreendimento ter se iniciado pelo PITCPES, ainda em 2005, e de um dos princípios da ES ser o reconhecimento da importância do papel da mulher na construção de “uma outra sociedade” e a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras sem distinção de raça, gênero, religião etc. não houve um debate específico sobre as concepções de gênero, e da importância das mulheres da ASMIM por parte do PITCPES.

As atividades de formação sempre estiveram englobadas no fortalecimento sócio-econômico como um todo, mas não foram levadas em consideração as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Nesse sentido, ainda que as instituições supramencionadas tenham sido importantes para o debate acerca do protagonismo das mulheres na ASMIM, em relação às decisões sobre as políticas públicas, geração de renda, empreendimentos econômicos solidários, a formação política dessa associação em relação às questões de gênero, do papel delas na sociedade, seus direitos e deveres foram fomentadas principalmente por formações do STR – Igarapé-Miri, em parceria com FASE e a CUT, que possuem grupos de debates específicos sobre a mulher.

Portanto, o PITCPES teve como objetivo principal fomentar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento local, à medida que possibilitou não somente a compreensão, mas contribuir com os exercícios concretos de autogestão e melhoria no processo de produção, a partir de espaços de debate e troca de saberes entre as mulheres e os educadores do PITCPES, visando acumular forças para avançar no protagonismo da mulher na vida pública e esses os avanços são observados por elas

[...] a comercialização da produção foi uma conquista, quantas mulheres puderam ver a cor do dinheiro porque venderam tantas rasas de açaí por safra (...) tem muita mulher conseguindo receber um dinheiro que nunca tinha visto antes, essa foi uma das conquistas melhores (...) as mulheres começaram a sentir gosto de trabalhar de ter seu produto, de vender (...) geralmente o terreno é da família, aí ela tem aquela quantidade (produção) que sai no nome

dela, mas têm mulheres que têm sua área de terra separada, ela mesmo que trabalha, que coordena, que colhe. (informação oral⁷³)

[...] A associação, o movimento social pra mim foi na verdade uma universidade, eu considero muito isso né, porque eu aprendi assim conviver nessa diversidade de homens e mulheres, eu aprendi a coordenar uma reunião a fazer parte de uma mesa de associação. Eu aprendi a defender proposta da minha categoria, isso me levou a ler muito mais do que eu já lia, estudar, pesquisar as coisas que eu tinha curiosidade de saber e o conhecimento também. Essa vida do dia a dia com as pessoas me fez crescer muito (...) Eu consegui aprender qual é a função nossa quanto mulher no meio social e como construir as propostas de políticas públicas pra nós como mulheres...Eu imagino se não fosse a associação, eu não sei, mas quem sabe até hoje eu não estaria num casamento sofrido? A associação me trouxe muito, despertar pra esse lado né, dessa independência da gente enquanto mulher, de saber administrar a vida da gente, ser dona de si, ter opinião formada. (informação oral⁷⁴)

[...] Na associação mudou muito (a vida), porque foi uma entrada de eu ter conhecimento, falam que esse movimento ele é uma universidade, que a gente não tem como explicar, mas ele vai capacitando, mostrando que a gente consegue mesmo não tendo grau de escolaridade (...). Eu falo que eu ganhei o diploma de universitária mesmo não sendo um grau de escolaridade universitário foi a minha formação que eu teve e que foi fundamental pra mim (...). Eu teve a oportunidade de ver muita coisa, de viajar, de conhecer. (informação oral⁷⁵)

Para a maioria das entrevistadas o fato de fazer parte da ASMIM mudou o seu conhecimento, em seus depoimentos isso é valorizado juntamente com a consciência em relação aos seus direitos como mulher, cidadã, produtoras, empreendedoras, etc. Entretanto, pelo menos em três entrevistas é possível também identificar que apesar do relato na melhoria, na renda, na convivência familiar, na ocupação de cargos importantes, em nível local, regional e nacional elas não conseguem atribuir isso a associação e afirmam que suas vidas não tiveram mudanças, após a participação nesse empreendimento.

No que se refere ao conhecimento sobre a ES, embora desenvolvam processos de organização coletiva, têm problemas, e mesmo vivenciado experiências concretas sob determinados princípios, a consciência ainda não é generalizada entre as mesmas. Apesar de já terem participado de formações, de terem tido assessoria de várias organizações que debatem o tema, algumas entrevistadas não conseguem ainda ter clareza a esse respeito, outras o entendem de forma equivocada como “ajuda” ou “troca”, mas algumas conseguem reconhecer pelo menos algum princípio da ES na

⁷³ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010

⁷⁴ Rubi, entrevista concedida em 03.09.2010

⁷⁵ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010

associação, apesar de algumas dificuldades pelas quais passa a associação nos dias atuais⁷⁶. No quadro abaixo é possível observar o que as mulheres da ASMIM entendem por economia solidária.

Quadro III – Concepções sobre Economia Solidária

Entrevistada	Concepção sobre economia solidária
Entrevistada 1	[...] eu vejo falar muito em economia solidária, é você ser solidário o nome já tá falando, mas não existe isso aqui existe muito na teoria, mas na prática não.
Entrevistada 2	[...] É uma geração de renda com sustentabilidade ambiental, mas a ASMIM pratica pouco, o que ela faz é organizar os grupos de produtoras.
Entrevistada 3	Eu ouvi falar, mas ainda não entendo nada, eu ouvi falar. Tem um companheiro nosso aqui da prefeitura (...) aí tudo que ele vinha apresentar aqui eu achava tudo esquisito, eu pensava égua, mas não tá claro isso pra mim (...). Ele chamou a gente prá apresentar alguns projetos, mas até agora não aconteceu nada...eu não tenho muita clareza sobre o que é, quem pode participar.
Entrevistada 4	É grupo de pessoas trabalhando prá desenvolver um trabalho comercial, mas que é no conjunto em parceria de várias organizações, que se organizam prá comercializar o seu produto de forma solidária, um tendo solidariedade com o outro, é uma rede de solidários discutindo o desenvolvimento sustentável.
Entrevistada 5	[...] ela vai dar renda prá todo mundo, prá aquele conjunto. Até porque participei de um encontro em Belém na UFPA de economia solidária e como não participei de outros que só tinha gente fera, lá eu me senti muito num lugar que a gente não sabe nada (...) se a ASMIM tivesse um trabalho conseguiria, mas como não tem aquele trabalho. Acho que não pratica economia solidária, se pratica tô por fora.
Entrevistada 6	(...) economia solidária é isso que a gente faz, é um trabalho em conjunto, bem dizer a gente se doa, é um trabalho um ajudando o outro, se tú tem uma horta, a pessoa ela tem o açaí, o outro uma galinha, aí um vai trocando com o outro, eu tenho prá mim um pensamento assim é uma ajuda, um ajuda o outro (...) a ASMIM pratica isso no caso de ajudar as mulheres em fazer a negociação da comercialização no caso o camarão, o açaí, a fruta.
Entrevistada 7	[...] a economia solidária eu percebo que é uma valorização das diversas formas, das diversas atividades que possam gerar emprego que noutra tempo era desvalorizado, quem valorizava a mulher que tecia paneiro? Ninguém, quem valorizava a mulher que fazia um alguidá? Ninguém, isso era prenda doméstica que não tinha o mínimo valor e hoje a gente vê que tudo é valorizado, tudo é aproveitado, tudo é beneficiado prum determinado fim na economia solidária (...) a ASMIM pratica isso no sentido que ela reúne, estimula a produção do mel, da biojóias, de remédio caseiro eu acho que ela tá valorizando essas atividades.
Entrevistada 8	[...] eu entendo que economia solidária é diferente de caridade, no meu ver não é lhe dar um pão porque você não tem, mas é ensinar você a ter igual como eu tenho é ser solidário, crescer em coletivo é ser solidário... o objetivo da ASMIM seria mesmo, mas não está indo pelo rumo, está um pouco defasada,

⁷⁶ A esse respeito trataremos no tópico a seguir quando nos retratarmos aos conflitos existentes.

	só a presidente que tá fazendo alguma coisa, ninguém mais quer fazer mais nada, nem as mensalidades não estão pagando, como ela vai fazer alguma coisa?
Entrevistada 9	[...] outras dizem que a associação de mulheres não ajuda mais ninguém que já deu o que tinha que dar principalmente aquelas que hoje estão trabalhando no governo e acham que não vão mais precisar da associação, mas não lembram que foi através da associação toda capacidade, todo o processo de conhecimento adquirido por elas.
Entrevistada 10	[...] é a valorização do trabalho coletivo.
Entrevistada 11	[...] é uma política do governo pra organização do povo de baixa renda de forma cooperada, para que eles possam ir em busca de financiamento e trabalhar pra gerar a sua própria renda (...) a ASMIM pratica no momento que consegue organizar as mulheres esclarecer pra elas a importância que elas tem lá na base de poder plantar, de criar e vender sua própria produção e também incentiva elas ir buscar o crédito bancário para que elas possam gerenciar esse recurso e fazer crescer esse recurso financeiro.

Fonte: Elaboração própria autora, 2010, com base nas entrevistas realizadas.⁷⁷

Nesse sentido, o debate da ES em Igarapé-Miri é recente e possui muitos entraves principalmente no que concerne a organização, comercialização e representatividade. Porém, é visível seu crescimento e potencialidade na medida em que a ES faz interface com o desenvolvimento local, isto é,

...há um processo de mobilização das pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando as dificuldades para a melhoria das condições de vida local. (JESUS, 2003, p. 72)

Segundo Jesus (2003) trata-se de práticas que envolve a criação de um sujeito coletivo sob a perspectiva de geração de renda, de forma independente, que é capaz de elevar o nível de suas ações que vão do econômico ao político, passando pelo social, cultural e ambiental, na medida em que tem como pressuposto uma atuação direcionada e consciente, portanto, de empoderamento no sentido de expressar e participar da vida pública.

De acordo com o relatório da ASMIM, de 2009, essa associação reuniu cerca de 25 produtoras que venderam o açaí *in natura*, movimentando em torno de R\$ 10.000 (dez mil reais), durante a safra deste mesmo ano, e ainda R\$ 5.000 (cinco mil reais) na produção de biojóias. Os números apresentados nos relatórios da ASMIM demonstram que suas atividades não conseguem englobar o total das associadas, e que apenas um

⁷⁷ Neste quadro só existem onze análises, pois três entrevistadas se abstiveram das respostas.

pequeno número de mulheres produz de forma coletiva e solidária por meio da associação⁷⁸.

A ASMIM proporciona uma valorização da autonomia de renda, inclusive econômica, proporcionando um direcionamento e assessoria no acesso a políticas de créditos para ampliar e qualificar a produção por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF⁷⁹. Entretanto, de acordo com a Secretária de Políticas para Mulheres do STR/Igarapé-Miri o número de acessos ao PRONAF mulher ainda é pequeno e mesmo com o debate em torno da autonomia feminina, não é incomum relatos de que o marido acaba fazendo a gestão do benefício.

[...] As mulheres que encaminham o PRONAF, mulher geralmente os maridos já tiraram PRONAF tão devendo no banco e aí emperra e não consegue acessar (...), mas uma boa parte das mulheres tem crédito, não como crédito específico para as mulheres. O PRONAF mulher ainda é bem pouco, somente 24, veio através da criação de galinha caipira, mas que não tem muita coordenação das mulheres acaba sendo só o nome PRONAF mulher, mas na prática acaba sendo um PRONAF normal e os homens acabam gerenciando. (informação oral⁸⁰)

Nesse sentido, a prefeitura local, na gestão atual, também está envolvida com a ES, na medida em que possui inclusive um departamento de economia solidária - DECOSOL, a fim de desenvolver ações e projetos como “...uma tentativa do ‘Governo da Participação Popular’ de criação de um aparelho público de fomento à economia solidária” (PMIM, s/n). Esse departamento tem como missões:

- Induzir o desenvolvimento socioeconômico municipal, tendo a economia solidária como plataforma político-organizativa e produtiva;
- Favorecer crescimentos social, econômico e cultural ao município, apoiando processos socio-produtivos incorporados na economia solidária;
- Apoiar a formação e/ou fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES);
- Subsidiar/acompanhar iniciativas locais de economia solidária, em diferentes formatos, como fomento para o desenvolvimento sustentável.

⁷⁸ Retomaremos essa discussão mais a frente quando for trabalhado os conflitos e entraves para o crescimento da ASMIM.

⁷⁹ Segundo estudos de Hernández (2009) o PRONAF é um programa criado em 1996 que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Nos seus primeiros anos de atuação teve um baixo índice de acessos da mulher a essa política de crédito, no plano safra 2003-2004 foi criado o PRONAF – mulher, como uma linha de crédito voltada especificamente para o reconhecimento e estímulo do trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos de reforma agrária.

⁸⁰ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010

Apesar da assessoria do DECOSOL aos empreendimentos solidários de Igarapé-Miri, esse acompanhamento na ASMIM se dá apenas para o segmento de biojóias, que inclusive recebeu da prefeitura espaço para a comercialização, como já mostrado anteriormente. Porém, em se tratando de políticas específicas para as mulheres ainda não há no município. "A discussão no município está muito fraca, falta lideranças pra assumir isso dentro do município, eu tenho 5 mulheres como secretárias e 4 homens, nos departamentos a maioria é mulher, mas não tenho o debate da política das mulheres" (informação oral⁸¹).

O movimento de mulheres no município encontrava-se, no momento da pesquisa, fragilizado. Hoje, há um debate para a criação de um fórum de mulheres de Igarapé-Miri, assim como a criação de uma coordenação de mulheres na prefeitura para desenvolver políticas para mulheres. Entretanto, em entrevista com o prefeito, ele afirma que apesar de já ter criado uma lei que instituía a coordenação de política das mulheres no município, ela está engavetada por não ter encontrado uma liderança para assumir essa função, e afirma que o movimento de mulheres não mostra essa liderança, não o provoca para que isso seja efetivado. "[...] A política é vocês (mulheres) que tem que fazer proposição, governo não cria política são vocês que criam as proposições, eu não vejo essa liderança entre as mulheres em Igarapé-Miri (PREFEITO ATUAL, entrevista concedida em 24 de maio de 2011).

Ainda que se observe essa fragilidade, a ASMIM tem contribuído com as mulheres mais atuantes, que participam das formações, atividades, reuniões, para um bom desempenho na área da gestão, principalmente, para a melhoria das habilidades de produção, negociação e técnicas de comercialização, uma vez que o processo de comercialização no município é complexo, sendo considerado como um dos principais entraves junto à falta de recursos dos produtores, as dificuldades de infra-estrutura também são um entrave, à medida que as condições dos transportes (barcos e carros) e das estradas vicinais inviabilizam o intuito de se atingir um bom planejamento de produção.

Nesse sentido, apesar das dificuldades encontradas, vários avanços foram alcançados, entre elas: o aumento da participação de algumas mulheres na comercialização do açaí; participação em feiras tanto locais quanto estaduais;

⁸¹ Prefeito Atual, entrevista concedida em 24 de maio de 2011

participação de eventos de economia solidária; presença das mulheres em vários conselhos municipais e uma maior participação no movimento de mulheres no campo e na cidade.

Assim, ressalta-se que não é apenas a geração de renda o principal foco, mas para “...a ES a eficiência não pode se limitar aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade dos seus membros, e ao mesmo tempo de todo o ecossistema” (SECRETARIA DO FBES, 2006, p. 79), isto é, um conjunto que perpassa pelos benefícios sociais, políticos e pessoais, princípios diferenciados dos praticados pelo capitalismo.

Logo, o trabalho realizado pela ASMIM ultrapassa os valores monetários, pois suas associadas estão inseridas no mundo da política, sindical, partidária, de representação política nos conselhos de políticas públicas municipais, estaduais e nacionais, processos de autonomia, pelos constantes desafios que suas protagonistas enfrentam e pelas histórias de resistência em torno dos conflitos que as cercam como será evidenciado no próximo tópico. Entende-se que a inserção das mulheres nos movimentos sociais, de caráter participativo e produtivos, pode contribuir para a dinâmica do desenvolvimento local.

Suas formas de organização com princípios associativistas e cooperativistas têm provocado oportunidades de rompimento com a condição de subordinação, imposta pelo patriarcado e a resgatar direitos, seja pela autonomia da renda, pela maior participação nos debates e discussões que cercam sua vida.

3.3.2 As protagonistas da ASMIM: Trajetórias de vida e espaços públicos de conquistas

A análise dos resultados está estruturada em uma parte descritiva, a uma “análise de trajetória” das protagonistas desse estudo, visando por meio do quadro abaixo sintetizar uma percepção da história destas quanto ao local de origem, maternidade, divisão sexual do trabalho, conjugalidade, envolvimento com o movimento de mulheres, representações de cargos dentro e fora da ASMIM etc., como mostra-se no quadro abaixo.

Quadro IV – Análise da trajetória das associadas da ASMIM

Protagonistas	Trajetória Pessoal e de Lutas
<p align="center">Entrevistada 1</p>	<p>É agricultora, nasceu no Rio Anapú, tem 42 anos, casou-se a primeira vez aos 22, divorciou-se e atualmente vive em outra união estável há 5 anos, tem dois filhos de 20 e 19 anos, estuda cursando o ensino médio, mora com o companheiro e um neto. Além de desenvolver um cargo de diretoria na ASMIM assume também a presidência de uma associação de assentamento, trabalha como delegada sindical e desenvolve ações em conselhos deliberativos do município. As atividades domésticas são de responsabilidade sua e do companheiro. No tempo livre costuma ir à igreja, as festas na comunidade, visitar a mãe e cuidar do neto. Afirma que depois que foi deixada pelo seu primeiro marido nunca mais se sentiu dependente de homem nenhum, principalmente, financeiramente. Morou em Belém trabalhou em “casa de família” e como vendedora (sacoleira) em barcos pelas ilhas na frente de Belém, nesse período quem cuidava dos filhos era uma irmã. Sua aproximação com o movimento social teve influência do seu pai que já era sócio do sindicato e a incentivou a se associar e buscar um conhecimento sobre os direitos das mulheres. Trabalha com a produção de açaí, em torno de mais ou menos 2000 razas por safra, tem um barco como meio próprio de transporte e realiza a comercialização pela associação e também com atravessador devido inúmeras dificuldades na comercialização desse produto.</p>
<p align="center">Entrevistada 2</p>	<p>É agricultora, tem 47 anos, é casada há 30 anos, casou-se com 17 anos, tem 6 filhos, 3 mulheres e 3 homens. Nasceu em Igarapé-Miri, no Rio Murutipucu, está concluindo o ensino médio. Em sua casa residem 8 pessoas, sendo que destas somente 4 trabalham e contribuem com as despesas da casa. Atribui a sua renda não como fundamental, mas como complementar a renda familiar. Não se sente dependente do seu companheiro, porque sempre trabalhou pra poder viajar fazer o que queria sem pedir ao companheiro. No tempo livre se dedica a cuidar da casa e do seu sítio. Afirma que não há diferença na educação dos filhos e filhas e que ambos realizam trabalhos domésticos. Resume sua vida sempre com muitas lutas, por melhoria da comunidade, vislumbrando uma qualidade de vida melhor para sua família e para seus vizinhos. O incentivo em fazer parte da ASMIM foi a conquista de estar ocupando um espaço e trabalhar com as mulheres a consciência, um espaço de conquista de direitos e deveres. Antes de sua atuação nesse movimento trabalhava como agricultora e com vários grupos em sua comunidade, na criação de peixes de doces, sempre voltado para a comunidade. Além de sócia da ASMIM já desempenhou presidente e vice-presidente e atualmente faz parte da</p>

	direção do STR/Igarapé-Miri, COOPFRUT e Associação Mutirão.
Entrevistada 3	Nasceu na comunidade do Baixo Maiauatá, tem 39 anos, aos 12 anos veio morar na cidade de Igarapé-Miri. Solteira, sem filhos, possui um curso técnico de enfermagem. Reside com 5 pessoas, sendo que apenas ela e a cunhada trabalham. Sua renda é derivada do funcionalismo público, no qual ela desenvolve atividades de agente comunitária de saúde e da cooperativa na qual ela desempenha função de secretária. No seu tempo livre ela se diverte em algum balneário ou se dedica a outras pequenas fontes de renda como a venda de perfumes, trabalhos de digitação, etc. Resume sua vida como um acúmulo muito grande de tarefas devido aos diferentes espaços de representação que ocupa na CODEMI, na associação dos agentes de saúde, no conselho de assistência social, na pastoral da criança e no conselho da criança e adolescente. Sua aproximação com a ASMIM se deu a partir da festa do açaí orgânico ⁸² , onde conheceu a exposição do grupo de artesanato da ASMIM e foi convidada por uma das sócias a participar das reuniões. A partir de 2000 se tornou sócia e em 2006 tornou-se secretária dessa associação.
Entrevistada 4	É agricultora, nasceu no Rio Pirateua-Igarapé-Miri, tem 35 anos, 3 filhas, teve a primeira aos 16 anos, casou-se aos 21 anos e permaneceu nessa condição por dois anos, após essa relação conheceu o companheiro atual com quem está em união estável há 13 anos. Foi na sede do município aos 9 anos trabalhando como doméstica por 3 anos, voltando depois para o interior. Estudou até a 4ª série e está se planejando para continuar os estudos. Reside atualmente na cidade, com 7 pessoas e sustenta a casa juntamente com o companheiro, porém sua renda oriunda do cargo de diretoria que exerce no STR/Igarapé-Miri é fundamental principalmente para suprir as necessidades das filhas, já a da produção do açaí complementa as outras necessidades da família. Em relação às tarefas domésticas todos na casa se responsabilizam. No seu tempo livre frequenta a igreja, visita a mãe no interior, realiza almoços em família, além de ouvir música ir a um barzinho. Sua aproximação com a ASMIM se deu em 2008 por meio da secretária de mulheres do STR que a convidou a associar-se na época, já exercia também a atividade de delegada sindical e a presidência de uma associação de assentamento.
Entrevistada 5	É agricultora, tem 41 anos, nasceu no Rio Caji, aos 12 anos mudou-se para a Vila Maiautá onde permaneceu até os 14, foi morar em Belém trabalhando como doméstica por 2 anos e posteriormente voltou para o Caji onde casou-se aos 16 e permaneceu assim durante 21 anos, há 3 meses vive outra união estável, tem 2 filhas e 2 filhos. Estudou até o 2º ano do ensino médio, mas as atividades a impediram de concluir. Reside atualmente com 10 pessoas e sustenta a casa juntamente com o seu companheiro, ou seja, sua renda oriunda do cargo que exerce como Articuladora Regional da Fetagri é fundamental para a manutenção da família. As tarefas domésticas são de responsabilidade das suas filhas e noras que residem na sua casa com a ajuda dos homens. No seu tempo livre frequenta a igreja e dedica quando pode a uma festa. Filiada ao sindicato desde 88 aproximou-se deste devido à necessidade do acesso aos benefícios, visto que nesse período estava grávida e necessitava de alguns documentos, posteriormente começou a se envolver nas lutas do STR. Seu envolvimento com o movimento de mulheres iniciou-se em 95 como uma das sócias fundadoras da ASMIM, nesta desempenhou também a função de tesoureira por dois mandatos. Foi à primeira mulher a assumir por meio de eleição a presidência do STR/Igarapé-Miri. Sua produção na agricultura é a mandioca, pimenta do reino e hortaliças que ela comercializa

⁸² A festa do açaí orgânico é tradicional no mês de outubro e acontece na sede da MUTIRÃO envolvendo seminários, oficinas, exposição e comercialização de produtos de associados, apresentações culturais, etc.

	diretamente com consumidores, atravessadores e está negociando a venda para o projeto de merenda escolar.
Entrevistada 6	Nasceu em Belém veio para Igarapé-Miri aos 2 anos, aos 15 morou em Abaeté por mais 3, tem 37 anos, solteira, com uma filha de 15 anos. Possui o segundo grau completo e tem vontade de fazer universidade de letras ou contabilidade. Reside com 6 pessoas e sua renda é fundamental para o seu sustento e de sua filha. As tarefas domésticas são de responsabilidade de uma doméstica que trabalha em sua casa, com exceção da roupa que a entrevistada é encarregada de lavar. No seu tempo livre gosta de ler e assistir filmes, mas também destina a arrumação de coisas pendentes como seu quarto. Sua trajetória no movimento sindical se diferencia das outras entrevistadas, pois não se aproximou pelas lutas sindicais e sim por ser contratada para exercer a função de secretária do STR, antes desse cargo já exercido há 8 anos, trabalhou como vendedora em loja de roupas e atendente de farmácia. A inserção na ASMIM foi a convite de outra associada e com a promessa de possibilidade do acesso a crédito e projetos que a beneficiariam, mas como a maioria das vantagens se volta para as mulheres rurais ela nunca obteve nenhum benefício. Nesta além de ser associada desempenha o papel de secretária.
Entrevistada 7	Nasceu na comunidade de Padre Emílio, tem 48 anos, casada há 28, possui um casal de filhos. Atualmente cursa o ensino superior na área de enfermagem e pretende após concluir realizar uma especialização. Sustenta a família, de 6 pessoas, juntamente com o esposo e o genro, além de usar sua remuneração oriunda da secretaria de saúde na qual ela desenvolve atividade de agente comunitária de saúde, para custear os estudos pagando despesas com transporte e universidade. As tarefas domésticas são de responsabilidade da filha. No seu tempo livre dedica aos estudos, visita a mãe e ao cuidado com suas plantas. Sua militância iniciou-se na igreja católica onde teve a oportunidade de discutir a vida comunitária, os movimentos sociais, os partidos políticos etc. Foi uma das sócias fundadoras da ASMIM e desempenhou também a função de secretária e vice-presidente.
Entrevistada 8	Nasceu em Igarapé-Miri, tem 37 anos, solteira, tem um filho de 15. Possui o ensino superior completo, com formação em letras. Reside com 9 pessoas. Sua renda oriunda do cargo público que exerce na comissão de licitação da PMIM é fundamental para o sustento da família que recebe contribuições de mais 3 pessoas da casa. As tarefas domésticas são de sua responsabilidade juntamente com uma irmã. No seu tempo livre ela se dedica a estudar e assistir televisão. Sua participação na igreja foi fundamental para o início da sua trajetória nos movimentos sociais, que se iniciaram pela pastoral da juventude, posteriormente associação MUTIRÃO até a ASMIM. Foi uma das sócias fundadoras e exerceu a função de secretária, trajetória bastante incentivada por uma tia que também foi uma das grandes lideranças da construção dessa associação.
Entrevistada 9	É agricultora, nasceu na comunidade Santo Antônio, onde permaneceu até os 2anos, mudando-se posteriormente para a cidade de Igarapé-Miri onde morou até os 16 anos, casou-se aos 17 mudando-se para a comunidade do Campo Alegre, permanecendo até os dias atuais, tem 39 anos, 4 filhos, divididos em duas moças e dois rapazes. Estudou o ensino fundamental completo. Em sua casa moram 5 pessoas, sendo o marido responsável pelo sustento da casa, sua renda não é fundamental e sim complementar para as despesas da casa. As tarefas domésticas são de responsabilidade sua, de uma das filhas e do esposo quando possível. Seu tempo livre é disponibilizado para o descanso e o lazer através de jogo de futebol e festas. Sua aproximação com o movimento de mulheres se deu por meio do STR, na qual desempenhava atividade de delegada sindical e por essa

	<p>função se aproximou de algumas lideranças que lhes convidaram a se associar à ASMIM, por meio dessa fez alguns cursos de capacitação e iniciou o trabalho com o artesanato. Desenvolveu atividades de tesoureira nessa associação. Trabalha com a produção de mandioca, horta, frutas etc.</p>
Entrevistada 10	<p>Nasceu no Rio Anapú, tem 63 anos, viveu um casamento de 36 anos e há 2 está separada, tem 5 filhos, 2 homens e 3 mulheres, 15 netos e 3 bisnetos. Mudou-se para Igarapé-Miri aos 12 anos, estudou em colégio de freira, completou o ensino médio. Reside com 5 pessoas sustentando a casa por meio da sua renda como secretária de Cultura da PMIM. As tarefas domésticas são de responsabilidade de duas sobrinhas remuneradas para esse trabalho. No seu tempo livre ensaia quadrilha organiza carnaval. Sua aproximação com o movimento se deu através da igreja católica da qual ela participou das atividades desde criança. Foi fundadora da primeira CEB na cidade de Igarapé-Miri e esse envolvimento com a igreja incentivou o protagonismo em outras grandes lutas dos movimentos sociais na região como a formação do PT, a criação do sindicato de educação, fortalecimento do STR. Fundou o movimento pela paz, já a primeira vereadora no município. Foi sócia fundadora da ASMIM.</p>
Entrevistada 11	<p>É agricultora, nasceu no Rio Cajá, tem 30 anos, vive em uma união estável há 16 anos, tem 4 filhos, 2 meninos e 2 meninas. Atualmente devido ao cargo exercido no STR reside na cidade de Igarapé-Miri com 2 filhas e seu esposo que chega aos finais de semana. Tem o ensino fundamental completo. As tarefas domésticas são de responsabilidade sua e da filha mais velha. No tempo livre vai para o seu sítio, mas lá faz as mesmas atividades domésticas. Sua aproximação com o movimento se deu primeiramente por meio de uma associação na comunidade na qual assumiu o cargo de diretoria, posteriormente foi delegada sindical, mas abriu mão pouco depois para participar da qualificação do projeto PRODUIR. Seu interesse pela ASMIM partiu pela idéia de fortalecer a organização das mulheres motivo que a fez se associar. Além das atividades do sindicato, ASMIM ela faz parte da MUTIRÃO, Associação de Aquicultores de Igarapé-Miri. Trabalha com a produção de açaí, aproximadamente 200 latas por safra, além de cupuaçu.</p>
Entrevistada 12	<p>Nasceu no rio Cajá, tem 53 anos, vive em uma união estável há 13 anos, 8 filhos, 5 homens e 3 mulheres, 20 netos e espera a chegada do primeiro bisneto. Tem o nível superior na área de pedagogia e cursa atualmente uma pós-graduação em educação no campo. Reside com 4 pessoas e sustenta a casa juntamente com 2 filhas, com a renda oriunda do cargo público de coordenadora do PROJOVEM urbano. As tarefas domésticas são de responsabilidade da sua nora que é remunerada para essa função. O seu tempo livre é destinado para o cuidado com os Netos e conversa com amigos. Sua trajetória de vida envolve fome, pobreza, gravidez na adolescência. Trabalhou em “casa de família” e teve que parar de estudar, só retornando os estudos em 1982 quando voltou para Igarapé-Miri. Se aproximou do SINTEPS, do STR, dos movimentos da igreja e da ASMIM. Foi a primeira presidente da ASMIM.</p>
Entrevistada 13	<p>É agricultora, nasceu na comunidade Santo Antônio, tem 44 anos, foi casada durante 21 anos, divorciou-se e atualmente vive em uma união estável de 3 anos. Tem 3 filhas, atualmente reside com 5 pessoas na cidade, devido ao cargo de diretora de projetos da secretaria de educação. Cursa o nível superior em história e pedagogia. As tarefas domésticas são divididas entre a entrevistada, filha e o esposo. No seu tempo livre visita a mãe, seu sítio e se dedica aos estudos. Sua aproximação com os movimentos se deu a partir do trabalho comunitário na igreja. Foi conselheira da prelazia de Cameté e do conselho de negros da CNBB. Foi um das organizadoras do movimento de mulheres, fundadora do PT e uma</p>

	das sócias fundadoras da ASMIM. Divide seu tempo entre as atividades da CAEPIM, do SINTEP fez parte do conselho da Eletronorte. Na ASMIM desenvolveu atividades de vice-presidente, secretária e conselho fiscal. Trabalha com a produção de cacau e açaí, esse último com uma produção de mais ou menos 580 razas por safra.
Entrevistada 14	Nasceu em Moju. É agricultora familiar, tem 44 anos, mãe de 5 filhos. Veio para Igarapé-Miri com 15 anos. Sua trajetória no STR começa logo após a tomada do mesmo pelos trabalhadores rurais, em 1988, inicialmente na condição de dependente da inscrição sindical de seu pai, posteriormente passa a ser funcionária do sindicato, passando, em 1990, a garantir o direito a sua filiação. Em 1992 assumiu a Presidência do Sindicato, por 8 meses, posteriormente foi para a direção da Fetagri e da CUT Estadual. Em 2003 compôs a Direção Executiva da Central Única dos Trabalhadores. Vice-Presidente eleita para o mandato 2006-2009, tendo que mudar-se para Brasília. Foi a primeira mulher a assumir a Presidência Nacional da CUT. Eleita Secretária Nacional de Meio Ambiente em agosto de 2009 durante o 10º Congresso da CUT. Na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG está em seu segundo mandato coordenando a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que organiza a Marcha das Margaridas, a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do país. Atua como conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é integrante do Fórum Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta e Representante das Trabalhadoras Rurais no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF e do Patronato da Sustainlabour – Fundação Laboral Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. Foi a primeira trabalhadora rural a receber o prêmio Bertha Lutz concedido pelo governo às mulheres de todo o país que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero.

Fonte: Elaboração própria autora, com base nas entrevistas realizadas.

De acordo com o quadro acima, observa-se que as mulheres da ASMIM estão na faixa etária entre 30-63 anos, portanto protagonistas de uma história em que a maioria vivenciou e ajudou a construir os movimentos sociais que eclodiram, a partir da década de 1980, no município de Igarapé Miri.

Nesse sentido, ressalta-se a diversidade das histórias de vida de mulheres, em sua maioria, agricultoras, ou de origem simples que se envolveram nos movimentos sociais de Igarapé-Miri, seja pela atuação na igreja católica, ou nos sindicatos de classe enquanto trabalhadoras rurais (STR), profissionais da educação (SINTEP) e saúde (SINDSAUDE). Em alguns casos essa aproximação com os sindicatos e com o movimento de mulheres teve influência de algum membro da família, ou de pessoas próximas, envolvidas nessas lutas que estavam acontecendo no município.

De acordo com o índice de desenvolvimento humano (IBGE, 2007) as mulheres da região Norte, são as que têm famílias com os menores rendimentos, ao mesmo tempo, são as que têm maior número de filhos, com cerca de três filhos ou mais,

realidade encontrada nas análises, visto que, grande parte das entrevistadas possui mais de três filhos.

A maior parte das entrevistadas vive em uma união estável. Destaca-se que dentre essas, 4 (quatro) vivem, nessa condição, a mais de 10 anos e apenas 3 a menos de 5 anos. Todas tiveram relacionamentos anteriores com mais de 10 anos de duração, finalizados por problemas como álcool e violência doméstica.

Todas as protagonistas da pesquisa são oriundas de áreas ribeirinhas. A grande maioria nasceu nas ilhas que fazem parte do município de Igarapé-Miri. Apenas duas entrevistadas não nasceram no município, mas a mudança para essa localidade se deu aos dois e aos 15 anos de idade, respectivamente.

A escolaridade tem papel importante nas condições de vida das pessoas, além de ser um dos principais atributos para medir a desigualdade. Deste modo, é considerada elemento estratégico de mudança da realidade social de um país. Nos últimos anos, no Brasil, essa característica da população melhorou com queda nas taxas de analfabetismo e aumento da frequência escolar, mas este tem sido ainda um processo lento e marcado por grandes diferenças sociais e, particularmente, regionais.

Segundo dados do IBGE (2007), no Brasil rural, a média de escolaridade das mulheres é baixa, se distanciando consideravelmente das áreas urbanas. Esta última é em média de 7,4 anos para a população total e de 8,9 anos para as ocupadas, sendo que em âmbito rural essa média cai para 4,5 anos e 4,7 anos, respectivamente. Entretanto, a análise deste estudo constatou um aumento da qualificação feminina se intensificando entre as associadas da ASMIM.

De acordo com dados do IBGE (2001), em 1996, do conjunto das pessoas que freqüentavam estabelecimentos de ensino superior, a proporção de mulheres era de 55,3%, passando para 57,5%, em 2006, revelando que os homens estão perdendo espaço no processo de escolarização, pelo menos, no que tange a taxa de escolarização superior. Essa maior frequência das mulheres nas universidades tem elevado indicadores sociais.

Destaca-se que entre as entrevistadas é unânime o desejo de continuar os estudos, mesmo aquelas que estão terminando o ensino superior, pensam em fazer alguma pós-graduação.

A família continua ter centralidade na vida de todas as mulheres entrevistadas, em ordem de importância, colocam em primeiro lugar, seguido do trabalho e em terceiro lugar aparece à educação. Isto nos remete a analisar da mesma forma que

Araújo e Scalon (2007), ou seja, a prática do cuidado socialmente construída e “imputada” como responsabilidade ou naturalizada como “atributo” feminino onera as mulheres, gerando as inúmeras jornadas assumidas por elas, na medida em que ela é cobrada pelo cuidado da família.

Cabe ressaltar que segundo estudos de Abramovay e Castro (2000) a divisão tradicional do trabalho estipula a homens e mulheres formas diferenciadas de inserção de trabalho na sociedade, visto que, para as mulheres há a responsabilidade da reprodução social do grupo familiar, ou seja, responsabilidade com o trabalho doméstico; a saúde e a educação dos filhos; à manutenção da casa e seu entorno.

Entretanto, na pesquisa a inserção em cargos representativos, politicamente tem reestruturado a inserção dessas mulheres, pois devido ao acúmulo de funções e diminuição do tempo, o cuidado da casa e dos filhos tem sido destinado a outras pessoas, que em alguns casos é o próprio companheiro, mas na maioria é atribuída a outra mulher: filha, irmã, nora e, em certos casos, alguém remunerada para essa função.

[...] minha vida é muito corrida, um dia eu tô aqui, outro dia já tô lá...complicada de tempo; é muita agenda uma em cima da outra. Aí, as vezes eu não convivo muito com a minha família, sou muito ausente da minha família”. (informação oral⁸³)

[...] como eu trabalho é mais no final de semana que eu assumo, mas é mais a minha filha que me ajuda...sempre foi assim, prá mim poder tá no trabalho, nas lutas, no movimento, minhas filhas sempre me ajudam, minhas irmãs também, quando os meninos eram menores, não é fácil ter 6 filhos e fazer tudo o que eu faço prá trabalhar. (informação oral⁸⁴)

Alguns dos companheiros contribuem para as atividades e todas afirmam que não há distinção de tarefas pelo sexo dos filhos. Em muitos depoimentos as mulheres asseguram que os filhos do sexo masculino contribuem e alguns assumem as tarefas domésticas.

[...] Todo mundo faz as tarefas domésticas, meu marido chega eu coloco ele pra fazer também então antes era mais meu né?Aí depois sentei e conversei, todo mundo precisa fazer, ele tirei assim um erro que ele tinha né?Não eu sou homem, eu sou pra isso e a gente participando hoje de encontros de formação, numa direção, a gente aprendeu que não é bem dessa maneira, todos podem fazer sim, então eu chamei ele, to levando ele pros encontros, nos colocamos ele como delegado sindical da nossa área então ele tá indo, participar, então ele tá vendo que é outra maneira, outra realidade não é bem da maneira que existia, que era e ele vê lá todo mundo lavando a louça (...) então ele termina, lava a louça dele e ajuda colocar uma farinha na mesa, ajuda a tirar a garrafa, ajuda a encher e assim vai e todo mundo trabalha junto

⁸³ Safira, entrevista concedida em 13.08.2011.

⁸⁴ Turmalina, entrevista concedida em 13.08.2011.

agora (...) final de semana eu trabalho muito aí ele vê que eu tô fazendo ele levanta de lá e vem me ajudar. (informação oral⁸⁵)

[...] Os meninos também ajudam cada um tem o seu dia junto com elas todo mundo trabalha, lá em casa eles lavam a louça cuidam da comida, até as vezes fazem comida, o esposo também ajuda, as vezes a gente chega do serviço todo mundo faz um pouco, claro que é com menas coisas porque a gente chega as vezes já tá pronto (...) os meninos estudam na casa familiar rural e estão acostumados lavar roupa, lavar louça, fazer comida o mesmo tanto de tarefa que tem para os homens tem para as mulheres. (informação oral⁸⁶)

[...] eu tenho uma história de vida com meu filho ele é 5 anos mais velho que ela (filha), mas eu eduquei eles prá justamente por essa minha vida tá trabalhando o pai viajava eu saia, ele sempre contribuiu nas tarefas domésticas ele ajudava ela, ela fazia comida e o que ele mais gostava era de faxina ele fazia a limpeza da casa, hoje ele é casado mas continua o mesmo, ele cuida das tarefas limpa a casa, arruma na casa dele é tudo direitinho. (informação oral⁸⁷)

Ao serem questionadas sobre a importância de sua renda, a maioria afirmou que ela é fundamental para a manutenção da família, com exceção de três consideram apenas como renda complementar. As protagonistas da ASMIM vêm criando uma consciência em relação a autonomia e isso perpassa, não apenas pela concepção de autonomia econômica, mas as que têm relacionamento conjugal asseguram que não se sentem dependentes de seus companheiros e que conseguiriam abrir mão da relação financeira e afetivamente, caso fosse necessário. "[...] ele (marido) é importante, mas se eu não tivesse ele eu tinha que me virar mesmo (informação oral⁸⁸)."

[...] eu fui uma mulher sempre assim: eu nunca fui acostumada a depender eu vô sair ter que pedir dinheiro, eu to acostumada eu mesmo me bancar (...) eu acho que eu dependo dele assim, quando a gente tem um companheiro a gente depende dele pra ser feliz, mas financeiramente eu não dependo não, a gente se ajuda, cada um ganha um pouco quando junta, junta pra fazer as coisas. (informação oral⁸⁹)

[...] eu faço os meus trabalhos, é pouco que eu ganho, mas se de repente acontecesse de eu me separar dele eu teria condições de me sustentar e também sustentar meus filhos. (informação oral⁹⁰)

Pinto (1992) ressalva que a participação da mulher nos movimentos sociais rompe com a sua condição de invisibilidade pública. Essa reconfiguração evidencia que “a fala é uma importante forma de agir no mundo da ES, é através principalmente dela que as pessoas “participam” e “representam” (MOTTA, 2010, p.13). Assim, os EES

⁸⁵ Opala, entrevista concedida em 18.08.2010.

⁸⁶ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010.

⁸⁷ Jaspe, entrevista concedida em 19.08.2010.

⁸⁸ Turmalina, entrevista concedida em 13.08.2010.

⁸⁹ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010.

⁹⁰ Quartz, entrevista concedida em 02.09.2010.

acabam sendo espaços de exercício de comunicação, de novos discursos e do fortalecimento de debates que envolvem a sua vida, bem como o questionamento, a formulação de políticas públicas voltadas para a mulher.

[...] eu cresci no meu intelectual e no meu conhecimento do que é meu direito. Todas as pessoas deveriam fazer parte de algum tipo de movimento social, porque isso que faz crescer, desenvolver, perder o medo, perder a timidez, quando você tá lá só no seu cantinho, você não consegue nem falar em público e essas coisinhas eu perdi todas, perdi essas coisinhas e ganhei muito desenvolvimento humano. (informação oral⁹¹)

Nessa perspectiva, as mulheres da ASMIM acabaram se destacando e obtendo visibilidade pelas suas atividades de formação e articulação no município, proporcionando a elas aquilo que consideramos uma das maiores conquistas da associação, isto é, a visibilidade de muitas mulheres para assumir espaços políticos no meio social, em âmbito local, regional e até internacional, como se observa nos espaços de conquistas destacados no quadro abaixo:

Quadro V - Espaços públicos ocupado por algumas das associadas da ASMIM

Associada	Espaços de ocupação atual e visibilidade política
Aldenora	Presidente da associação PROVIDA Conselheira da saúde Conselheira da assistência social Conselheira do desenvolvimento rural
Raimunda Almeida (Mundinha)	Diretoria da COOPFRUT Secretaria de finanças do STR - Igarapé Miri Conselheira do Conselho Territorial do Baixo Tocantins/ CODETER Conselheira do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da Usina Hidrelétrica Tucuruí- PPDJUS/Eletronorte Suplente no conselho de desenvolvimento rural Representante das mulheres no Movimento de Mulheres no Campo e na Cidade – MMCC
Maria Cileide	Secretária da CODEMI Secretária da Associação dos Agentes de Saúde Conselheira do Conselho de Assistência Social Conselheira da Criança e do Adolescente Coordenadora da Pastoral da Criança
Carmem Lúcia Cardoso	Secretaria no STR - Igarapé Miri Suplente no Conselho da Saúde Suplente no Conselho de Desenvolvimento Rural Conselheira no Conselho de Assistência Social
Benedita Carvalho	Articuladora Regional da FETAGRI-CUT
Sílvia Raiol	Secretária contratada STR - Igarapé Miri
Maria das Dores (Tóia)	Coordenadora do Sindicato da Saúde
Márcia	Assistente Administrativa da Comissão de Licitação da PMIM
Maria Auxiliadora (Cica)	Tesoureira da ASMIM
Benedita dos Santos (Benoca)	Secretária de Cultura da PMIM

⁹¹ Pirita, entrevista concedida em 03.09.2010.

	Coordenadora do Movimento pela Paz
Claudiane Pantoja (Claudia)	Coordenadora de Políticas para as Mulheres do STR Conselheira do Instituto Caboclo das Mulheres
Maria Santana Correa Santos	Coordenadora do PROJOVEM em Igarapé - Miri Representante no Fórum do SINTEP - Sindicato de Trabalhadores da Educação
Lindalva Fonseca Costa	Diretora do Departamento de Programas e Projetos do SINTEP Conselheira do Planejamento Territorial Participativo-PTP Conselheira Licenciada da Prelazia
Carmem Helena Foro	Vice Presidente Nacional da CUT (2006-2009) Secretária Nacional de Meio Ambiente da CUT Secretária Nacional de mulheres CUT Secretária nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG Coordenadora e organizadora da Marcha das Margaridas. Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Integrante do Fórum Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta Representante das Trabalhadoras Rurais no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF Representante do Patronato da Sustainlabour – Fundação Laboral Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. Primeira trabalhadora Rural a ganhar o prêmio Bertha Lutz ⁹²

Fonte: Elaboração própria autora, 2010.

Observa-se, que, de um modo geral, apesar das diferenças de opiniões as mulheres associadas à ASMIM consideram que houve melhoria em suas vidas. E destacam como principais conquistas a melhoria da consciência, a liberdade de poder se expressar e representar as mulheres em diferentes espaços de poder e de decisão da vida. Destacam também o aumento de produções e comercialização graças ao acesso ao crédito e a organização delas, além, de outras vantagens no âmbito familiar, pessoal e coletivo. "[...] a associação acho que melhorou a consciência da gente (informação oral⁹³)"

[...] a gente poder tá participando de igual prá igual com eles (homens), ter a oportunidade de tá falando mais da saúde...nós conseguimos através da associação se impor e começar a preparar pessoas e tivemos a oportunidade de dirigir 3 mandatos (no STR/Igarapé-Miri) dois de presidente e um de tesoureira mulheres... A visão e o nível de consciência prá nós é uma conquista. (informação oral⁹⁴)

[...] a própria organização, os projetos de financiamento pra custear algumas produções (...) e outra coisa que eu acho uma coisa muito positiva é a participação nos conselhos de ser reconhecida, de ser uma entidade. (informação oral⁹⁵)

[...] meu grito de liberdade, de ter sofrido preconceito e não ter me calado, ter conquistado a minha liberdade de falar, dar conta da sobrevivência sem ter

⁹² Esse prêmio é dado pelo Senado Federal, no mês de março, em comemoração ao dia Internacional da mulher e é concedido às mulheres que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero.

⁹³ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010.

⁹⁴ Turmalina, entrevista concedida em 13.08.2010.

⁹⁵ Esmeralda, entrevista concedida em 03.09.2010.

que me prostituir, me vender com a separação, outra questão é o reconhecimento de muitas pessoas, de que eu tenho uma importância muito grande, a conquista do direito político, de ser a primeira vereadora feminina do município. (informação oral⁹⁶)

[...] uma das minhas maiores conquistas foi esse crescimento no meio social, esse despertar compreender e aprender a trabalhar a política pública também trabalhar junto das minhas companheiras fazendo um despertar com elas, organizando as mulheres do município aprendendo a fazer debate participar de debates, essas conquistas eu devo muito a associação. (informação oral⁹⁷)

De um modo geral, o depoimento das mulheres associadas a ASMIM passaram por um processo de crescimento pessoas e empoderamento no âmbito da família e do trabalho também contribuíram para o desenvolvimento de outras práticas, como as partilhar o trabalho doméstico, como se observa melhor no item abaixo.

3.3.3 Relações de conflitos e entraves na ASMIM: resistência e luta em casa e no trabalho

Pinto (1992) ressalta que a entrada da mulher no movimento social é como um rito de passagem do mundo privado para o público e isso envolve uma rede de rupturas para a constituição de uma identidade pública. Essa adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança. Aquela que adere se diferencia rompendo, por exemplo, com relações de poder estabelecidas no interior da família, bastante comum quando a mulher participa de um movimento.

As relações de poder e conflitos que envolvem o gênero são marcados nos depoimentos das entrevistadas. As dificuldades enfrentadas para exercer o direito ao trabalho, ter visibilidade pública e autonomia de renda. Nos depoimentos de muitas, vê-se que as "desavenças" não partem apenas dos companheiros, mas às vezes incluem pais, irmãos e outros familiares.

Isso mostra como na análise de Saffioti (2004) que ainda há uma cultura patriarcal tolerada e incentivada pela sociedade, sob a qual os homens exercem sua força –potência –dominação contra as mulheres,

[...] antigamente ele (companheiro) não queria que eu participasse da associação (...) ele achava assim que eu era muito ausente de casa, tú sabe que todo marido... ele acha que toda mulher tem que ficar em casa, cozinhando, lavando. Essas coisas... Aí eu falo pra ele, é isso que eu quero; é desse jeito que eu quero, se tú acha que não dá...aí que ele foi mudando, mas,...elas, as companheiras até sabem disso aqui, no começo, que eu me

⁹⁶ Esmeralda, entrevista concedida em 03.09.2010.

⁹⁷ Rubi, entrevista concedida em 03.09.2010.

envolvi no movimento, eu tive muitos problemas com ele, aí agora não, ele já se acostumou. (informação oral⁹⁸)

[...] antes meu marido não gostava que eu saía de casa, teve vezes que eu tinha que sair escondida, quando ele não tava na casa, eu ia pra deixar meus filhos na casa da minha mãe, pra de manhã pegar o freteiro⁹⁹ pra vir pras reuniões, mas aí foi um período, depois ele começou a ver que eu ia pras reuniões e voltava, que eu tinha um objetivo que não ia pra fazer outras coisas erradas. (informação oral¹⁰⁰)

[...] Meu primeiro marido, ele era muito machista, não permitia que eu usasse roupa da maneira, que eu gostava, não deixava eu ir na casa da minha mãe, não gostava da minha filha, que eu tive antes de casar com ele (...), não deixava que eu usasse maquiagem nenhuma, queria me bater, bebia muito. (informação oral¹⁰¹)

[...] primeiro que meu marido abriu fora. Ele dizia eu vô ficar com uma mulher que numa hora tá numa reunião, outra hora tá na igreja, outra hora tá não sei aonde? Ele sempre falava isso, se bem que eu cumpria as minhas obrigações; ele sempre reclamava, os irmãos também, diziam, olha! Sai disso, morre muita gente, passam fome, passam necessidade, apanha da polícia, minha mãe também, larga disso. (informação oral¹⁰²)

No entanto, elas têm resistido e conseguem aos poucos conquistar espaços inclusive na relação familiar, mas permeada por conflitos.

Eu agradeço, assim, muito a Deus por ter me dado força, por ter sido assim, uma mulher bem revolucionária, de certa forma, principalmente, quando se trata da minha vida pessoal, minha vida familiar, não foi fácil ser mãe, ter que cuidar de filho pequeno. Eu tive uma história assim, a minha filha adolescente engravidou eu, assim, por conta do meu esposo fui até acusada por ele, por ter essa minha vida maluca, foi dito dela ter engravidado. Então eu paguei...mas eu consegui superar, passar tudo isso, de ter que educar ela a ser mãe adolescente, eu consegui que ela cuidasse da filha dela é com toda a minha orientação, em nenhum momento eu deixei que as coisas me frustrassem. Eu fui muito pressionada em desistir da vida que eu levava, da vida comunitária, política, ter que tá nos movimentos sociais. Hoje eu me sinto até, me sinto realizada por eu ter tido vários problemas como outras mulheres tiveram e ter conseguido. (informação oral¹⁰³)

O processo de construção de autonomia exige a conscientização, não somente da mulher, mas também de toda a família e até que isso ocorra, os conflitos familiares são constantes. Muitos companheiros não aceitam e acabam por cometer violência doméstica. Porém, o fato delas estarem organizadas coletivamente proporciona um diálogo, sobre isso, com outras mulheres que inclusive já sofreram com problemas

⁹⁸ Safira, entrevista concedida em 13.08.2010.

⁹⁹ Embarcação que cobra um valor como frete para deslocamento até a cidade.

¹⁰⁰ Turmalina, entrevista concedida em 13.08.2010.

¹⁰¹ Opala, entrevista concedida em 18.08.2010.

¹⁰² Esmeralda, entrevista concedida em 03.09.2010.

¹⁰³ Jaspe, entrevista concedida em 19.08.2010.

similares. Na medida em que elas resistem a esse processo intra-familiar de negação ou críticas, pode ocorrer a aceitação ou mesmo a ruptura de relacionamentos

[...] o meu ex-marido (...), assim todas as vezes que ele bebia, ultrapassava o limite da bebida, a gente tinha problemas sérios, em casa, de violência. Ele ficava muito violento, deduzia as coisas de forma distorcida, achava que eu tinha amante, em função de eu sair muito, nesses meus encontros, nesses cursos ele achava que era outra pessoa, que eu tinha na minha vida. Então só aparecia esse problema no momento em que ele bebia, depois começou a surgir o problema da traição que é o que mais abala agente. Conversei inúmeras vezes com meu pai, com meus irmãos, eu superei até onde eu não pude, quando eu vi que não dava mais, eu tive que tomar a posição de pedir, pra ele, a separação. (informação oral¹⁰⁴)

[...] passei por momentos de violência. Lutei contra. Consegui mostrar pro meu companheiro que quem realiza violência tem que ser punido, depois eu me separei e embora perdendo o que aconteceu entre nós, eu consegui superar, mostrar pra ele que não era essa vida que eu queria. Eu queria uma vida de parceiro e hoje eu acho que sou uma mulher feliz. Tenho um companheiro que me entende, me compreende, se preocupa comigo...o resumo da minha vida hoje. Eu sou feliz no que eu faço, no que eu vivo. (informação oral¹⁰⁵)

A entrada da mulher nos movimentos sociais desperta, também, nos companheiros um sentimento de ciúme, que representa de acordo com Saffioti (2004) a expressão de dominação do homem sobre a mulher gerando conflitos quando ela passa a se dedicar as atividades fora do lar e, constantemente, em articulação com várias pessoas.

[...] eu vejo assim, ainda tem o preconceito dos homens. É muito difícil você ser dirigido por uma mulher e isso criou um certo impacto na nossa vida. Esse negócio de viagem...ele achava que além do movimento sindical eu viajava pra traír ele também...graças a Deus eu provo que não era isso, eu não vim pro sindicato pra arrumar homem, mas pra trabalhar e provar que a mulher é capaz. Os homens do sindicato eram muito machistas e achavam que a mulher não tinha capacidade pra dirigir (...). Aí ele começou a me violentar com palavras e depois no braço mesmo. Aí quando chegou no braço, eu reagi e separei. Na verdade eu sofri violência desde o início do casamento. (Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010)

As teias relacionais dessas mulheres, ou seja, família, amigos, companheiros, em determinados momentos atribuem à entrada nos movimentos sociais, a culpa pela falência de seus relacionamentos, mas elas não sentem dessa forma e conseguem visualizar melhoria inclusive relacional, a partir dessa inserção.

[...] as pessoas falam quando tú veio pro movimento sindical, tú separou. Eu acho que não. Eu abri meus olhos quando eu vim pro sindicato, eu

¹⁰⁴ Rubi, entrevista concedida em 03.09.2010.

¹⁰⁵ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010.

compreendi o que era a vida, porque eu sou mulher, eu tinha que viver com esse casamento até o fim? Dei pro que der, eu apanho ou eu deixo de apanhar, a partir que eu vim pro sindicato eu compreendi que a vida não era assim, que todo mundo tem seu espaço, tem seus direitos e aí eu falo que não foi o movimento sindical, mas eu abri os olhos, eu teve condições de reagir. (informação oral¹⁰⁶)

No sentido de entender a complexidade dessas relações, a pesquisa considerou também a opinião de alguns companheiros. Os entrevistados afirmaram que apóiam a decisão da esposa fazer parte da associação e asseguram serem grandes incentivadores do trabalho político delas, visto que reconhece nelas à satisfação, o crescimento pessoal, a abertura para o conhecimento, etc.

Essa compreensão é mais fácil quando eles estão envolvidos também nas mesmas lutas, como afirma um dos companheiros. "[...] Nunca houve nenhum desentendimento entre nós por causa da associação e eu espero que nunca tenha, porque a gente vive debaixo da mesma causa (informação oral¹⁰⁷).

Porém, eles deixam claro que essas relações não são brandas e que há conflitos principalmente pelo tempo em que elas deixam de dedicar a família e pela falta de satisfação de seus atos, que implica mais uma vez na demonstração cultural do papel atribuído a mulher pela sociedade de que ela é a principal responsável pela família e "pertence" do marido. "[...] o que acho como prejuízo só essa questão de não estar presente com os filhos porque isso ai vai de encontro com algumas coisas (informação oral¹⁰⁸)".

[...] depois da associação mudou muito, pra gente se ver, às vezes num mês três vezes só, ela só vive pra cá (cidade) viajando, e a gente não se vê quase, eu senti muito porque a gente não tem filho só mora eu e ela na casa, às vezes eu ligo pra saber onde ta, às vezes ela fica brava, eu digo assim: a mulher tem que dar uma explicação pro marido e o marido pra mulher, nem é proibir porque se eu proibisse ela a gente já tinha separado. Às vezes eu pergunto pra ela tal coisa, ela não gosta de dar explicação e por causa disso a gente se desentende. Ela não é uma pessoa de chegar em casa e dizer, olha aconteceu tal coisa, tal reunião que eu fui, aprendi tal coisa, mas não, se eu for indagar alguma coisa se eu não amenizar vira uma briga grande, é só isso que eu fico mais ressentido. (informação oral¹⁰⁹)

Esse último depoimento remete a análise de como a discussão de opressão tem sido conduzida entre as mulheres, pois algumas correntes teóricas mostram apenas a opressão do homem sobre a mulher, mas entende-se que as desigualdades de gênero

¹⁰⁶ Diamante, entrevista concedida em 18.08.2010.

¹⁰⁷ Companheiro 3, entrevista concedida 03.09.2010.

¹⁰⁸ Companheiro 2, entrevista concedida 04.09.2010.

¹⁰⁹ Companheiro 1, entrevista concedida 19.08.2010.

perpassam por desigualdades culturais, das quais os homens e mulheres fazem parte de um sistema no qual eles aprendem uma cultura dominadora. Não se nega o fato de haver violência e opressão dos homens sobre as mulheres, mas se deve ao fato das construções simbólicas milenares que ainda não conseguiram ser rompidas e que por isso permanecem sendo perpetuadas.

Nesse aspecto, levantamos a hipótese de que dependendo de como é conduzido esse debate, a mulher acaba criando uma autodefesa de independência em relação aos companheiros e que na verdade precisaria ser visto como a busca pela igualdade, compartilhamento, companheirismo que necessitaria ocorrer de ambas as partes. Além do esclarecimento, da socialização, no sentido de melhorar a relação, do que ela tem aprendido nos debates e formações sobre as desigualdades entre eles. Uma das saídas que algumas delas têm encontrado para essa mudança, tem sido envolver o companheiro no movimento, para que ele se aproprie das discussões.

[...] eu senti pressão tão forte do meu esposo que era escolher entre a minha vida e estar nos movimentos, aí eu parei e pensei, mas calma se eu parar eu vô tá morrendo, vô tá me matando, então eu tenho que procurar formas de me ajudar, aí o quê que eu fiz? Eu comecei a envolver ele a participar foi uma das formas que eu achei pra me ajudar foi levar ele pra participar, eu trouxe ele pra dentro da política, então me ajudou muito a me fortalecer dentro da minha vida familiar. (informação oral¹¹⁰)

Há ainda conflitos relacionados à produção. Este ocorre mais especificamente no interior da própria ASMIM, na medida em que, em alguns casos, não acontece de forma coletiva. Dentre elas está a dificuldade de reunião desse coletivo, como um todo. Tem o problema das distâncias e da falta de transportes, devido à condição geográfica do município e, grande parte, das mulheres habitarem nas ilhas. No entanto, o que tem provocado maiores problemas é a falta de compreensão sobre o processo de comercialização, pois a associação não é juridicamente adequada a esse tipo de negociação, exigindo assim, intercooperação com a CODEMI, como pode ser observado no depoimento abaixo.

[...] Quando tú mete dinheiro no meio, a coisa começa a pegar entendeu? Ainda mais quando alguém não sabe lidar com dinheiro dos outros, aí começa ambicionar pro lado daquele dinheiro e começa a complicar a situação, quando começou essa questão de uma comercialização que tinha e foi por conta disso que criaram a CODEMI, porque a associação não podia vender, mas ainda ficou muitas seqüelas, porque muitas mulheres saíram prejudicadas e a associação saiu perdendo¹¹¹. A presidente bem que vem

¹¹⁰ Jaspe, entrevista concedida em 19.08.2010.

¹¹¹ Tratou-se, na realidade, de um processo de comercialização da produção das mulheres via CODEMI, que o comprador não pagou à CODEMI e, por essa razão, esta não pode pagar as mulheres. Esse fato gerou um desgaste, não somente da relação destas com a cooperativa, mas também com as lideranças da

tentando, mas tá muito difícil. Quando não se tinha dinheiro era mais organizado, se fazia coleta (...) e a gente ia pra lá e fazia (reunião), depois que começou a entrar uma quantia razoável aí começou os conflitos (informação oral¹¹²)

Atualmente as principais compradoras da produção de açaí em Igarapé-Miri é a fábrica Santa Helena que tem sede em Castanhal e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açú – CAMTA que fazem o processamento do açaí e comercializam para o restante do país. Além disso, a comercialização é extremamente complexa nesse município devido a ação dos atravessadores cujas atividades prejudicam o trabalho coletivo das cooperativas e das associações que utilizam esse canal para a venda de seus produtos. Segundo os relatos das entrevistadas além da cooperativa elas comercializam também com os atravessadores e isso se deve a diversos fatores.

- Pagamento a vista pelo atravessador pelo mesmo valor pago pela cooperativa (certas vezes o açaí é negociado ainda na árvore);
- Atravessador pega o produto na propriedade (sem custo do(a) produtor(a) com transporte);
- As cooperativas têm dificuldades de negociação de preço com as fábricas e quando este é fechado a safra já começou a algum tempo, para não perderem as agricultoras e agricultores acabam vendendo para atravessador.

Sobre o momento atual da ASMIM a entrevistada Ametista faz uma reflexão. Para ela, a inserção no processo de produção autônoma das associadas tem levado a secundarização dos objetivos centrais da associação, cujo objetivo primeiro é elevar a condição de empoderamento da mulher em face das relações de desigualdade com os homens. A produção e autonomia econômica não podem ser colocadas em primeiro plano, pois isto pode levar a distorções, como a mulher ter renda, mas ter uma relação conjugal de subordinação e sofrer violência, inclusive, física.

[...] eu tenho uma leitura que a luta das mulheres ela não é linear. Ela sobe desce. As organizações também, algumas coisas a gente tem que brigar prá não perder, então eu penso que a associação de mulheres, agora nos últimos tempos, entrou muito por um caminho da discussão da renda. Eu acho isso rico e bom, mas acho que o lado que tem sempre que caminhar junto, o lado do conteúdo, da parte biológica, da consciência das mulheres tá meio devagar na associação. Elas tão só cuidando da venda do açaí e eu acho que nem só de pão vive o homem e a mulher. No sentido mais geral, a gente vive também

ASMIN que estavam à frente da comercialização, resultando com isso, o desinteresse e afastamento de várias associadas.

¹¹² Turquesa, entrevista concedida em 19.08.2010.

de organização forte, de reflexão junto com as mulheres, de uma análise da realidade, de que adianta eu ter dinheiro e estar apanhando? Ter dinheiro e tá sofrendo violência? Ter dinheiro e ser discriminada? Então, é preciso caminhar as duas coisas juntas. Eu acho que a gente precisa retomar essas coisas, que no início foi fundamental, prá que a associação tivesse o que ela tem de mais importante, que é uma construção que tem gente por trás. Uma associação tem que ter para além do aspecto econômico sua pauta política. (informação oral¹¹³)

Na realidade, Safira parece saudosista da fase inicial de organização da ASMIN, na medida em que hoje as mulheres já não respondem às mobilizações com a mesma prontidão, reduzindo a participação delas nas reuniões.

[...] Falta de interesse das pessoas que não acreditam por causa das coisas que já aconteceram...a associação foi criada, parece que se reuniam muito, contribuía ai depois pelas pessoas que tavam representando 230 associadas hoje quando você faz uma reunião acho que não dá sete (informação oral¹¹⁴)

A ASMIM passa por um momento delicado em sua atual conjuntura, apesar de tantas conquistas de produção, de garantia de direitos das mulheres, de participação nas políticas públicas e principalmente de melhoria de vida para muitas associadas. Houve uma desmobilização por parte das mulheres que acabaram visualizando apenas os benefícios monetários da associação e esqueceram as conquistas não mensuráveis que já tiveram. Nesse sentido, como há dificuldade em comercializar, em garantir inclusão em projetos que beneficiem suas associadas, as mesmas deixaram de ver vantagens em ser sócias passando a não contribuir nem participativamente, nem financeiramente para a manutenção da associação, assim, do quantitativo de 260 associadas, grande parte dela está inadimplente e não participa das reuniões, cursos, oficinas, encontros proporcionados pela ASMIM.

A associação também apesar de ser do município se direcionou muito mais para a área rural e as mulheres da cidade, ou mesmo, as que produzem em área de terra firme acabaram não tendo tanta participação como a entrevistada abaixo ressalta

[...] a minha avaliação é que a associação acabou sendo muito mais dirigida pelas trabalhadoras rurais (...), foi feito um esforço grande para que a associação não fosse hegemônica só pelas mulheres da roça, mas que tinha que ter uma participação das mulheres da cidade, porque só assim o movimento seria mais forte e agente teria os pés nos dois lugares (...), a gente percebia que pelo fato de ter uma organização de mulheres mais forte no campo, elas acabavam sobrepondo pauta e a gente acabava dando mais atenção as questões que a gente lhe dava no dia a dia, mas a associação ainda é do campo e da cidade, mas ela é majoritariamente hegemônica pelas mulheres que vivem na área rural. (informação oral¹¹⁵)

¹¹³ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010

¹¹⁴ Opala, entrevista concedida em 18.08.2010.

¹¹⁵ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010.

No início, da participação das mulheres, enquanto membros efetivos do Sindicato ou das associações de produção, os homens estranhavam que elas tivessem propostas. Diziam que as mesmas eram exageradas, quando colocavam a necessidade de ampliar os processos de mobilização nos núcleos de base, que o custo era alto para esse trabalho etc., como se observa no depoimento abaixo.

As dificuldades a gente sempre teve, foi no espaço político que a gente sempre atuou, no sindicato, muitos dos companheiros não compreendiam, achavam que a gente queria gastar demais e achavam que a gente tava muito arvorada, também se metendo em tudo, tava falando demais. (informação oral¹¹⁶)

O que retrata o diálogo acima ainda acontece nos dias de hoje, como retrata a própria Ametista, num outro momento do diálogo, o que ocorre hoje é um preconceito silenciado, não é mais escancarado como antes. Devido às lutas, a visibilidade da mulher e a inserção desses debates nos espaços de luta, os homens do STR levantam a bandeira em favor das mulheres, alguns compreendem a discriminação sofrida por elas e que há uma desigualdade,

[...] Acho que tanto as mulheres como qualquer outra classe deveriam se organizar até porque muitas das vezes as políticas das mulheres né ainda é um pouco escasso do que deveria ser, mais ou menos assim (...) elas têm as particularidades delas, então por isso devem estar organizadas para buscar outras alternativas. (informação oral¹¹⁷)

Outros apesar de defender que elas são importantes, demonstram em sua fala não compreender que historicamente há desigualdade e que há especificidades de ações, decisões que somente as próprias protagonistas podem decidir por si. Nas entrevistas realizadas com eles percebe-se certo medo de perda de espaço e conseqüentemente de poder para as mulheres

[...] elas mesmo não apostavam na capacidade delas é que quando se constitui outro clima no meio rural e a gente foi expandindo mais conhecimento elas foram também mostrando que elas eram capazes, muitas vezes muitas mulheres são muito melhores que nós homens **infelizmente** (...) então houve sim muitos desentendimentos. Hoje já tá havendo quase um conflito de novo entre nós porque assim, muitas pessoas ainda não quer entende o processo, os companheiros, porque ele acha também que elas exageram um pouco, aí eles dizem vamos supor não sei se você tá me entendendo...o que é o pensamento o sindicato é de trabalhadores e trabalhadoras rurais, aqui dentro do sindicato não tem uma secretaria de homens, mas tem uma secretaria de mulheres aí eles não querem porque agora elas já **estão passando por cima da gente**, porque já criaram uma secretaria, ou seja, exigiram que fosse criado uma secretaria de mulheres no sindicato quando têm pessoas, tem mulher também

¹¹⁶ Ametista, entrevista concedida em 20.08.2010.

¹¹⁷ Figura sindical 2, entrevista concedida em 19.08.2010.

na direção do sindicato e não temos uma secretaria de homens (informação oral¹¹⁸) [grifo nosso,]

[...] ainda existe a compreensão de que elas tão em uma associação separada, mas amanhã a perspectiva é ter uma cooperativa específica das mulheres e quem sabe não vai ter um sindicato das mulheres e aí isso pra mim isso divide um pouco no meu ponto de vista. (informação oral¹¹⁹)

O fortalecimento de organizações de mulheres em sindicatos, cooperativas, movimentos de lutas torna-se importante para romper com a invisibilidade e mostrar que a sociedade não é igualitária, portanto, tornam-se necessárias lutas e resistências busca de soluções que promovam a igualdade, como a inovação nas formas de mobilização e organização. Destarte, talvez seja o momento de buscar novos instrumentos para motivar as mulheres a encontrarem estratégias de valorização das mesmas, para continuar avançando nas práticas de empoderamento e emancipação, não somente para si, mas para homens e mulheres promovendo o desenvolvimento local.

¹¹⁸ Figura sindical masculina 1, entrevista concedida em 12.08.2010.

¹¹⁹ *idem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a ASMIM como espaço de lutas e conquistas em direção ao Desenvolvimento Local com ênfase na Economia Solidária

Este trabalho buscou evidenciar o debate da economia solidária e a análise da experiência concreta da ASMIM na construção de um espaço de articulação entre sociedade, política e mercado, em contradição com as formas de organização do trabalho assalariado mesmo, à medida que se pauta em valores diferenciados dos praticados pela sociedade capitalista. Sob essa experiência é possível observar processos de valorização de homens e mulheres por meio do trabalho associativista, um exercício de democratização na apropriação dos meios de produção coletiva e da distribuição dos resultados, de modo equitativo.

Como explicita Guérin (2005) é um terreno privilegiado para o empoderamento de homens e mulheres na sociedade, à medida que cria um ambiente de discussão, de reflexão e de deliberação conjuntas. Os depoimentos apresentados nesta dissertação mostram como as expressões, reivindicações coletivas tornam espaços de aprendizados e de poder, proporcionando participação em processos de transformação, criando uma nova cultura política e novas práticas sociais nas instituições, seja na igreja, no sindicato, nas associações de produtores, nas cooperativas, nos conselhos municipais (saúde, assistência social, criança e adolescente, desenvolvimento rural e outros).

A trajetória das mulheres da ASMIM diz respeito a um processo de participação de homens e mulheres em consonância com os princípios de igualdade, as quais possibilitaram ocupar novos espaços públicos que, de modo geral, não as detinham.

O protagonismo das mulheres, quando atuantes na economia solidária, possibilitou a interface com ações de desenvolvimento endógeno, ou seja, de poder se apresentar como uma estratégia que outrora não era levado em consideração, à medida que permitiu mobilizar o conjunto da sociedade local, isto é, instituições e pessoas que passaram a ter maior controle dos mecanismos de elaboração e gestão de recursos públicos com base em valores locais.

Nessa perspectiva, o local tornou-se importante, pois aí se constituem as relações entre sujeitos efetivos e atuantes em realidades concretas que exercitam cotidianamente processos de inovação de suas práticas, a partir de experiências, muitas vezes, realizadas de modo pontual e, inicialmente, isoladas, mas que passam a ganhar dimensão social quando inseridas na dinâmica dos movimentos sociais, os quais contribuem para a mutação da própria sociedade.

A dimensão individual e coletiva são entrelaçadas no espaço das lutas e reivindicações ativadas pelas necessidades sociais, culturais, econômicas e políticas que muitas vezes levam um tempo para se desenvolver, na medida em que princípios adversos daqueles hegemonicamente estabelecidos são ideologicamente negados pelas estruturas de poder.

Todavia, como a própria essência da economia solidária sugere, seus benefícios não podem se restringir ao campo econômico. Assim, as conquistas mais relevantes da ASMIM estão ligadas à articulação dos resultados econômicos, aos sociais e aos políticos. Nesse âmbito, pode-se destacar como conquista social e política, o aumento da participação dessas mulheres na vida pública, expressas pelo protagonismo em espaços historicamente ocupados apenas por homens, como os sindicatos, as cooperativas, associações, os conselhos e os movimentos sociais de representação local, regional, nacional e até internacional.

As trabalhadoras da ASMIM retratam que participar desse movimento lhes proporcionou um conhecimento igualado ao da universidade, no sentido, de que foi esse espaço que lhes permitiu a formação atribuída, não só a produção, a gestão, para a melhoria da sua vida enquanto trabalhadora, mas inclui a mudança também no âmbito familiar. Além desse conhecimento, muitas buscaram se qualificar, alcançando um grau de escolaridade superior à média atribuída às mulheres do campo.

Ao nos reportar à mudança no âmbito da família, destaca-se que muitas entrevistadas ressaltam que esse ambiente coletivo proporcionou o questionamento da sua ocupação em âmbito familiar ajudando a romper com situações de domínio e violência em seus próprios lares.

A naturalização da divisão sexual do trabalho, que perpassa pelo imaginário de que o homem é o provedor e a mulher é destinada ao espaço do cuidado, ou seja, que atribui as tarefas domésticas como uma função de mulher também tem passado por um processo de reestruturação a partir da atuação nesse movimento, à medida que, muitas figuras masculinas, como os companheiros e filhos, começam a também realizar essas tarefas.

Contudo, apesar dessa reestruturação, em âmbito doméstico, o cuidado com os filhos não deixou de ser mais estritamente ligado à mulher. Como se reporta Faria (s/n), quando afirma que esse tipo de atividades integra sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu papel principal. Essa condição é introjetada profundamente pelas mulheres, visto que suas vivências estavam marcadas pela

exigência de ser “uma boa mãe”, ser dócil, compreensiva, enfim saber cuidar. Na verdade, esse discurso é uma construção ideológica, que contribui para que as mulheres continuem aceitando fazer o trabalho doméstico, como algo inerente ao ser mulher.

Devido essas atribuições culturais, à mulher, à mãe, sua participação na vida pública é permeada de lutas, resistências, principalmente, com os companheiros de trabalho e cônjuges. Algumas conseguem administrar e encontram como solução, inserir seus companheiros no movimento social, nas discussões em que elas estão inseridas e com isso diminuir os conflitos na medida em que passam a participar das mesmas discussões e debates.

Assim, para se constituir como alternativas real é necessário ter consciência de um projeto de sociedade, o qual é concebido em meio a processos de formação e vivência, além de reflexão sobre o que constituem o momento presente, particularmente quando visa alterar papéis tradicionais e históricos, culturalmente atribuídos a mulheres e homens, quando envolvem questões de trabalho, educação, família. Há resistência, mas também avanços em termos da emancipação de mulheres e homens.

Na experiência das mulheres de Igarapé Miri que construíram e constroem a ASMIN, a solidariedade aparece como um elemento que está na base desta construção, apesar dos problemas de conflitos, divergências e disputas entre estas mulheres e destas com homens da sua teia relacional (no movimento social e em sua família - pais, companheiros, irmãos e filhos), expressando micropoderes, que não estão apenas nas relações entre homem e mulher, mas também de mulheres entre si. Por conta disso, a ASMIM encontra-se em momentos de fragilidade, no que concerne ao seu objetivo principal em torno do empoderamento e da geração de renda.

Apesar dessas fragilidades são perceptíveis as conquistas dessas mulheres e suas organizações, em âmbito público e privado. A atuação e a importância das mulheres, ainda que muito precise ser feito para fortalecer às políticas públicas de gênero, tem contribuído para o desenvolvimento do próprio município. O reconhecimento deste grupo social vem gerando uma série de ações e exercícios práticos, como a experiência sócio-produtiva sob a forma de um empreendimento solidário, cujos laços de cooperação contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e político.

No entanto, é preciso incorporar novas formas de organização e criar medidas que ampliem a participação das mulheres para fazer avançar os princípios de solidariedade em seus empreendimentos. A participação nos movimentos sociais:

sindicatos, empreendimentos e na vida pública, tem proporcionado ruptura com a atribuição histórica da mulher imputada a esfera privada.

As histórias de vida apresentadas mostram que a organização coletiva das mulheres questiona sua própria condição biológica, de inserção na sociedade, na família etc. evidenciando que esses espaços gera processos de socializações capaz de fortalecê-las e de redefinirem relações de poder em nível público e privado, permitindo ainda a reflexão sobre a necessidade de transformação social.

A ASMIM, apesar de muitas entrevistadas não terem muita clareza do que vem a ser o termo economia solidária, tem experimentado processos de “outra economia” (GAIGER, 2003). Conforme analisado, essa associação proporcionou a muitas mulheres acesso ao crédito produtivo, à renda e a oportunidade de produzir, comercializar e gerir sua produção, aferindo bens monetários e não monetários que antes não desfrutavam. Alterou a forma de produzir, de maneira que muitas passaram a dominar todo o processo de produção, executando do manejo do açaí, desde a colheita, ao debulhamento, à armazenagem e à comercialização. Destaca-se abaixo algumas conquistas experimentadas pelas mulheres da ASMIM

- Fortalecimento das relações de poder no âmbito familiar e no espaço público;
- Reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora, agricultora rompendo com o preconceito em relação às experiências produtivas protagonizadas por elas;
- Participação no debate da economia solidária, na articulação do econômico, político, social e ambiental, ainda que, necessite fortalecer a atuação no movimento;
- O aumento da ocupação de cargos de poder e decisão por parte das mulheres, permitindo a entrada de muitas delas em espaços públicos de decisão, formulações de políticas públicas voltadas para seu desenvolvimento, na sociedade, com vistas a avançar em matéria de igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no âmbito laboral;
- Construção da autonomia econômica e financeira, pelo acesso ao crédito produtivo, a terra, ao manejo sustentável dos recursos naturais e

assistência técnica, visando fortalecer por meio do associativismo e cooperativismo a capacidade autogestionária, fortalecendo redes de mulheres a processos econômicos, produtivos e de mercados locais e regionais;

Apesar da experiência da ASMIM ressaltar inúmeras conquistas no que concerne ao rompimento da invisibilidade, muitas lutas e resistências ainda são necessárias, já que não se vive em uma sociedade igualitária, portanto, tornam-se imprescindíveis soluções que possam avançar nos processos de promoção de ações direcionadas à igualdade, como a inovação nas formas de mobilização e organização produtiva, na medida em que, trabalhadoras e trabalhadores passam a apresentar resoluções para os problemas do município, bem como, a construção de novas políticas e alternativas de bem estar da população em interface com o Estado.

A ASMIM quando se pauta na economia solidária vem contribuindo com o desenvolvimento endógeno no município de Igarapé-Miri interagindo com outras instituições, visando melhoria na vida das pessoas e, conseqüentemente, do município sob a perspectiva do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). *In*: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____; CASTRO, Mary Garcia. **Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base**. Brasília: UNESCO, 1998.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto, Autogestão. *In*: CATTANI, A.C. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Estudo sobre gênero no Pará. *In*: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). **Poderes e saberes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA, 2001.

_____. **Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses-10/37)**. Belém: NAEA, 1990. (Dissertação de mestrado). 828 f.

ALVAREZ, S. E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. *In*: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALVES, Branca Moreira; Jacqueline PITANGUY. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

ANDRADE, Priscila Maia de. **A Economia Solidária é Feminina? Análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a Perspectiva De Gênero**. Brasília: UNB, 2007. (dissertação de mestrado), 122 f.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. *In*: ANTUNES, R.; SILVA, M.A. (orgs.). **O avesso do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. *In*: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. *In*: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ARRAZOLA, Laura Suzana Duque. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. *In*: MOTA, A.E. (org.). **O Mito da Assistência Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AZERÊDO, Sandra. **Teorizando sobre gênero e relações raciais**. Revista estudos feministas, 2º semestre de 1994.

BARBOSA, M. J. & RAMOS, M. H. R. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. *In*: RAMOS, M. H. R. (org.). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *et. al.* A Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA: um campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. *In*: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos (orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária: interação universidade e movimentos sociais**. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol.I. 4ª ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia, 1970.

BENERÍA, L. **Género, desarrollo y globalización: por una ciencia económica para todas las personas**. Barcelona: Editorial Hacer, 2005.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005. (Dissertação de mestrado em economia). 118 f.

_____. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. Brasília: PPGS/UNB, 2010. (Tese de Doutorado). 255 f.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1999. Disponível em <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf> Acessado em 15/07/2009.

CAPPELLIN, Paola. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In*: PRIORE, Mary del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). **Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina**. São Paulo: Vértice editora, 1989.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder. **Leituras transculturais- quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes**. *In*: cadernos PAGU. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 49-77.

_____. LAVINAS, Lena. Do feminino ao Gênero: construção de um objeto. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHAZEL, François. Movimentos sociais. *In*: BOUDON, R. (org.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. **O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DOS CONSTRUTORES DE BARCOS ARTESANAIS:** fundamentos para o desenvolvimento endógeno do Baixo – Tocantins (PA). Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 2009. (Dissertação de mestrado). 103 f.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

COSTA, F.de A. *et ali.* O arranjo produtivo local de frutas na região polarizada por Belém do Pará. In: LASTRES, H.M.M.; Cassiolato, E.J. (Orgs.). **Estratégias para o desenvolvimento:** um enfoque sobre Arranjos produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **Patriarcado e Dominação Capitalista:** uma análise da reprodução da subordinação feminina do espaço doméstico no espaço fabril. Rio de Janeiro: 1984. (dissertação de mestrado). 210 f.

COSTA, Sandra Maria F. **O sindicato dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri:** do sindicato atrelado ao sindicato de oposição. (trabalho de conclusão de curso em ciências sociais). Abaetetuba: Centro de Filosofia e Ciências humanas, UFPA, 2001.

CNBB. **V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e Caribe.** Brasília: Boletim de assessoria CNBB, 20 de maio de 2007. nº 12. Disponível em www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop.../files_48974007d3e90.pdf. Acessado em 05.01.2011.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: desafios sociais e políticos.** Artigo apresentado no IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas. Bratislava-República Eslovaca, 2004.

CUNHA, Elaide Martins da Cunha. **Multirão e trabalhadoras de Igarapé-Miri:** açai como alternativa econômica no contexto de gênero. Belém: Paper do NAEA, dezembro 2006.

COCCO, Giuseppe *et ali.* Territórios Produtivos e Desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. In: COCCO, Giuseppe e SILVA, Gerardo (orgs.). **Territórios Produtivos:** oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

DAMASCENO, Edelvira Maria Sinimbu de Lima Damasceno. **ASSOCIATIVISMO, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E FORMAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AÇAÍ EM IGARAPÉ- MIRI:** um estudo de caso. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 2009. (Dissertação de mestrado). 142 f.

EID, Farid. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: **Anais do XI Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe – FIEALC.** Osaka, Japão, setembro de 2003.

_____; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno. **Contribuição ao debate teórico sobre desenvolvimento local e cadeias produtivas.** Belém: Conexões Revista do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, v 1, p.69-90, 2008

EME, Bernard; LAVILLE, Jean-Louis; MARECHAL, Jean-Paul. **Economia solidária: Ilusão ou caminho de futuro?** Arles: Université d'été, 2001. 24p. Disponível em <http://www.france.attac.org/spip.php?article3451> Acessado 13.10.2006.

FARIA, Nalu. **Mulheres rurais na Economia Solidária.** S/n. (digitalizado) Disponível <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/266/Mulheres%20Rurais%20na%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf> Acessado em 15.04.2011.

FBES. Relatório final da IV Plenária de Economia Solidária. Brasília, 2008.

FERRÃO, Euzalina da Silva. **Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atua na ilha de Marajó: exame de uma experiência.** Belém: PPGCS/UFGPA, 2006. (dissertação de mestrado). 130 f.

FILHO, Genauto Carvalho de França; LAVILLE, Jean- Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luíz Inácio Germany. Economia solidária 2. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo: Abril 2008, p.31.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH: Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. 182.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** Tradução Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Sociologia econômica e relações de gênero. *In: Mario Emílio; Mirian Nobre et ali.* (orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: o desafio para as políticas públicas.** São Paulo: Coordenadoria especial da mulher, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: editora Loyola, 1997.

_____. **Movimentos Sociais do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Editora vozes, 2007.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Editora Loyola, 2009.

GT DE GÊNERO DO FBES. **Relatório final do primeiro GT de gênero.** Brasília: 2008. (mimeo)

HAMMES, Roque. **Igreja católica, sindicatos e movimentos sociais: quarenta anos de história projetando luzes para a defesa e a promoção da vida na região.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2003.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1996.

HERNANDÉZ, Carmem Osório. **Política de Crédito Rural com Perspectiva de Gênero: um meio de empoderamento para mulheres rurais?** Porto Alegre, 2009. (tese de doutorado em desenvolvimento rural). 248 f.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: Mario Emílio; Mirian Nobre *et ali.* (orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: o desafio para as políticas públicas.** São Paulo: Coordenadoria especial da mulher, 2003.

HOROCHOVISKI, Rodrigo Rossi; MEIRELES, Giselle. **Problematizando o conceito de empoderamento.** Florianópolis: UFSC, 2007. Anais do II seminário Nacional de movimentos sociais, participação e democracia.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Indicadores de desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Histórico do Município de Igarapé-Miri,** 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acessado em 03.04.2011.

IDESP. **Estatística Municipal de Igarapé-Miri.** Belém: 2011. Disponível em <http://www.idesp.pa.gov.br/home.php> Acessado em 28.07.2011.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986.** São Paulo: FAPESP, 1996.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, A.C. **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

LAVILLE, Gean Louis. **Economía social y solidaria: una visión europea.** Buenos Aires: Altamira, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta de. Perspectiva em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: **Anais 52ª reunião brasileira para o progresso da ciência.** Brasília, 2000.

_____. Gênero um novo paradigma? In: **Cadernos PAGU.** São Paulo: Ed. UNICAMP, 1998, p.107 - 125.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke.** Tradução Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, A.C. **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz editores, 2003a.

_____. **Constelações solidarius: as fendas do capitalismo e a superação sistêmica.** Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

NUNES, Rosa Maria Magalhães. **Anne Hutchinson** : uma pregadora e defensora da liberdade religiosa em New England. 2009. (Dissertação de Mestrado em Estudos Americanos apresentada à Universidade Aberta).

MARTINS, R. S. **Organização e Participação Social das Mulheres da Associação de Mulheres de Igarapé Miri-ASMIM.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MAUÉS, Maria Angélica. **“Trabalhadeiras” e “camarados”:** relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFGA, 1993.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. *In: Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.* Brasília: MDA, 2006.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. **História de resistência de mulheres negras.** Florianópolis: Revista estudos feministas, 13 (3): setembro-dezembro/2005.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. **Movimento de Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios.** Belém: ICSA/UFGA, 2009. (Dissertação de mestrado em Serviço Social). 130 f.

MOTA, Ana Elisabete. **A Nova Fábrica de Consensos.** São Paulo: Cortez, 2000.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A “outra economia”:** Um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em Antropologia/UFRJ. (Dissertação de mestrado em Antropologia) 2004. 110 f.

_____. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária.** Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em Antropologia/UFRJ. (Tese de Doutorado em Antropologia) 2010. 294 f.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio:** uma história das mulheres através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. *In: CATTANI, A.C. A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- OIT. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego:** guia para o leitor. Brasília: OIT, 2005.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: OLIVEIRA & LIMA (orgs.). **O desenvolvimento Sustentável em foco:** uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadores em empreendimentos de economia solidária.** Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo. **Os princípios da economia solidária.** Entrevista para artigonal, 2009. Disponível em <http://www.artigonal.com/politica-artigos/os-principios-da-economia-solidaria-1054289.html> acessado em 03.01.2011.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos das mulheres agricultoras e muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonildes Servúlo; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas a diversidade das formas de luta no campo. Vol.II. São Paulo: editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta a arte da associação.** Porto Alegre: Editora da UFRGSS, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992.

PREFEITURA DE IGARAPÉ-MIRI/PMIM. **A economia Solidária no Governo Pina:** considerações sobre um ano de experiência. s/n (slides).

POLANYI, K. **A Grande Transformação:** As origens da nossa época. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA).** Belém: UFPA/NAEA, 2008. (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). 128 f.

SABOURIN, Eric. **A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade.** In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 1, Niterói. Anais. Niterói: UFF, Rede de Estudos Rurais, 2006. CD.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: vozes. 1976.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SECRETARIA EXECUTIVA DO FBES. A trajetória do movimento da economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). *In:* FILHO, Genauto Carvalho de França *et ali.* (orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos de 1970:** revisitando uma trajetória. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SILVA, Gerardo. Desenvolvimento Local e novo municipalismo na Amazônia. *In:* Barbosa *et al.* (orgs.). **Gestão Local e Políticas Públicas na Amazônia.** Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

SIMONIAN, Ligia T. L.. **Mulheres na floresta Amazônica Entre o Trabalho e a Cultura.** Belém: NAEA/UFPA, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: “uma categoria útil de análise histórica”.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. *In:* SINGER, P.; SOUZA, A.R. (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Desenvolvimento: significado e estratégia.** (texto digitalizado) Brasília, 2002b.

_____. **Introdução a economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002c.

_____. Um olhar diferente sobre a economia solidária (prefácio). *In:* LAVILLE, Jean-Louis; FILHO, Genauto Carvalho de França. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. SENAES – uma experiência brasileira de política de economia solidária. *In:* Genauto Carvalho de França Filho *et ali.* (orgs.). **Ação pública e economia solidária uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In:* COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. As CEBs no Brasil: cidadania em processo. In: TEIXEIRA Faustino Luiz Couto *ET al.* (orgs.). **CEBS cidadania e modernidade: uma análise crítica**. São Paulo: Paulinas, 1993.

TELES, Eliana; MARIN, Rosa Aceverdo. Movimento das peconheiras: identidade e processos de autocartografar. In: ALVARES, Maria Luzia *et al.* (orgs.). **Mulheres e gênero: as faces da diversidade**. Belém: GEPEM, 2009 (coleção mulheres e gênero na Amazônia-v.1).

VASSAPOLLO. **Trabalho atípico e a precariedade**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2005.

VIDAL, G. & GUILLÉN, R. A. **Repensar la teoria del desarrollo em um contexto de globalización: homenaje a Celso Furtado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales-CLASCO, 2007.

VIERO, Gloria Josefina. **Inculturação da fé no contexto do feminismo**. Rio de Janeiro: PUC, 2005. (tese de doutorado). 205 f.

VIGUEIRA, Blanca Fernandez. *Feminizacion de La pobreza y mundo rural*. In: **La Mujer Rural**. Madri: El campo servicio de estudios BBV, 1995. p. 75-89.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

WAUTIER, Anne Marie. Economia Social na França. In: CATTANI, A.C. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

SITES CONSULTADOS

www.ibge.gov.br

www.google.com.br/imagens/igarapemiri

www.sof.org.br/rede_econ_femin.htm

www.googleimagens.com

http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base

www.fbes.org.br

www.idesp.pa.gov.br/home.php

FOTOS

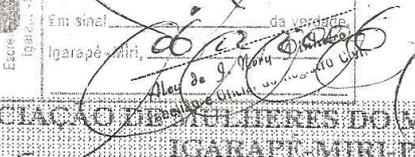
GONÇALVES, Lissany Braga

SOUZA, Michele Lima de

E_solidária grupos

ANEXOS

ANEXO I
ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará Selo de Fiscalização e Autenticação Série: C-1 Nº 000703915 CARTÃO Nº 25 Alcy de Almeida Tabela de Custas C.C. 000 Wilda M. F. Escrivão Igarapé-Miri-Pará	Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibida nesta data, pela qual autentico esta via. Em sinal _____ da verdade, Igarapé-Miri, _____ de _____ de 1996. 
--	---

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI-PARÁ

ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO BEM COMO ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE IGARAPÉ-MIRI-PARÁ REALIZADA NO DIA QUATORZE DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS.

Aos quatorze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e seis, às oito horas, no Salão Social Paroquial nesta cidade de Igarapé-Miri-Pará, deu-se início a Assembleia de Fundação, Discussão e Aprovação bem como Eleição e Posse da Diretoria da Associação de Mulheres de Igarapé-Miri, por ocasião do III Encontro de Mulheres deste Município. A Sra. Delfina Carvalho Rodrigues uma das coordenadoras do Movimentos de Mulheres, iniciou a solenidade de abertura desejando boas vindas a todas e a todos os presentes, em seguida partiu para a composição da mesa, onde foram convidados os representantes das seguintes instituições e entidades que se faziam presentes: SINTEPP, STR, MUTIRÃO, COLÔNIA Z-15, BETAGRE e PARÓQUIA DE SANT'ANA, para coordenar a mesa foi chamada a Sra. Carmen Helena Ferreira Foro e para secretariar a Sra. Lindalva Fonseca Costa. Após a composição foi facultada a palavra aos convidados que fizeram seus pronunciamentos considerando a realização do encontro. Logo após iniciou-se a programação do encontro com uma mesa redonda para debater o tema "A participação da Mulher na Política", onde foram convidados os candidatos a prefeito (a) e a vereadores (as), a Sra. Aida Maria representante da CPT e o professor Ermírio Ferreira de Novaes. Após ampla discussão a coordenadora deu por encerrado o debate. No dia seguinte a Sra. Aida Maria e o Professor Ermírio Novaes comentaram sobre a importância da organização das mulheres na transformação da sociedade, mostrando historicamente como a mulher vem se emancipando e avançando no sistema social. Assim foi feita uma comissão de pessoas representando os distritos, para discutir e apresentar uma proposta de chapa na plenária, enquanto isso a plenária discutia o estatuto do qual feito a votação por aclamação espontânea foi aprovado por unanimidade. Em seguida a comissão apresentou a seguinte chapa: MARIA JOSÉ DOS SANTOS - Presidente; CARMEN HELENA FERREIRA FORO - Vice-Presidente; LINDALVA FONSECA COSTA - 1ª secretária; MARIA DELFINA CARVALHO RODRIGUES -

ANEXO II ESTATUTO SOCIAL DA ASMIM

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.

Art. 1º - A Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri, fundada em 15 de setembro de 1.996 é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, sediada no município de Igarapé-Miri, com foro na Comarca do município de Igarapé-Miri, Estado do Pará e prazo indeterminado de duração.

Art. 2º - São fins desta associação:

I - Promover a união e organização das mulheres do município de Igarapé-Miri e seus familiares em mútua colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e demais entidades sindicais e associativas do município;

II - Reivindicar dos poderes públicos medidas que venham satisfazer as necessidades fundamentais das associadas e familiares;

III - Buscar convênios com órgãos públicos e entidades não governamentais, além de financiamentos bancários ou convênios para projetos que visem o desenvolvimento das mulheres em diversas atividades, como: agricultura familiar, da pesca artesanal, corte costura, artesanato, bem como a melhoria de vida dos moradores do município de Igarapé-Miri;

IV - Promover a capacitação profissional de suas associadas e familiares, com ênfase para geração de emprego e renda, em diversas atividades, bem como, agricultura familiar, pesca artesanal, corte costura, artesanato, visando o desenvolvimento sustentável do município;

V - A industrialização e distribuição no mercado dos produtos da fabricação, plantação, artesanato, criação ou do extrativismo realizado pela associadas e seus familiares;

VI - Apoiar e encampar as justas aspirações da população, buscando melhorar as condições de vida da comunidade e, automaticamente, melhorar o nível de vida das associadas e suas famílias, bem como lutar pela preservação do meio ambiente local;

VII - Representar todas as suas associadas junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como junto a todos os setores da iniciativa privada, praticando os atos necessários em defesa dos direitos e interesses das associadas, em qualquer esfera administrativa ou instância judicial;

VIII - Promover a política social, a educação, a cultura, o esporte e o lazer de suas associadas e seus familiares.

IX - Poderá constituir pequenos núcleos, ou outras formas de trabalho para melhor cumprimento de seus objetivos;

X - Defender a liberdade de pensamento, de expressão e sexual das associadas, protegendo a sua integridade física e moral, além de proteção a saúde curativa e preventiva das mulheres associadas;

XI - Poderá mover ação civil pública em defesa dos interesses dos associados e/ou em defesa da preservação do meio ambiente da região onde está sediada.

XII - Promover a defesa de suas associadas e dependentes na relação de consumo no mercado local, podendo promover ação coletiva em defesa do direito das mesmas em quanto consumidoras, conforme previsto no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

CAPITULO II DAS ASSOCIADAS

Art. 3º - Poderão ser associadas desta associação as cidadãs maiores de 18 anos que desejam cooperar com os seus fins, aceite as disposições deste estatuto e residam no município de Igarapé-Miri-Pa.

Parágrafo Único – Poderão também ser associadas desta associação as mulheres maiores de 16 (dezesesseis) anos, desde que, no momento da sua inscrição, seja assistida por sua mãe ou representante legal.

Art. 4º - Esta associação é constituída por número ilimitado de associadas, que compartilham dos mesmos objetivos e princípios, sendo distribuídos nas seguintes categorias:

I - Associadas fundadoras: Aquelas que participaram da Assembléia de fundação da associação, assinando a respectiva ata e comprometendo-se com as suas finalidades;

II - Associadas efetivas: As que forem incorporadas pela aprovação da Assembléia Geral, a partir de indicação realizada pelas associadas fundadoras;

III - Associadas honorárias ou colaboradoras: Pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da associação, solicitem seu ingresso e, sendo aprovadas pela Assembléia Geral, contribuam com a entidade através de doações de bens materiais ou serviços.

Parágrafo Único – As Associadas ou associados colaboradores não terão direito a votar e ser votado nas eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 5º - Para ser admitida como associada desta associação as interessadas deverão participar das reuniões das associadas, como observadora, para ser avaliada, caso haja aquiescência da plenária à interessada será, de imediato, admitida como associada ou efetiva.

Art. 6º - São direitos das associadas fundadoras e efetivas:

I - Tomar parte, votar e ser votada, nas assembleias;

II - Participar de todas as atividades desenvolvidas pela associação;

III – Ser informado de todos os serviços oferecidos pela associação, bem como, de todos os seus documentos e escrituração;

IV - Convocar a assembleia geral, desde que o interesse na realização da mesma, seja de pelos menos 1/5 (um quinto) das associadas em pleno gozo de seus direitos sociais;

V - Solicitar esclarecimentos, por escrito ou verbal sobre as atividades da associação;

VI - Propor ações que visem a melhoria do atendimento ou desempenho dos fins da associação.

Parágrafo Único – Nenhuma associada poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido conferido, salvo nos casos e pela forma previstos em lei ou neste estatuto.

Art. 7º - São deveres das associadas fundadoras e efetivas:

I - Comparecer e participar das assembleias e acatar suas deliberações;

II - Cumprir o presente estatuto, as deliberações da assembleia geral e os encaminhamentos dados pela diretoria para melhor execução dos trabalhos e cumprimentos dos objetivos da associação;

III - Estar em dia com suas obrigações e contribuições aprovadas em assembleia geral;

IV - Desempenhar com dedicação e honestidade os cargos para os quais for eleito;

V - Zelar pelo patrimônio moral e material da associação.

Art. 8º - As associadas poderão ser demitidas ou excluídas do quadro social quando:

- I – Depredar ou extraviar qualquer bem ou patrimônio da associação;
- II – Deixar de participar de 03 (três) assembleias consecutivas, sem motivo justificado;
- III – Atrasar sua mensalidade por mais de 90 (noventa) dias;
- IV – Desrespeitar este estatuto ou a assembleia geral.

§ 1º - A demissão ou exclusão de associada será decidida pela diretoria, cabendo recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, para a assembleia geral.

§ 2º - A associada demitida ou excluída poderá ser reintegrada ao quadro social, a juízo da assembleia geral ou quitando seus débitos, quando se tratar de atraso de mensalidade.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º - São órgãos deliberativos e administrativos desta associação:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho Deliberativo;
- III – Diretoria Executiva;
- II - Conselho fiscal.

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 10 - A assembleia geral, composta por todas as associadas que estiverem quites com suas obrigações, é o órgão máximo de deliberação e soberano em suas decisões que não contrariem o presente estatuto.

Art. 11 - A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, de seis em seis meses, e será convocada com antecedência mínima de (10) dez dias, através de edital de convocação.

Art. 12 - A assembleia geral reunir-se-á, extraordinariamente, por convocação da presidente, da maioria da diretoria, do conselho deliberativo ou do conselho fiscal e ainda, por 1/5 (um quinto) de suas associadas quites com suas obrigações sociais.

Art. 13 - Quando a assembleia geral extraordinária for convocada por 1/5 das associadas quites, a presidente terá o prazo de 15 dias, a partir da data da entrada do requerimento na secretaria, para publicar o edital de convocação, caso não o faça, as requerentes publicaram o referido edital e realizarão a assembleia, a qual só poderá tratar dos assuntos constantes do edital.

Art. 14 - As assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias iniciarão seus trabalhos, em primeira convocação, com metade mais um das associadas quites e em segunda convocação com qualquer número e poderão tratar de quaisquer assuntos constantes como ponto de pauta no edital de convocação, exceto quando se tratar de convocação para deliberação sobre destituição de diretores, alteração ou reforma estatutária e extinção ou mudança de objetivos da associação, que deverá haver maioria absoluta em primeira convocação e no mínimo 1/3 (um terço) das associadas nas convocações seguintes.

SEÇÃO II DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 15 – O conselho deliberativo será formado pela diretoria executiva mais uma representante de cada localidade ou núcleo, escolhida em assembleias ou reuniões setoriais antes de cada uma de suas reuniões.

Parágrafo Único – O conselho deliberativo se reunirá trimestralmente, convocado, obrigatoriamente, pela presidente, pela maioria da diretoria ou o do conselho fiscal, através de edital com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

SEÇÃO III DA DIRETORIA

Art. 16 - A diretoria será eleita pela assembleia geral, em votação aberta ou secreta, conforme aprovado pela comissão eleitoral que será escolhida em assembleia geral, com a finalidade específica de conduzir o processo eleitoral e dar posse a nova diretoria.

Art. 17 - A diretoria terá mandato de 02 (dois) anos e será formada pelos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-presidente;
- III – 1ª Secretária;
- IV – 2ª Secretária;
- V – 1ª Tesoureira;
- VI – 2ª Tesoureira.

Parágrafo Único - É permitida a reeleição da diretoria, a destituição de um membro ou de toda a diretoria e a recomposição da mesma, desde que feito em Assembleia Geral convocada nos termos deste estatuto e expresso como ponto de pauta específica no edital de convocação.

Art. 18 – Esta associação poderá se organizar nas localidades ou comunidades através de núcleos diretamente ligados a diretoria, com autonomia administrativa e não financeira, os quais poderão realizar assembleias ou plenárias setoriais.

§ 1º - Compete aos núcleos organizar e orientar suas associadas, encaminhando suas reivindicações para a diretoria, além da escolha da sua representante nas reuniões do conselho deliberativo.

§ 2º Os núcleos serão dirigidos por uma coordenação composta por uma coordenadora e uma vice-coordenadora, que serão escolhidas nas assembleias setoriais para um mandato de dois anos e serão regidos por seus respectivos regimentos internos.

SEÇÃO VI DO CONSELHO FISCAL

Art. 19 - O conselho fiscal será eleito pela Assembleia Geral juntamente com a diretoria e terá mandato coincidente com o desta, sendo composto por três membros efetivos e três suplentes.

CAPITULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 20 - É de competência exclusiva da Assembleia Geral a deliberação dos seguintes assuntos:

- I – Eleição da diretoria;

- II - Destituição ou recomposição dos membros da diretoria e do Conselho Fiscal;
 - III – Demissão ou exclusão das associadas;
 - IV – Aprovação da prestação de contas;
 - V - Dissolução ou mudança dos objetivos da associação;
 - VI - Alteração do presente estatuto social;
 - VII - Aprovação do regimento interno e do regulamento das eleições;
- Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem os incisos II, V e VI é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terço) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 21 – Compete ao conselho deliberativo:

- I – Avaliar a prática e as ações da associação;
- II – Elaborar o planejamento para a diretoria definindo metas para serem buscada pelas diretoras;
- III – Analisar previamente os balancetes e a prestação de contas da diretoria, antes de serem encaminhadas ao conselho fiscal;
- III – Dar parecer para a diretoria em questões relevantes.
- IV - Dar sugestão de como melhor gerenciar o patrimônio da associação.

Art. 22 - Compete a diretoria:

- I - Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do conselho deliberativo e do conselho fiscal;
- II - Administrar o patrimônio da associação garantindo a sua utilização para o cumprimento das deliberações da assembléia geral;
- III - Representar a associação em todos os sentidos, inclusive, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente;
- IV - Fazer balancetes trimestral e o balanço anual de suas atividades;
- V - Divulgar e informar o povo sobre suas programações.

Art. 23 - As diretoras, os membros do conselho deliberativo e do conselho fiscal não serão remunerados por suas atividades, no exercício do mandato para o qual forem eleitas.

Parágrafo Único - Em caso extraordinário, a Assembléia geral poderá estabelecer uma ajuda de custo para a diretora, por seus serviços prestados à associação.

Art. 24 - São atribuições da Presidente:

- I - Representar a associação junto aos órgãos públicos e privados, judicial ou extrajudicialmente, ativa e passivamente, podendo delegar poderes;
- II - Convocar as reuniões da diretoria e presidi-las;
- III - Assinar as atas, projetos, livros e outros documentos, juntamente com o secretário de organização;
- IV - Movimentar conta bancária, assinar cheques e outros documentos de constituição de crédito ou débito em nome da associação, em conjunto com a 1ª tesoureira;
- V - Administra o patrimônio da associação, em conjunto com a 1ª tesoureira.

Art. 25 – Compete a vice-presidente:

- I - Auxiliar a Presidente em suas funções;
- II - Substituir a presidente em caso de afastamento, impedimentos ou vacância do cargo.

III - Promover ações, cursos, seminários e outras formas de elevar o nível cultural, social e de formação das associadas e seus familiares em geral.

Art. 26 - A 1ª secretária:

- I - Preparar a correspondência e o expediente da associação;
- II - Organizar e ter sob sua guarda o arquivo da associação;
- III - Redigir as atas, resoluções e outros documentos emanados da assembléia geral, do conselho deliberativo e da diretoria;
- IV - Secretariar as reuniões da diretoria, do conselho deliberativo e da assembléia geral;

Art. 27 – Compete a 2ª secretária:

- I – Auxiliar a 1ª secretária em suas funções;
- II – Substituir a 1ª secretaria em seus afastamentos, impedimentos ou vacância do cargo.

Art. 28 – Compete a 1ª tesoureira:

- I - Ter sob sua guarda e responsabilidade o livro caixa e todos os demais documentos referentes a contabilidade da associação;
- II - Efetuar pagamentos de contas e recebimentos de créditos, abrir e movimentar conta bancária, em conjunto com a presidente;
- III - Preparar os balancetes e relatórios financeiros para ser apresentado ao conselho deliberativo e ao conselho fiscal;
- IV - Providenciar a prestação de conta anual e apresentar à assembléia geral, após o análise do conselho deliberativo e o parecer do conselho fiscal;
- V - Administra o patrimônio da associação em conjunto com a presidente.

Art. 29 – A 2ª tesoureira compete:

- I – Auxiliar a 1ª tesoureira em suas funções;
- II – Substituir a 1ª tesoureira em seus afastamentos, impedimentos ou vacância do cargo.

Art. 30 - Ao Conselho fiscal compete:

- I - Examinar os balancetes, o relatório financeiro, as prestações de conta, o balanço anual e a documentação respectiva;
- II - Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da associação;
- III - Fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos contábeis.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 31 - Constitui patrimônio e fontes de recurso para a manutenção desta associação:

- I - A contribuição das associados que será definida em assembléia geral;
- II - As doações de pessoas físicas e jurídicas;
- III - Os bens e valores adquiridos e as rendas por eles produzidos, serão repassados um percentual de cinco (5%) por cento de sua comercialização;
- IV – Colaboração de entidades públicas e privadas.

Parágrafo Único - A administração do patrimônio é de responsabilidade da diretoria, cabendo a presidente, em conjunto com a 1ª Secretária e a tesoureira, a responsabilidade pelo seu gerenciamento.

CAPÍTULO VI DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA

Art. 32 - A eleição da diretoria e do conselho fiscal, dar-se-á a cada dois anos, em assembléia geral, convocada nos termos deste estatuto.

Art. 33 - Em caso de haver mais de uma chapa, a eleição será secreta, entretanto, havendo somente uma chapa será pelo processo aberto e por aclamação. Nos dois casos, a posse da nova diretoria acontecerá, imediatamente, após o término da apuração dos votos.

Art. 34 - Em caso de empate, será convocado um segundo turno, ao qual concorrerá somente as duas chapas mais votadas.

Art. 35 - Em caso de vacância dos cargos da diretoria superior a 30 (trinta) dias ou renúncia coletiva, será convocada a Assembléia Geral que elegerá uma comissão provisória para administrar a associação e promover novo processo eleitoral num período de 90 (noventa) dias.

Art. 36 - A inscrição de chapa será apresentada, mediante requerimento, à comissão eleitoral, até (01) uma hora após o início dos trabalhos da assembléia geral que elegerá a nova diretoria.

Art. 37 - Somente poderão concorrer a cargos na diretoria as associadas que preenchem os seguintes requisitos:

- I - Ser associada fundadora ou efetiva há pelo menos 90 (noventa dias) antes do pleito;
- II - Não tenha lesado o patrimônio de nenhuma outra entidade associativa;
- III - Esteja em pleno gozo de seus direitos sociais.

CAPÍTULO VII DA PERDA DO MANDATO

Art. 38 - Os membros da diretoria e do conselho fiscal, perderão o mandato nos seguintes casos:

- I - Malversação de verbas ou dilapidação do patrimônio da entidade;
- II - Grave violação deste estatuto, das deliberações da assembléia geral, do conselho deliberativo ou do conselho fiscal;
- III - Abandono de cargo;
- IV - Afastamento do cargo sem justificativa.

Parágrafo Único - Caracteriza-se abandono do cargo a falta injustificada a três reuniões da Diretoria.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - Serão tomadas por escrutínio secreto as seguintes deliberações da Assembléia Geral:

- I - Eleição da diretoria, em caso de haver mais de uma chapa concorrendo;
- II - Julgamento de perda de mandato dos diretores e demissão ou exclusão de associados;
- III - Mudança dos objetivos sociais ou extinção da associação;

IV - Alteração do presente estatuto.

Art. 40 - As associadas não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais assumidas pela associação.

Art. 41 – A mudança dos objetivos e a extinção desta entidade, somente se dará por deliberação da assembléia geral, convocada especialmente para esse fim, observado o disposto neste estatuto.

Art. 42 - Em caso de extinção ou dissolução desta associação, após o pagamento de todas as dívidas e da restituição das contribuições das associadas, em valores atualizados, o seu patrimônio será doado a uma entidade com fins não econômicos escolhida pelas associadas reunidas em Assembléia Geral.

Art. 43 – O presente estatuto poderá ser alterado ou reformado em assembléia geral, convocada especialmente para esse fim, observado o disposto em seu artigo 20.

Art. 44 - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 45 - Este estatuto entra em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da Comarca de Igarapé-Miri-Pa.

Igarapé-Miri-Pa, 08 de Março de 2004.

Raimunda da Costa Almeida
Pinheiro

Presidente

Ana Regina Pena

Secretária

Benedita Carvalho Gonçalves
Tesoureira

VISTO:

RAIMUNDO NIVALDO FREITAS FURTADO
Advogado – OAB/PA nº 7846

ANEXO III

RELAÇÃO DE DELEGADOS E DELEGADAS SINDICAIS

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI

Sede própria: Rua Padre Vítório, 850 Fone: 3755-1202
 CNPJ nº 22.941.546/0001-80 – CEP: 68.430-0000 – Igarapé-Miri-Pará

RELAÇÃO DAS DELEGACIAS SINDICAIS

REGIÃO AS PAS 151 E 107			
Nº	DELEGACIA SINDICAL	DELEGADO(A) SINDICAL TITULAR	DELEGADO(A) SINDICAL SUPLENTE
01	Colônia Velasco	Fausto Pereira Estumano	
02	Santa Maria do Icatu	Manoel Angelito Dias de Castro	
03	Colônia Camiri	Juracy Gomes da Silva	
04	Castanhal/Tucunaré	Raquel de Sousa Pereira	
05	São Raimundo	Maria Gorete Sousa Mendes	
06	Maritêua	João Ovídio de Lima Barbosa	
07	Coré	Edson Gomes Miranda	
08	Colônia Arapari	Aldo Melo Pantoja	
09	Castanhal/Estradinha	Lucimar Cardoso de Carvalho	
10	Igarapé-Açú	Ana Maria Pantoja Alves	
11	Colônia Caripi	Doraci Carvalho Gonçalves	
12	Colônia Traquatêua	Maria Luiza Quaresma Miranda	
13	Mocajatêua	Iranilde Monteiro Lopes	
14	Campo Alegre	Maria Francisca Dias Ribeiro	
15	Cambéua/Colônia Santo Antonio	João Serrão de Miranda	
16	Rio Itamimbuca de Cima	Timóteo Lobato Chaves	
17	Rio Itamimbuca de baixo	Edjailson Corrêa Novaes	
18	Rio Canal	Joana da Silva Costa	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI

Sede própria: Rua Padre Vítório, 850 Fone: 3755-1202
 CNPJ nº 22.941.546/0001-80 – CEP: 68.430-0000 – Igarapé-Miri-Pará

REGIÃO DO MEDIO E ALTO RIO MERUU			
Nº	DELEGACIA SINDICAL	DELEGADO(A) TITULAR	DELEGADO(A) SUPLENTE
01	Paraíso	Eliese Pantoja Corrêa	
02	Nova Esperança	Guilherme Antonio Gonçalves	
03	Sumaúma do Meruu	Manoel Marcelino Cardoso de Almeida	
04	Boa Esperança	Luis Machado Soares	
05	Rio Piratêua	Thomé Pena Pinto	
06	Meruu Central	Marinalda Machado Melo Barbosa	
07	Jutêua	Vaneza Portugal de Melo	
08	Salento	Angela do Socorro Faro da Conceição	

REGIÃO DO BAIXO RIO MERUU			
Nº	DELEGACIA SINDICAL	DELEGADO(A) TITULAR	DELEGADO(A) SUPLENTE
01	Cariá	Abenor Geraldo Costeira	
02	Jamurim	Aldenora do Socorro Sena Costeira	
03	Furo seco fora	José Raimundo dos Santos Pinheiro	
04	Catimbaua	Givanildo de Jesus Costa Guimarães	
05	Furo seco dentro	Manoel Trindade Pinheiro	
06	Rio Mamangal Grande	Anacleto Pantoja Quaresma	
07	Rio Santo Antonio	Raimundo Reis Rodrigues Pantoja	
08	Rio Japuretê	Domingos Ribeiro Maciel	
09	Rio Caiazinho	Marcos Brandão	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI

Sede própria: Rua Padre Vitorio, 850 Fone: 3755-1202
CNPJ nº 22.941.546/0001-80 – CEP: 68.430-0000 – Igarapé-Miri-Pará

REGIÃO DO RIO CAJI			
Nº	DELEGACIA SINDICAL	DELEGADO(A) TITULAR	DELEGADO(A) SUPLENTE
01	Santo Antônio	Manoel José Almeida Trindade	
02	São João	Antonia Vera Cruz Damasceno Barbosa	
03	Icaruçaua	Nailson de Almeida Pinheiro	
04	Igarapézinho	Nicodemos Gonçalves Corrêa	
05	Nova Aliança	Maria Mártir Pantoja Lima	
06	São Domingos	Luis Otávio de Miranda	

REGIÃO DO TOCANTINS			
Nº	DELEGACIA SINDICAL	DELEGADO(A) TITULAR	DELEGADO(A) SUPLENTE
01	Rio Pindobal Grande	Neucira Franco de Souza	
02	Rio Sumauma da Costa	Maria da Conceição Moraes Castro	
03	Rio Pindobalzinho	Quintino dos Santos Miranda	
04	Baixo Anapu	Maria das Dores Pena Pinheiro	
05	Castanhal do Anapu	Claudianis Pantoja Almeida	
06	Alto Anapu	Oseas Campo Corrêa	
07	São José	Maria do Carmo Quaresma Corrêa	
08	Goiatubá	Raimundo Arualdo Dutra	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI

Sede própria: Rua Padre Vitorio, 850 Fone: 3755-1202
CNPJ nº 22.941.546/0001-80 – CEP: 68.430-0000 – Igarapé-Miri-Pará

REGIÃO DO MAIAUATA			
Nº	DELEGACIA SINDICAL	DELEGADO(A) SINDICAL TITULAR	DELEGADO(A) SINDICAL SUPLENTE
01	Maiauira	Francivalva Matos Serrão	
02	Igarapé Santana	Maria Izabel Araújo Aires	
03	Rio Mamangalzinho	Sebastião Quaresma Amaral	
04	Rio das Flores	Maria Elza Ferreira do Carmo	
05	Baixo Murutipucu	Maria Adailce Serrão Fonseca	
06	Alto Murutipucu	Neuza Maria Lobato Corrêa	
07	Rio São Lourenço	Domingos Filgueira de Almeida	
08	Rio Cotijuba	Raimundo do Nascimento Antunes	
09	Rio Panacuera	Edson Luiz Campos Araújo	
10	Rio Maúba	Raimundo Nonato Pinheiro Cardoso	
11	Santo Antonio-Maiauatá	Maria da Conceição	
12	Baixo Maiauatá	Manoel de Jesus dos Santos Soares	

*34 linhas
13 linhas*